



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DEBORA JEAN LOPES SILVA

Mulheres na Literatura: Escritas de autoria
Feminina Negra

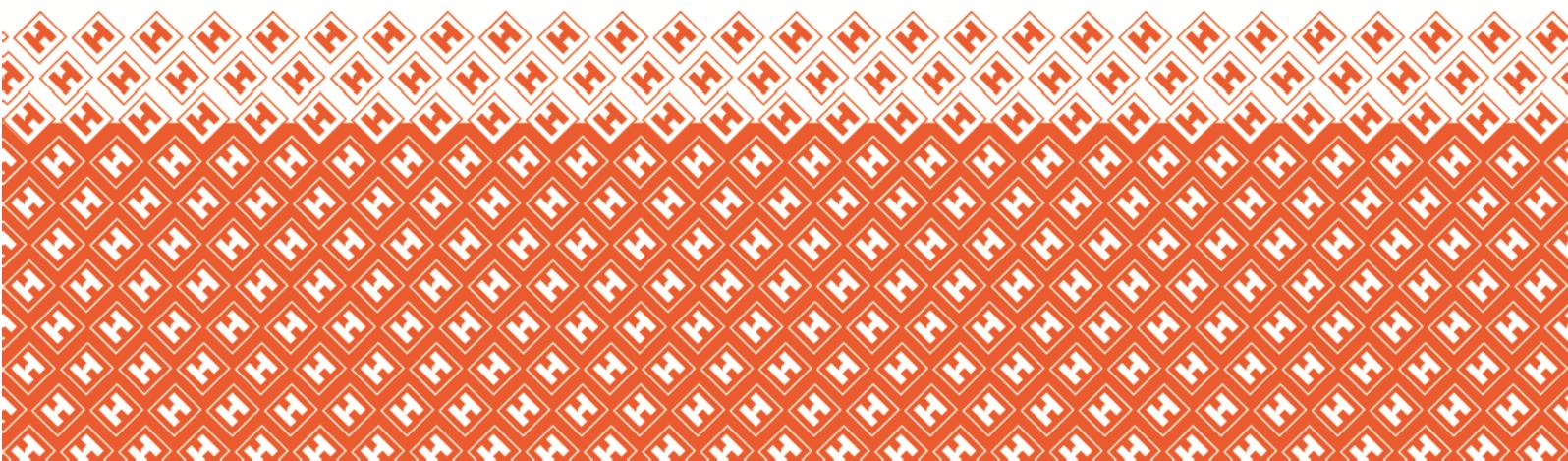
Linha de pesquisa

Narrativas Históricas:

Produção e Difusão

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CUIABÁ / 2021



DÉBORA JEAN LOPES SILVA

**MULHERES NA LITERATURA: ESCRITAS DE AUTORIA FEMININA
NEGRA**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestrado Profissional em
Ensino de História em Rede Nacional.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Marques

**CUIABÁ/MT
JULHO/2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586m Silva, Débora Jean Lopes.
MULHERES NA LITERATURA: Escritas de autoria feminina
negra. / Débora Jean Lopes Silva. -- 2021
139 f. ; 30 cm.

Orientadora: Ana Maria Marques.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de
Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino
de História, Cuiabá, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Ensino de História. 2. Racismo. 3. Representatividade. 4.
Literatura Feminina Negra. 5. Relações étnico raciais. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: MULHERES NA LITERATURA: ESCRITAS DE AUTORIA FEMININA NEGRA.

AUTOR (A): MESTRANDO (A) **DEBORA JEAN LOPES DA SILVA**

Dissertação defendida e aprovada em 2 de **Julho** de 2021

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. PROFA. DRA. ANA MARIA MARQUES (ORIENTADORA/PRESIDENTE DA BANCA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. PROFA. DRA. ALEXANDRA LIMA DA SILVA (AVALIADORA EXTERNA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3. PROFA. DRA. ANA CAROLINA DA SILVA BORGES (AVALIADORA EXTERNA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

4. PROFA. DRA. JAQUELINE APARECIDA MARTINS ZARBATO (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CUIABÁ, 02/07/2021.



Documento assinado eletronicamente por **OSVALDO RODRIGUES JUNIOR, Coordenador(a) do Mestrado Profissional em História - IGHD/UFMT**, em 16/07/2021, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Lima da Silva, Usuário Externo**, em 16/07/2021, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **ANA MARIA MARQUES, Docente da Universidade Federal**



de Mato Grosso, em 16/07/2021, às 23:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA DA SILVA BORGES, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/07/2021, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3724590** e o código CRC **22064256**.

*Dedico este trabalho a minha mãe, Iraci Lopes Martins meu exemplo maior de superação,
coragem e fé.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus a finalização desse ciclo, foi a espiritualidade maior que me sustentou ao longo dessa caminhada, na qual vivi momentos desafiadores de ansiedades, dúvidas, desconstrução e ressignificação, potencializados pelo contexto de uma pandemia com os desafios que ela trouxe para a vida de todos, em particular a nós professores.

À minha mãe Iracy Lopes Martins, que apesar de todas as dificuldades e da pouca escolaridade, soube inculcar em mim e em meus irmãos o valor do estudo, e a consciência de que o caminho da superação passava necessariamente pela educação. Agradeço a Maria Eduarda minha filha, espírito vibrante, inquieto e questionador veio para me despertar e desinstalar em todos os sentidos, principalmente na questão feminista, e ao Carlos Magno meu grande parceiro de vida e maior incentivador.

Gratidão a Eliana Carulla e Vânia Pires, amigas irmãs de caminhada, que a vida generosamente me brindou, meu espaço de acolhimento, força, afeto e sororidade.

À Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, por me possibilitar o afastamento de minhas atividades para qualificação profissional através do mestrado, sem o qual teria sido muito difícil essa conquista. E ao meu querido amigo Isaltino Alves Barbosa, sempre pronto para me ajudar e esclarecer minhas dúvidas, muito obrigado por seu apoio e amizade.

Quero estender meus agradecimentos aos professores do profhistória, Ana Maria Marques, Beatriz Feitosa, Bruno Rodrigues, Edvaldo Sotana, Ernesto Sena, Nileide Dourado e Renilson Ribeiro, por toda dedicação e conhecimento compartilhado. Especialmente a profa. Ana Maria Marques, pela disponibilidade de caminhar comigo nessa pesquisa como orientadora, pela liberdade de me permitir encontrar meu caminho na pesquisa, pelo respeito, compreensão, orientação precisa, e amizade.

Sou muito grata aos meus colegas de mestrado, em especial a Gleiciane, Nayara e Suely pela amizade, parceria, trocas de ideias e ajuda mútua ao longo de todo o processo, a Sandra por tantas palavras de incentivo e afeto, agradecimento este que é extensivo as minhas “irmãs de orientação” Ariadne, Andreia, Dejenana e Valeska, pela sensibilidade, escuta e contribuições valiosas, e a querida e doce Bruna por tantos momentos, sentimentos e conhecimentos compartilhados.

Agradecimento mais que especial a Cristina Soares, mulher forte, de uma generosidade incrível, ser de luz que a vida me deu o privilégio de conhecer, não tenho palavras para agradecer toda a força, amizade, incentivo, e ajuda recebida, ela sempre será uma fonte de inspiração para mim, a ela eu dedico esse trabalho.

Agradeço as bancas de qualificação e defesa, professora Ana Carolina Borges, professora Alexandra Silva, professora Jaqueline Zarbato e professora Ana Maria Marques por aceitarem participar desse processo, pela acolhida, leitura criteriosa e contribuições valiosas que deram à pesquisa, foi uma grande honra contar com a presença de vocês. Finalizo esse processo com um sentimento de profunda gratidão a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

RESUMO

Esta pesquisa tem como enfoque apresentar a literatura escrita por mulheres negras brasileiras, como suporte para o ensino de história. Objetiva-se romper com o ensino de história voltado para o modelo heteronormativo, a saber: eurocêntrica e machista que canoniza protagonistas brancos e masculinos, visando promover o conhecimento dos (as) estudantes da educação básica para o protagonismo de mulheres negras, utilizando a obra “Quarto de despejo” da autora Carolina Maria de Jesus. Neste sentido, demonstrar que a linguagem literária e neste caso - a literatura de autoria feminina negra - pode ser um dos vários caminhos para o exercício da investigação e construção do conhecimento histórico, colocar em prática a Lei 10639/2003, bem como, mostrar que a escola pode ser um lugar que quebre paradigmas, que combata o racismo e promova a construção de uma identidade racial positiva.

Palavras chave: Ensino de História / Racismo / Machismo / Literatura Feminina Negra / Representatividade / Relações étnico raciais

RESUMEN

Esta investigación tiene como foco presentar la literatura escrita por mujeres negras brasileñas, como soporte para la enseñanza de la historia. El objetivo es romper con la enseñanza de la historia centrada en el modelo heteronormativo, o sea: eurocéntrico y machista que canoniza a los protagonistas blancos y masculinos, con el objetivo de promocionar el conocimiento de los estudiantes de la educación básica para el protagonismo de las mujeres negras, utilizando la obra “Cuarto de despejo” de la autora Carolina Maria de Jesus. En este sentido, demostrar que el lenguaje literario y en este caso - la literatura de autoría femenina negra - puede ser uno de los tantos caminos para el ejercicio de la investigación y construcción del conocimiento histórico, puesta en práctica en la Ley 10639/2003, así como, mostrar que la escuela puede ser un espacio que quiebre los paradigmas, que combata el racismo y promueva la construcción de una identidad racial positiva.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia / Racismo / Machismo / Literatura Femenina Negra / Representatividad / Relaciones étnico raciales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
CAPÍTULO 1 – O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: SILENCIAMENTO E NEGAÇÃO DO RACISMO.....	16
1.1- Racismo e machismo estrutural: Processo de apagamento, as marcas de raça, gênero e classe.....	16
1.2- Mulher negra em meio as encruzilhadas das opressões: Raça, Gênero e Classe.....	35
CAPÍTULO 2 - LITERATURA COMO FONTE NA PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA: TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO CAMINHO DAS LETRAS.....	39
2.1 - Literatura como fonte na pesquisa e ensino de História, e interdisciplinaridade.....	40
2.2 - A Literatura brasileira: Eurocentrismo e misoginia das produções literárias	46
2.3 - As mulheres na literatura: desafios, resistências e estereótipos.....	56
CAPÍTULO 3 - MULHERES NEGRAS E A LITERATURA.....	70
3.1- A representação das mulheres negras na literatura brasileira.....	70
3.2- Literatura de representatividade, a escrita de autoria feminina negra.....	77
3.3- A escrita de nós/Escrevivência - desafios e superações das mulheres negras no campo literário.....	84

CAPÍTULO 4 – A ESCRITA DE MULHERES NEGRAS EM SALA DE AULA À PARTIR DA LEI 10639/2003.....	88
4.1- Lei 10.639/2003 e o Ensino de História – “Perigo do mês único”	88
4.2- “Muito bem Carolina!” - Escrivência de Carolina Maria de Jesus Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus.....	96
4.3- Aprendendo e ensinando com Carolina	103
4.4- Caroline-se: O uso da escrita de autoria feminina negra – na busca de uma educação antirracista a partir da obra “Quarto de despejo diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	120
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias tem sido usada para expropriar e tornar maligno. Mas histórias também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias podem reparar essa dignidade perdida. (...) Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história, sobre qualquer lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.

Chimamanda Adichie

Quando comecei o mestrado não tinha uma ideia exata de qual seria meu objeto de pesquisa, mas não conseguia me ver trabalhando outra temática que não passasse pelas relações étnico raciais e de gênero. Sexismo/machismo e racismo insurgia para mim como uma necessidade, que a princípio atribuí à realidade de violência simbólica de caráter machista e racista, presenciada no espaço escolar vivenciadas por minhas alunas, tanto por parte de colegas de sala de aula e ou professores. Me incomodava a não percepção por parte delas dessa condição e conseqüentemente a não reação à ação sofrida.

À medida que fui aprofundando nas leituras sobre o tema, me vi tomada por um grande desconforto, que me fez perceber, que a opção por essa temática tinha muito mais a ver comigo do que com minhas alunas, com os ruídos de minhas memórias silenciadas, guardadas por longo tempo, muitas vezes não compreendidas, mas permaneciam latente, e de alguma forma pautando quem eu sou hoje, quem eu me construí, minhas escolhas e ações, bem como a qualidade das minhas relações. Memórias essas que me fizeram revisitar minha infância, adolescência, juventude, recordar experiências vividas em família, na escola, na estrutura religiosa onde vivi por 15 anos, no partido político e por fim de volta à escola na qualidade de educadora.

Esse exercício de memória me levou a recordar situações, frases, palavras, que muitas vezes não compreendi quando foram ditas, mas que ainda ecoam dentro de mim com uma certa carga de emoção. A princípio quis mudar, trabalhar outra temática, que não me colocasse em

zona tão desconfortável, em que eu não me sentisse tão vulnerável; após conversas com colegas e orientadora, passada a turbulência segui no meu propósito inicial.

Na busca de meu objeto de pesquisa, as aulas de História da África foram de grande contribuição; em conversas com o professor da disciplina, ele me falou de algumas mulheres escritoras que valia a pena eu conhecer, como Maria Firmina, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus dentre outras. Fui buscá-las e não tive dúvidas de que havia encontrado meu campo de pesquisa, a literatura de autoria feminina negra, escrita que tem uma potente identidade étnica. Essas mulheres ao escreverem suas vivências, não falam só de si, de suas experiências vividas, positiva e negativamente, como mulheres negras, mas falam de nós, de mim, e de tantas outras, de uma coletividade, falam de experiências vivenciadas, memórias sufocadas, de toda uma ancestralidade. A potência dessa narrativa é muito bem descrita por Conceição Evaristo:

E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência. Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar e desejar e ampliar a semântica do termo. Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. Conceição Evaristo, no depoimento que abre este livro. (Evaristo, 2020 pg. 12)

São ‘passos que vem de longe’, de memórias ancestrais, tradições e culturas africano-brasileiras, do passado histórico, até o presente, e nos colocam diante de uma narrativa que tem um compromisso com a mudança, que emerge questionando o espaço de subalternidade imposto a mulher negra na sociedade, nas organizações de esquerda, no movimento feminista e até mesmo no movimento negro; e busca estratégias políticas emancipatórias e de alteridade, busca a utopia de ser humano pleno, para além das diferenças sexual, gênero e raça, apresentados numa escrita diferenciadora, inovadora e transgressora.

Me perguntei, por que levei tanto tempo para saber da existência dessas mulheres e conhecer suas produções. Foi quando me deparei com a condição de invisibilidade a que essas escritoras são submetidas. Escrever e publicar é um privilégio ainda muito masculino, poucas mulheres conseguem romper essa barreira, essas práticas de apagamento da “escrita feminina” atingem mais intensamente as autoras negras, uma vez que são agravadas pelas relações desiguais do ponto de vista étnico racial, e não apenas de gênero. Em uma sociedade onde o machismo e o racismo são estruturais e estruturantes das relações sociais, dos espaços de poder, o lugar destinado a cada indivíduo se dá por meio de uma divisão, hierarquização, ordenação e exclusão. Nesse contexto o espaço destinado a à mulher negra é o da subalternidade, não reconhecendo suas produções e tirando dela o direito de exercer sua subjetividade.

O que nos provoca a refletir e questionar a respeito de quem tem autoridade para pensar, escrever e teorizar? Em uma sociedade patriarcal, capitalista de supremacia branca, as regras que regem o contexto social, são claras e dadas de antemão, elas atuam de modo a negar às mulheres e principalmente as mulheres negras a possibilidade de “seguir uma vida da mente”. (hooks, 1995, p. 468), tornando o domínio intelectual um espaço quase que proibido para elas. Conceição Evaristo denuncia essas regras questionando a invisibilidade da produção teórica e literária de mulheres negras a partir da sua própria experiência de escritora negra:

Que regras são essas da sociedade brasileira para vermos uma mulher virar um expoente no campo da literatura só aos 71 anos? Enquanto você vê outras expoentes na literatura que às vezes são meninas com idade para serem minha neta, mas como vêm de um grupo social diferenciado do meu, são mais jovens, são brancas, têm sua competência logo revelada? Por que a minha competência está sendo tão tardiamente reconhecida? [...] É preciso questionar essas regras e dinâmicas sociais, culturais e econômicas que tornam tudo muito mais difícil para as pessoas negras. A primeira obra que eu escrevi, *Becos da Memória*, ficou guardada durante 20 anos. Eu mandei para várias editoras. O texto literário, no caso da autoria negra, carrega a nossa subjetividade na própria narrativa. A temática negra, principalmente quando trabalha com identidade negra, não é muito bem aceita. Quando a temática negra trata do folclore, ou não é tão reivindicativa, aí interessa. Mas quando questiona as próprias relações raciais no Brasil, é quase um tema interdito. Principalmente se isso é colocado pela própria autoria negra. Até então, os brancos podiam dizer a nosso respeito. Mas quando a gente se apropria do nosso discurso, da nossa história, isso é motivo de interdição. (CONCEIÇÃO EVARISTO, entrevista concedida a Júlia Dias Carneiro, BBC Brasil RJ, mar. 2018)

Após essas inquietantes constatações, o desafio então passou a ser escolher uma escritora e obra, em um universo tão rico, a escolha se fazia necessária, o tempo de mestrado é muito curto e eu tinha um longo caminho a percorrer. A opção por Carolina Maria de Jesus,

mulher valente e inspiradora, e sua obra “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada”, que em 2020 completou 60 anos de sua publicação, se deu de forma também muito pessoal, me impressionou a coragem com que ela enfrentava o sofrimento e as dificuldades da vida, onde mesmo cansada da vida “infausta” como ela referia a própria vida, encontrava forças para recomeçar todos os dias. O que me reporta a história de garra e coragem de tantas outras mulheres em nosso país, dentre elas, não posso deixar de mencionar minha mãe, que como Carolina, enfrentou inúmeras dificuldades mas sempre acreditou na vida, e que dias melhores estavam por vir, criou os filhos sozinha, trabalhando em serviços subalternos, doméstica, cozinheira, serviços gerais, nunca deixou que seus filhos passassem fome, necessidades ou faltasse um dia a escola, porque via na educação o caminho da superação, eu não me recordo ao longo de minha vida de tê-la visto reclamar, perder a fé ou a disposição de viver, mesmo diante das maiores dificuldades.

Levar a história da Carolina para sala de aula, é também uma forma de homenagear todas essas mulheres que assim como minha mãe, não escreveram um livro, mas que tem suas vivências contempladas, nos escritos de Carolina, e de todas as mulheres negras que através de sua escrita, carrega e propaga, as dores as alegrias, os gritos e sussurros, as frustrações e os sonhos, de uma multidão de pessoas, de vozes que são insistentemente silenciadas, numa escrita que nasce do cotidiano, de suas vivências próprias, mas também das vivências de homens e mulheres de seu povo, e traz consigo toda uma ancestralidade.

A literatura como suporte para o ensino de história:

Nos últimos decênios no universo historiográfico ocorreu inúmeras mudanças significativas. Nesta área de conhecimento e saber se expandiram e se fracionam, tornou-se necessário novas perspectivas de orientação e Ensino de História. Utilizando a análise de Peter Burke (2011), a “nova história é a história escrita como reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional, aquele termo útil, embora impreciso posto (...) Thomas Kuhn” (BURKE, 2011, p. 10). Desse modo novos olhares e entendimentos voltado para o Ensino de História surgiram, trazendo à tona novas pesquisas e estudos, que antes eram totalmente invisíveis para o “paradigma tradicional” de uma historiografia em alguma medida ainda comprometida com o positivismo.

De acordo com esta perspectiva, estudos e pesquisas foram promovidos instigando uma nova metodologia no campo da docência afluindo cada vez mais em todos os níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior), o Ensino de História deve traçar novas estratégias, com novos aportes teóricos. A partir desse prisma, ganha notoriedade outras fontes

documentais como literatura, fotografias e imagens de todos os tipos e suportes, cartas, reportagens em jornais e revistas, receitas culinárias, músicas, mapas, entre outras relíquias, que outrora ficaram guardadas num canto ou em uma graveta, e nas últimas décadas tornam-se ponto de partida para a produção do conhecimento.

Ao compreendermos que a História pode ser ensinada por meio de diversas fontes documentais para além do livro didático, ajuda-nos a fomentar novas referências e novos olhares, tanto dos discentes quanto dos docentes, sobre o passado. Essas mudanças são relevantes para se pensar o Ensino de História na atualidade. Ao longo das nossas vidas sempre nos deparamos com uma caixa de papelão ou lata decorativa de algum produto do gênero alimentício ou de perfumaria que por questão de afeto, apego e/ou beleza foi adquirindo outras serventias para além de um objeto descartável, tornando-se enfim refúgio de memória. Ao abriremos essas caixas ou latas somos lançados para outro tempo e espaço, que ali ficaram guardados em formas de fotografias, reportagens, receitas, mapas, cartas, entre outros documentos preciosos, em preto e branco ou num amarelo desbotado; tais vestígios abrigam um lapso fulgido de prazeres, medos, conflitos instantâneos do passado. São “vidas recortadas”, conforme Burke, “construção cultural, sujeita a variação, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 2011, p. 11).

Assim, com novos documentos, o Ensino de História fomenta novas discussões, outros olhares e sensibilidades que visam diminuir a distância, a fragmentação e a desarticulação existentes no processo de escolarização do conhecimento histórico. Pois, a compreensão de que a História pode ser ensinada por meios de outros materiais e discursos provocam mudanças significativas para estudantes e professores.

Para tanto, no decorrer da confecção deste trabalho despontaram inúmeras inquietações, principalmente em relação aos usos da literatura como fonte para o ensino de História. Quais são os problemas potenciais para a utilização da literatura como fonte histórica? Quais os benefícios e insights oriundos das somas dessas duas disciplinas narrativas limítrofes? Para a historiadora Lynn Hunt a história e a literatura se entrecruzam nas descrições de novos campos de lutas, política e cultura na sociedade. “As palavras não refletiam apenas a realidade social e política; eram instrumentos de transformação da realidade” (HUNT, 2006, p. 23).

Diante disso, podemos compreender a importância da obra “Quarto de Despejo. Diário de uma favelada” de autoria de Carolina Maria de Jesus, que traz em sua escrita seu lugar de fala e descrição da fome cotidiana que acomete as vidas de inúmeras mulheres negras que são invisibilizadas em nossa sociedade hierarquizada sistêmica/estruturalmente em questões racial e de gênero.

Carolina Maria de Jesus em sua escrita almejava romper esta mudez que se sustentavam “*em fechados futuros/ em furioso silêncio*”¹ somando ao extermínio de vidas negras durante séculos, desde antes do maior crime da humanidade, diáspora forçosa de negras e negros ao continente americanos como escravos. A proposta dessa análise é a partir de autoras decoloniais e pós-coloniais do feminismo negro, buscar compreender os múltiplos silenciamentos epistêmicos e sociais latente na sociedade brasileira a mais de 400 anos. Na obra “Quarto de despejo. Diário de uma favelada” ecoa a voz feminina que transcreve o cotidiano da mulher negra, mãe, trabalhadora e favelada, que a partir de sua escrita empodera sua voz, seu lugar de fala tentando recriar uma nova ordem discursiva.

Carolina Maria de Jesus nasceu em Minas Gerais na cidade de Sacramento em março de 1914, considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras, nunca teve seu nome citado na academia de Letras Brasileira² e suas obras ainda são de grande desconhecimento para a população que não a consagrou. Este fato se deu e se dá simplesmente por uma questão de gênero e racial.

Carolina de Jesus, transpassa a zona do singular em suas obras, vocifera à coletividade miserável de indigentes invisíveis aos olhos dos governantes, que se amontoa em barracos e nos vãos das pontes nas grandes cidades. O coração econômico do Brasil foi o palco das crueldades mais infaustas narrada pela autora. Na cidade de São Paulo, Carolina foi empregada doméstica, mãe e catadora de papel e outros tipos de lixo reaproveitáveis para sobreviver.

A característica mais latente em Carolina Maria de Jesus é que tinha plena consciência de sua condição de pobre, mulher negra e semialfabetizada. Além de compreender a qualidade de sua escrita visceral que denunciava a pobreza ou como muitos nomearam a “Literatura da Fome”, o racismo e o machismo estrutural. Na narrativa de seu diário cotidiano em uma favela, a autora conta seu cotidiano, e os sacrifícios de ser mãe solteira de três filhos (João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus) que devia alimentá-los e cuidar sozinha de tudo, além de ter que lidar com o preconceito de não ser uma mulher solteira.

A publicação de suas obras só se tornou possível devido um homem, branco de classe média alta, o repórter Audálio Dantas que teve a sensibilidade de escutar as denúncias pulsantes dessa mulher que tinha voz e lugar de fala, perante a miséria que assolavam a Favela do Canindé que se expandia ao entorno das margens do rio Tietê. Audálio Dantas afirmou: “A história da favela que eu buscava estava escrito em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava

¹ Cito verso do poema “Sol e blues” Beatriz Nascimento (2018, 464).

² Carolina Maria de Jesus, recebeu no dia 25/02/2021 uma homenagem póstuma, o título de doutor honoris causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

em seu barraco. Li, logo vi: repórter nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela” (JESUS, 2014, p. 06).

A obra “Quarto de Despejo” tem esta nomeação para demonstrar a invisibilidade social. A autora ainda explica que “é por isso que denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos trastes velhos” (JESUS, 2014, p. 171). Ao longo do século XX e XXI neste sistema de desigualdade social do neoliberalismo vimos e vemos a multiplicação dos inúmeros “quartos de despejos” e realidade de sobrevivida e outras Carolinas de Jesus.

Uma reportagem pelo jornal G1 traz na chamada “Mães negras e solteiras sofrem mais com a falta de saneamento e carência nas casas”³. Além de escancarar dados já conhecido na sociedade brasileira. Contudo, constantemente silenciado como: “Mais de 40% das negras não têm acesso a esgoto, contra 27% das brancas. Coleta de lixo e acesso à abastecimento de água também são piores. Dados do IBGE ainda apontam que o rendimento das brancas é 70% maior que o das mulheres negras”⁴. O racismo estrutural atinge a mulheres negras com menos oportunidade de trabalho ou formação intelectual, discriminação salarial entre outras desigualdades que segundo o IBGE vai desde o saneamento básico a expectativa de vida.

Entretanto, estes dados não são recentes, esta violência sistêmica contra as mulheres negras já vem sendo denunciada há muito tempo, como podemos observar na obra “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus.

As mulheres saíram, deixou-me em paz por hoje. Elas já deram o espetáculo. A minha porta atualmente é teatro. Todas as crianças jogam pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatorias. Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz que elas. Elas tem marido. Mas são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas (JESUS, 2014, p. 16)

O racismo e o sexismo contra a mulher negra que bell hooks denunciava em “Intelectuais Negras” em relação aos interditos sobre a contribuição da escrita é pulsante no percurso vivenciado por Carolina de Jesus. “É o conceito ocidental sexista/racista de quem e o

³ Reportagem acessada dia 09/09/2020 as 07h pelo site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/06/maes-negras-e-solteiras-sofrem-mais-com-falta-de-saneamento-e-carencias-nas-casas.ghtml>.

⁴ Idem

quê é um intelectual, que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual” (hooks, 2014, p. 468)⁵.

.. Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos.

Eles respondia-me:

É uma pena você ser preta.

Esquecendo eles que adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (JESUS, 2014, p. 64).

Carolina Maria de Jesus evidencia no trecho acima uma discussão muito em voga na atualidade, que o cabelo crespo não é apenas um elemento que identifica a população afrodescendente, refletindo, também, os conflitos raciais existentes no Brasil. Compreende-se que diferentes movimentos identitários tornaram o cabelo crespo, uma latente arma política de resistência ao racismo em nossa sociedade.

... Um dia, um branco disse-me:

- Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem.

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém (JESUS, 2014, p.65).

Quando lemos o “Quarto de despejo” nos sentimos impulsionadas a carolinar-nos, nos vemos como Carolina em muitos momentos e percebemos o quanto as mulheres negras espalhadas pelo Brasil são um pouco “Carolinas”, sentimos suas dores, angústias, sonhos e perspectivas. As autoras que utilizei como principais aportes teóricos a essa pesquisa são um pouco Carolinas também, Grada Kilomba, bel hooks, Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, entre tantas outras, nos mostram o quanto a escrita feminina negra é arrebatadora, transformadora, descoloniza e liberta as mentes antes presas a uma visão eurocêntrica de mundo.

Analisando a lista de livros paradidáticos proposto para leitura dos estudantes nos últimos 3 anos nas turmas do ensino fundamental anos finais,¹⁶ constatei que 100% foram de

⁵ Artigo acessado no dia 09/09/2020 as 08h, no site: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>.

⁶ O livros paradidáticos são propostos em conjunto pelas disciplinas de língua portuguesa e redação. Trata-se de uma escola tradicional, de confissão católica cuja ação é voltada para um público de classe média e alta.

autoria branca, sendo 65% de autoria masculina, 35% de autoria feminina. Nenhum abordando questões relacionadas a História da África e ou cultura afro-brasileira. Tal constatação me fez ver a urgência de tirar essas mulheres, suas histórias e narrativas da invisibilidade e silenciamento, e provocar uma mudança na lista de ‘clássicos’ propostos para leitura na escola.¹⁷

Nesse sentido o principal objetivo da pesquisa é oferecer uma contribuição teórica acerca das questões étnico raciais buscando romper com o ensino de história voltado para o modelo heteronormativo, eurocêntrico e machista que canoniza protagonistas brancos e masculinos, visando promover o conhecimento dos (as) estudantes da educação básica para o protagonismo de mulheres negras, utilizando a obra “Quarto de despejo” da autora Carolina Maria de Jesus, dessa forma, demonstrar que a linguagem literária - a literatura de autoria feminina negra - pode ser um dos vários caminhos para o exercício da investigação e construção do conhecimento histórico, colocar em prática a Lei 10639/2003, promover uma reflexão e debate sobre as questões étnico raciais e mostrar que a escola pode ser um lugar que quebre paradigmas, que combata o racismo e promova a construção de uma identidade racial positiva; apresentando como sugestão de atividade pedagógica, uma sequência didática que possa servir como material de apoio/complementar às(aos) professoras/es disponibilizada em meios digitais e ou impresso, a partir da obra de Carolina, mas que pode ser adaptada a obras de outras autoras.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos, organizados da seguinte maneira, o primeiro capítulo intitulado **O mito da democracia racial: silenciamento e negação do racismo**, proponho uma reflexão sobre o mito da democracia racial, evidenciando a existência de um processo de negação e silenciamento com relação a questão racial no Brasil, e a resistência em se falar sobre o racismo, em desnaturalizar e desconstruir os estereótipos atribuídos à mulher, ao homem/mulher negro/a e ao continente africano, bem como, perceber a situação de injustiça a que a população negra foi e ainda é submetida em nosso país, onde o ‘mito da democracia racial’, inspirado no princípio da miscigenação, blindou todo o histórico de racismo e escravidão existentes em nosso país, dificultando seu reconhecimento e consequentemente sua superação, contribuindo para manter pessoas negras fora dos espaços de poder na sociedade, numa exclusão que é moral, afetiva, econômica e política.

A partir de uma abordagem histórica sobre o conceito de eugenia, evolucionismo, raça e branquitude, destacar os males causados pelo racismo, o qual ligado a um processo de

⁷ Segue em anexo a lista de paradidáticos adotados na escola.

colonização, fez com que o conceito de raça passasse a ser explicado como algo natural, inerente às características biológicas. Nesse contexto, a subjugação dos valores culturais e intelectuais, se apresenta como o aspecto mais danoso da colonização, uma vez que vai além da dominação política, coloca amarras na mente do colonizado, que continuará a ver a cultura ocidental como superior mesmo após sua emancipação política. Convencendo o intelectual colonizado de que sua cultura e epistemologia são inferiores àquelas do povo que o domina, consagrando assim imagem do homem branco como superior em todos os aspectos.

No combate ao racismo o grande desafio é reconhecer e denunciar sua existência de forma estrutural e sistêmica em nossa sociedade, constituindo a base de todas as desigualdades entre brancos e negros, desmascarar o mito da democracia racial, e buscar uma contra narrativa antirracista, nesse sentido ressaltamos a importância da arte e principalmente a arte literária negra como instrumento potente de enfrentamento ao racismo e de construção de uma identidade individual e coletiva de ser negro como algo positivo que combata os estereótipos depreciativos, que se contraponha à política de discriminação e promova um processo de libertação e descolonização mental.

Na segunda seção desse capítulo, cujo título é *Mulher negra em meio as encruzilhadas das opressões: Raça, gênero e classe*, discutiremos a temática do racismo e do machismo que pesa sobre a mulher negra, dentro de uma sociedade heteronormativa, sexista, patriarcal e estruturalmente racista, a mulher negra se encontra imersa no grau mais profundo de subalternidade, uma vez que intersecciona as opressões de raça, gênero e classe, tornando-a vítima de toda sorte de violência. Abordando os estereótipos atribuídos a mulher negra ao longo do tempo e como a forma como ela é vista, ajuda a entender essa vulnerabilidade, como essas imagens de controle tendem a “autorizar” violações contra ela e são também indicadores de um lugar social, de confinamento em determinados espaços, são imagens consagradas que segrega e marginaliza a mulher negra. A urgência de desenvolver ações que promova o combate ao racismo e sexismo bem como a importância de buscar uma representatividade positiva com a inserção de mulheres negras em todos os espaços sociais. Levar para sala de aula a escrita de autoria feminina negra é uma forma de colocar em pauta essa discussão, dar visibilidade a produção dessas escritoras, promover uma contra narrativa e apresentar as(aos) estudantes afrodescendentes uma literatura de representatividade.

No segundo capítulo será abordado a **Literatura como fonte na pesquisa e ensino de história e a trajetória das mulheres no caminho das letras**, onde na primeira seção apresentaremos em linhas gerais, sobre a relação entre historiador e fontes históricas, abordando

a expansão documental que ocorre na historiografia a partir do século XX, e a interdisciplinaridade com outros campos do saber, que trouxe mudanças significativas tanto para a pesquisa como para o ensino de História. Destacando a renovação do corpus documental para o ofício do historiador, que ocorreu no decorrer do século XX, provocando uma mudança no paradigma do que se entende por documento, onde se passa a observar uma diversidade de fontes passíveis de serem utilizadas, bem como o reconhecimento da subjetividade inerente à escrita da história, nesse contexto se insere como fonte para a pesquisa e o ensino de História a Literatura.

Na segunda seção intitulada *A Literatura brasileira: Eurocentrismo e misoginia nas produções literárias*, traz uma reflexão sobre a literatura brasileira evidenciando o caráter eurocêntrico e misógino presentes nas produções literárias. Onde a grande maioria dos textos, foram por muito tempo escritos por homens, cuja visão em maior ou menor grau busca justificar a inferioridade e submissão feminina. Um modelo literário excludente, estabelecido de acordo com os valores de uma sociedade patriarcal e euro centrada, que nega a Mulher o direito ao espaço público, a equidade. Apontar as dificuldades enfrentadas pelas Mulheres para romper as barreiras impostas a elas no caminho da escrita, evidenciando que quando a opressão de gênero se soma a de raça e classe essas dificuldades são extremamente maiores, dessa forma os desafios enfrentados pelas mulheres negras são múltiplos e gigantescos.

Na terceira seção, *Mulheres na literatura: desafios, resistências e estereótipos*, apresentaremos a trajetória das primeiras mulheres que adentraram o caminho das letras, em princípio uma literatura escrita por mulheres brancas com algumas raras exceções, sendo a maioria delas pertencente a classe média, destacando os desafios e resistências enfrentados pelas primeiras escritoras brasileiras que ousaram desafiar um cânone profundamente dominado pelo elemento masculino e sua visão de mundo a qual pretendia universal.

O terceiro capítulo **Mulheres negras e a Literatura**, está dividido em três seções sendo que na primeira será trabalhado *a representação das mulheres negras na literatura brasileira*, refletindo sobre como as mulheres negras e mestiças são representadas na literatura tradicional, representações carregadas de preconceitos e estereótipos que prejudicam a construção de uma identidade positiva do ser negra e/ou mestiça e contribui para a preservação do racismo. Representações fundamentada nas ideologias racistas e sexistas, e no passado histórico marcado pela colonização e escravidão.

Na segunda seção, *Literatura de representatividade, a escrita de autoria feminina negra*, apresentar a literatura de autoria feminina negra que tem despontado nos últimos tempos, conquistando espaços, representando um diferencial para o cânone literário. Inovando o jeito de contar a própria história, essas mulheres vem rompendo estigmas e silenciamentos, numa escrita que denuncia abusos e violências causadas pelo racismo, fazendo dessa escrita uma ferramenta de denúncia, reivindicação, e de representatividade, de se fazerem sujeitos de sua própria história, não apenas personagens, retratadas de forma estereotipadas; driblando os desafios do sexismo e do racismo para divulgarem seus textos e se destacarem no cenário literário e no mercado editorial.

Na terceira seção intitulada: *A escrita de nós/Escrevivência - desafios e superações das mulheres negras no campo literário*, propõe-se apresentar a escrita de autoria feminina negra a partir do conceito de escrevivência cunhado por Conceição Evaristo, uma escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, das experiências de vida de quem escreve, do seu espaço de pertencimento, do coletivo no qual está inserida, que busca recuperar toda uma memória ancestral, mais que uma escrita de si, uma escrita que traz o signo de uma coletividade; de experiências vividas por negros e negras na sociedade brasileira. Trazendo o protagonismo de mulheres negras que em seus textos refletem e denunciam desigualdades, preconceitos, patriarcado e racismo, exaltam a força das mulheres, questionam a literatura oficial eurocêntrica, que tende a apagar e silenciar pessoas negras em seus discursos.

O capítulo quatro: **A escrita de mulheres negras em sala de aula à partir da lei 10639/2003**, está dividido em quatro seções, na primeira de título *A Lei 10.639/2003 e o Ensino de História – “Perigo do mês único”*, será abordado a importância da promulgação da Lei 10.639/2003 como fruto da luta do movimento negro, importante dispositivo legal no combate ao racismo; destacando as dificuldades e resistências por parte da escola e corpo docente para a compreensão de seu alcance e implementação, fato que contribui para que a lei não saia do papel, reduzindo sua aplicação a algumas atividades pedagógicas em datas comemorativas, concentradas especialmente no mês de novembro. Evidenciando a necessidade de promover uma reformulação do currículo de forma que atenda o objetivo que a Lei propõe, e desenvolver ações educativas diárias na busca de uma Educação que seja menos eurocêntrica e mais afro centrada.

A segunda seção *“Muito bem Carolina!” - Escrevivência de Carolina Maria de Jesus na obra Quarto de despejo: diário de uma favelada*, onde a partir da vida e obra de Carolina, demonstrar a importância da leitura e escrita para inserção do indivíduo na sociedade e

superação da condição de invisibilidade e subalternidade. A leitura literária promove maneiras de ver e entender a realidade, ajuda a construir uma visão de mundo, a ver e refazer conceitos, principalmente quando essa literatura é portadora de uma crítica social como é a escrita de Carolina Maria de Jesus, que através de seus relatos escancara ao mundo as condições de miserabilidade que a população da favela do Canindé estava submetida. Escrevendo a partir do seu lugar de fala Carolina se torna também um sujeito social e sua escrita um instrumento de denúncia das injustiças sofridas no passado e no presente por uma grande parte da população brasileira. Carolina demonstra ter consciência do poder de sua escrita como instrumento de defesa, e que seria através dela que superaria a sua condição de favelada.

A terceira seção, *aprendendo e ensinando com Carolina* – Apresentar o diário de Carolina como uma significativa fonte documental historiográfica, que nos permite analisar o passado a partir de como este era vivido e sentido pelas populações empobrecidas, um viés diferente do que nos é contada pela história oficial e que está presente nos livros didáticos. Carolina nos seus relatos traz o contexto econômico, político e social de sua época, suas reflexões, sonhos e perspectivas e nos provoca a pensar várias temáticas que podemos levar para sala de aula, e refletir sobre as diversas opressões a que a população pobre e negra ainda está submetida, sendo que o peso maior recai sobre as mulheres negras. Questões como: Exclusão Social, racismo, gênero, a leitura e escrita como instrumento de superação, extremamente pertinente para serem discutidas em sala de aula.

A quarta seção, *Caroline -se: O uso da escrita de autoria feminina negra – na busca de uma educação antirracista a partir da obra “Quarto de despejo diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus*. Evidenciar que o uso da literatura de autoria feminina em sala de aula requer a elaboração de novos planos de aula, que possibilite estar promovendo conhecimento, reflexão, tomada de consciência, sobre as questões étnico-raciais, como as diversas práticas de racismo, machismo e segregação sofrida pela população negra na sociedade e no ambiente escolar, despertar para a valorização da cultura brasileira de matriz africana, buscando transformar a escola em um espaço de pertencimento para todos.

A proposta da sequência didática anexa a essa dissertação, propõe apresentar possibilidades de trabalho com a linguagem literária a partir da obra de Carolina de Jesus o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, objetivando romper com a história única, que privilegia o masculino e o branco como protagonista, colocar em prática a Lei 10.639/2003, promover uma educação antirracista. Uma proposta de trabalho que pode ser desenvolvida com

alunos das turmas dos 9º anos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, numa perspectiva interdisciplinar, articulando conjuntamente as disciplinas de História, Língua Portuguesa e Redação. Entendendo que as áreas do conhecimento dialogam entre si, é importante desenvolver uma prática didática que auxilie os(as) estudantes a enxergar essa inter-relação entre as disciplinas. Quanto à metodologia, as aulas serão expositivas e dialogadas a partir da leitura da obra indicada, também serão realizados debates, rodas de conversas acerca dos aspectos mais relevantes do livro como desigualdade social, exclusão, discriminação, preconceito de classe, gênero e raça, subalternidade, silenciamentos. Segue num roteiro de seis aulas, nos quais será possível introduzir, desenvolver e concluir minimamente esse conteúdo. Caso seja necessário, tanto o conteúdo quanto o número de aulas podem ser expandidos.

Como proposta para encerrar essa sequência didática, os estudantes serão orientados a que produzirem vídeos, resenhas, podcasts, resenha crítica, diário literário sobre a vida e obra da autora, para serem apresentados em sala de aula e, posteriormente, postado no site do colégio e em rede social. Poderá também ser apresentada uma proposta de desafio, que os leve a pensar o seu cotidiano e lugar social, a partir da escrita de sua própria escrivência, utilizando o estilo de diário como referência (obs. a proposta completa bem como os links e referências se encontra anexo a essa dissertação).

CAPÍTULO 1 – O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: SILENCIAMENTO E NEGAÇÃO DO RACISMO.

1.1 – Racismo e machismo estrutural: Processo de apagamento, as marcas de raça, gênero e classe

Me gritaram negra
Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos,
Que sete anos!
Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua
me gritaram Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
“Por acaso sou negra?” – me disse
SIM!
“Que coisa é ser negra?”
Negra!
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.
Negra!
E me senti negra,
Negra!
Como eles diziam
Negra!
E retrocedi
Negra!
Como eles queriam
Negra!
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
e mirei apenas minha carne tostada
E retrocedi
Negra!
E retrocedi . . .
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Neeegra!
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra!
E passava o tempo,
e sempre amargurada
Continuava levando nas minhas costas
minha pesada carga
E como pesava!(...)

Victoria Santa Cruz

*Minha luta diária é para ser reconhecida como
sujeito, impor minha existência numa sociedade
que insiste em negá-la.*

Djamila Ribeiro

Cresci ouvindo repetidamente a falácia de que vivemos numa “democracia racial” e que o Brasil é um “país mestiço”⁸, de “povo alegre cordial e hospitaleiro”, multirracial, onde não existe racismo, pois, aqui brancos, negros e indígenas vivem em perfeita harmonia.

É comum ver, no Dia da Consciência Negra, postagens nas redes sociais de pessoas das mais variadas classes e, até mesmo de autoridades constituídas, como vimos neste ano o vice-presidente da República, Hamilton Mourão⁹, questionando a data e reiterando o princípio de que não existe racismo no Brasil, deslocando a reflexão para os problemas sociais e econômicos existentes no país. Alguns até defendem a ideia de substituí-la pelo dia da “Consciência Humana” (reproduzindo a fala do ator norte americano Morgan Freeman, a respeito da temática). Negando, assim, uma realidade que nos salta aos olhos, ouvidos e pele, uma vez que todos os dias, nessas mesmas redes sociais e noticiários do país, são publicados episódios e denúncias de crimes motivados pelo racismo.

Isto evidencia a existência de uma negação e um silenciamento com relação a temática racial; a situação de injustiça a que a população negra foi submetida ao longo da constituição histórica do nosso país; uma resistência em se falar sobre o racismo, em desnaturalizar e desconstruir os estereótipos atribuídos à mulher, ao homem/mulher negro/a e ao continente africano.

O ‘mito da democracia racial’, inspirado no princípio da miscigenação, blindou todo o histórico de racismo e escravidão existentes em nosso país, dificultando seu reconhecimento e

⁸ “No final do século XIX o Brasil era apontado pelos viajantes europeus como um caso de extrema miscigenação racial, a fim de escapar ao destino menosprezado pela Europa de país mestiço, optou pelo incentivo a imigração europeia, conferindo-lhes vantagens para que europeus pudessem se estabelecer em território brasileiros, preponderantemente nas regiões Sul e Sudeste.” <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida> Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545. Acesso em 20/10/2020

⁹ Escrevendo esse texto no dia 20/11/2020, ligo a TV e deparo com a seguinte reportagem no *Jornal Hoje* da Rede Globo de Televisão: “O vice-presidente da República, [Hamilton Mourão](#), afirmou nesta sexta-feira (20) que “no Brasil não existe racismo”. A declaração foi dada ao comentar o caso de [João Alberto Silveira Freitas](#), 40 anos – [homem negro espancado e morto por dois homens brancos](#) em [Porto Alegre](#) na noite do dia anterior. Mourão classificou a morte como “lamentável” e disse ver um caso de “segurança totalmente despreparada”. Questionado pelos jornalistas, repetidas vezes, o vice-presidente negou que o crime possa ter sido motivado por questões raciais. Mourão foi perguntado em seguida, mais uma vez, se o assassinato de João Alberto Freitas não teria algum componente racial. E respondeu: “Eu digo para vocês o seguinte, porque eu morei nos EUA: racismo tem lá. Eu morei dois anos nos EUA, e na escola em que eu morei lá, o ‘pessoal de cor’ andava separado, [o] que eu nunca tinha visto isso aqui no Brasil. Saí do Brasil, fui morar lá, era adolescente e fiquei impressionado com isso aí. Isso no final da década 60”, disse. “Mais ainda, o pessoal de cor sentava atrás do ônibus, não sentava na frente do ônibus. Isso é racismo, aqui não existe isso. Aqui você pode pegar e dizer é o seguinte: existe desigualdade. Isso é uma coisa que existe no nosso país”, prosseguiu Mourão.

Veja também o posicionamento da ONU a respeito dessa entrevista do vice presidente acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/onu-brasil-diz-que-assassinato-de-beto-freitas-evidencia-racismo-no-pais.shtml>. Acesso em 20/11/2020

consequentemente sua superação, já que não tem como enfrentar e buscar erradicar um problema que não existe. Djamila Ribeiro, filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira contrapondo essa vertente, adverte que “não dá para falar em consciência humana, enquanto pessoas negras não tiverem direitos iguais e sequer forem tratadas como humanas”¹⁰ é preciso sim falar sobre o racismo, negar, silenciar sua existência é confirmar e perpetuar os mecanismos que o reproduzem.

Sueli Carneiro, filósofa, escritora e ativista antirracista do movimento social negro brasileiro, fundadora e atual diretora do *Geledés — Instituto da Mulher Negra*, falando sobre esse assunto, assinala a inquietação que sente ao constatar que mesmo tendo hoje um grande número de pesquisas científicas e estudos acadêmicos, produções de variadas áreas do conhecimento, apresentando levantamentos estatísticos, demonstrado o quanto é desigual o tratamento entre brancos e negros em todos os segmentos da sociedade brasileira; ainda persiste uma forte resistência em reconhecer essa realidade, ou quando se reconhece a existência de práticas discriminatórias de cunho racial, esse reconhecimento não é suficiente para que se adote uma postura colaborativa na busca de políticas afirmativas e medidas antirracistas que possam barrar o processo de exclusão social, que é imposto aos negros que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema político, social, cultural e sobretudo no acesso, permanência e sucesso no sistema educacional do país.¹¹

Existe uma grande dificuldade em se falar sobre a pessoa negra e o racismo, é um assunto delicado, difícil de ser dito e quando abordado por uma pessoa racializada, muitas vezes é encarado como algo menor, vitimismo, recalque, “mimimi”, ou algo emocional demais, identitário, sem embasamento científico, desprovido de racionalidade; em parte por ser uma fala que traz memórias carregadas de sofrimento, violências diversas e revolta; agravada ao longo do tempo por silêncios sufocante. “Mais razão, menos emoção”, em pleno século XXI pessoas ainda utilizam um slogan cartesiano desse, quando se busca discutir a questão racial, como se a história do racionalismo na modernidade não fosse uma história do aperfeiçoamento

¹⁰ Ver entrevista completa acesso em: <https://www.vice.com/pt/contributor/ana-flavia-oliveira> acesso em 20/11/2020

¹¹ Conferir CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. p. 9. Sobre esse assunto ver também: dossiê Crimes Raciais 2020 de elaboração Jonas Pacheco, Erick Lara, Thiago Falheiros. ESP Instituto de Segurança Pública RJ, 2020.

de métodos de dominação social, econômica e cultural por parte do homem branco, sobre os não brancos.

Esses discursos que buscam negar a realidade defendendo uma harmonia racial na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que ignoram uma série de desvantagens estruturais e a desigualdade a que a população negra é submetida; numa sociedade de supremacia branca tais discursos tem por objetivo a manutenção dos privilégios da branquitude. Ainda que uma parte da branquitude, venha se manifestando, através das várias mídias, seu repúdio ao racismo; tais manifestações ainda são em sua maioria restrita aos atos de ofensa e injúria racial, onde a discussão gira muito no campo da moral, denunciando o racismo como uma coisa ruim, irracional, projetando na vítima, sentimentos de piedade; ainda vendo o racismo como uma prática individualizada; o que contribui para reduzir um problema que é estrutural e coletivo, a uma falha moral de determinados indivíduos.

É urgente a necessidade de uma mudança de perspectiva, de um avanço ao falar a respeito do racismo, de provocar reflexões que possam confrontar a ideia de superioridade racial intrínseco as estruturas e instituições do nosso país, que leve a perceber o racismo como elemento estrutural e estruturante das relações sociais. Onde mesmo rejeitando comportamentos, atitudes e violências de motivação racista, a dor por ele provocada ainda não é capaz de gerar na branquitude uma atitude de empatia, um olhar humanizado aos corpos e vidas negras e um olhar sobre si mesma que leve a questionar seu lugar de privilégio.

A filósofa Dra. Fabiane Albuquerque em um artigo postado no portal *Geledés* em 20/11/20, buscando explicitar essa questão faz uso de uma analogia bem didática, comparando a “sociedade brasileira com a forma de um iceberg, considerando que o mito da democracia racial, seria a zona aparente desse grande iceberg e, nas camadas mais profundas, revelar-se-iam todas as práticas não nomeadas e invisibilidades como o racismo e, mais abaixo, a identidade branca”. Demonstrado que o conceito de branquitude e o sistema de dominação racial se sustenta na autoimagem e nos privilégios das pessoas brancas. Citando Maria Aparecida Silva Bento sobre o conceito de Pacto Narcísico da Branquitude aponta:

O medo da perda de privilégios e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade. O negro é inventado como um ‘outro’ inferior, em contraposição ao branco que se tem e é tido como superior; e esse ‘outro’ é visto como ameaçador. (BENTO, 2002. p.1)

Assim a negação da questão racial, o silenciamento, a interdição de negros em espaço de poder, bem como sua exclusão moral, afetiva, econômica e política, no universo social faz parte desse pacto intergrupar entre brancos para a manutenção desse lugar de privilégio, no qual a racialidade não nomeada, não explicitada como tal, é responsável por definir valores, identidades e o espaço reservado a cada um na sociedade.

Onde o racismo que ignora, inferioriza e exclui os corpos negros, também nega o direito a alteridade, usa de uma estratégia discursiva na qual as diferenças são reconhecidas para serem inferiorizadas e rejeitadas. Os estereótipos¹² imputados aos corpos negros contribui para a difusão e manutenção de preconceitos e discriminação sedimentados no falso princípio da inferioridade negra e de uma pretensa superioridade branca, e esses corpos ignorados, inferiorizados tem seu potencial humano barrado, e o resultado dessa ação é o sofrimento e desigualdade em todos os aspectos.

Sufrimento que ‘vem de longe’, pois o racismo no Brasil é histórico, e é presente. Ele vem dos corpos violentamente sequestrados de regiões do continente africano, da dolorosa travessia do atlântico nos nefastos navios negreiros, dos séculos de escravidão onde pessoas negras foram despojadas de sua liberdade, sua força de trabalho, sua cultura, sua subjetividade. Desde então a mulher e o homem negra/o, nunca foram tratados como pessoas, foram objetificados, tornaram-se propriedade de outro, o qual tinha plenos direitos sobre seus corpos e sua vida, dessa forma, foram vendidos, alugados, hipotecados, confiscados e doados. Desprovidos de qualquer direito desde então passaram a contabilizar perdas e sofrimentos incontáveis, e transformaram suas vidas numa luta constante contra as mais diversas formas de exploração. O racismo é estruturante e está inscrito no tecido social brasileiro, sobre os corpos daqueles que compõe sociedades que foram colonizadas, onde o povo negro e indígena foram e ainda são submetidos a marginalização, inferioridade, exotismo, subserviência, pobreza, silenciamentos e tantas outras formas de violência.

A Abolição ocorrida em 13 de maio de 1888 por meio da assinatura da Lei Áurea, que supostamente colocou um fim à escravidão, jogou nas ruas milhares de negras e negros sem nenhuma política social reparadora, foi mais um capítulo dessa trágica história. O Brasil após

¹² O **Estereótipo** provém do grego, palavra formada pela união dos vocábulos “*stereos*” (sólido) e “*typos*” (impressão, molde) que significa “impressão sólida”, conceito, ideia ou modelo de imagem atribuída às pessoas ou grupos sociais, muitas vezes de maneira preconceituosa e sem fundamentação teórica, são impressões, pré-conceitos e “rótulos” criados de maneira generalizada e simplificada pelo senso comum, fortalecem as ideias preconceituosas, e são a base de diversos tipos de preconceitos, os quais geram discriminação e violência verbal ou física entre os indivíduos.

a abolição não adotou uma legislação de segregação racial como ocorreu nos Estados Unidos, mas também não desenvolveu nenhuma política que objetivasse a integração dos negros à sociedade; ao mesmo tempo facilitou a imigração europeia branca seguindo os princípios das políticas racistas eugenistas desenvolvidas na Europa do século XIX; que defendia o branqueamento da população, resultando numa maior marginalização da população negra.

Para garantir a supremacia racial branca, após a abolição, a sociedade foi estruturada de forma racializada por meio de mecanismos estatais buscando a efetivação e manutenção dessa estrutura, nessa direção surgiram Leis e decretos, que continuavam a punir e subjugar a população negra, decretos como, a Lei dos Vadios e Capoeiras em 1890, em que aqueles que estivessem pelas ruas sem trabalho ou residência comprovada poderiam ser presos,¹³ são exemplos desses mecanismos.

No Brasil, nos últimos censos, mais da metade da população se declara negra ou parda, 56,10%, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE de 2019¹⁴, no entanto constitui a maior parte da população empobrecida. O racismo é um dos principais fatores determinantes das injustiças sociais na sociedade brasileira. A enorme distância que ainda separa negros de brancos, em pleno século XXI, são visíveis e se reflete nos acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos, sendo a população negra sub-representada em todos os segmentos da sociedade; é um elemento que integra as organizações econômicas, políticas, sociais, educacionais e institucionais, num processo de subalternização do povo negro, baseado na manutenção de privilégios das classes dominante (branquitude). Segundo Silvio de Almeida “o racismo é sempre estrutural, ou seja, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade.” (ALMEIDA, 2019, p. 15)

Apesar dessa situação de injustiça imposta a população negra ao longo da constituição histórica do Brasil, o povo negro sempre encontrou formas de resistência, aos poucos foram surgindo grupos que se colocaram em luta para pôr fim a esse modelo hegemônico de supremacia branca. Esses grupos vêm se organizando e desenvolvendo diversas estratégias de

¹³ CÓDIGO PENAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. DECRETO NÚMERO 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Capítulo XIII, Dos vadios e capoeiras. Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordem, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. Pena: de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

¹⁴https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf Acesso em 21/12/2020.

luta pela inclusão social das pessoas negras, e superação do racismo na sociedade brasileira. Nesse contexto identidade racial, “raça”, para o Movimento Negro é um elemento de mobilização e mediação das reivindicações políticas, fator determinante na organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

O conceito de raça/racismo, permanece assim bastante polemizado, não só nas redes sociais, mas também dentro e fora dos espaços acadêmicos, daí a necessidade de um posicionamento, a priori, por parte de quem o utiliza. Primeiro, é preciso deixar bem claro que a maioria dos cientistas rejeita o termo “raça” para se referir a seres humanos considerando este, um conceito ultrapassado. O conceito de raça, ora polemizado, desde a sua origem, sempre esteve ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, na modernidade como referência a diferentes categorias de seres humanos.

No final do século XIX e início do século XX, a raciologia¹⁵, essa teoria pseudocientífica se anunciava como absoluta, universal, defendendo a pureza cultural e racial, tal conceito apesar de ainda utilizado atualmente, é considerado totalmente ultrapassado pela comunidade científica hoje, que considera a inexistência de raças, sendo este um conceito ‘sociocultural, carregado de ideologia, fundamentado nas relações de dominação’. O pensador, antropólogo Kabengele Munanga, autor africano radicado no Brasil, em seu artigo intitulado *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*¹⁶, defende a premissa de que “Não existem Raças, existe uma só raça, a Humanidade”, mas apesar de arcaico e inadequado do ponto de vista biológico, e ser uma construção sociocultural e ideológica, com objetivos político-econômicos; o termo raça se torna de suma importância para se entender o racismo, presente em todos os segmentos sociais, e a luta do Movimento Negro.

Os termos raça e cultura desde as primeiras concepções foram profundamente marcadas pelo pensamento etnocêntrico europeu, que apresentou a elite burguesa europeia e seu estilo de vida, cultura e fenótipo, como modelo universal de sociedade, onde a partir das diferenças histórico-culturais, se estabeleceu uma hierarquização entre as culturas, colocando o negro em

¹⁵ O conceito de raça é definido como uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça é importante porque as pessoas classificam e tratam o "outro" de acordo com as ideias socialmente aceitas. Referenda-se, aqui, a posição de Edward Telles: "o uso do termo raça fortalece distinções sociais que não possuem qualquer valor biológico, mas a raça continua a ser imensamente importante nas interações sociológicas e, portanto, deve ser levada em conta nas análises sociológicas [e históricas]". Cf. Edward Telles, *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*, Rio de Janeiro, Relume Dumará-Fundação Ford, 2003, p. 38

¹⁶ Confere em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>

posição de inferioridade, considerado primitivo, sentimental, em relação ao branco, apresentado como superior civilizado, racional detentor do saber científico, do capital econômico e cultural.

É com base nessa noção de cultura construída pelo ocidente, que colocou o homem branco e sua cultura no centro, como padrão de civilização e excluiu tudo que não estava de acordo com esse padrão, negando ao outro a possibilidade da diferença, que o racismo se estrutura e se sustenta ainda hoje.

Frantz Fanon (1925-1961), psiquiatra, ensaísta e militante político, negro, morando numa colônia francesa (Martinica), participou ativamente dos movimentos e guerra de emancipação das colônias e até mesmo do exército francês. Todo esse conjunto de experiências deu a ele a dimensão dos efeitos da colonização na vida das pessoas, especialmente da população negra. Segundo ele, a racialização da autopercepção humana é uma das consequências diretas do colonialismo, onde o ocidente capitalista impõe “as suas particularidades espaço temporais como expressões universais do gênero humano” (FANON, 2008, p.180-181). Partindo desse pressuposto, se o branco é a única expressão do que é humano (e, portanto, universal), quem não for branco “não é tão humano assim”. Nesse sentido, para Fanon, o colonialismo representa uma alienação da humanidade, tal conclusão nos provoca a questionar todo conhecimento produzido, tendo em vista ser profundamente marcado pelo eurocentrismo, onde o branco aparece em nosso imaginário como expressão universal da história, filosofia, religião bem como em aspectos éticos e estéticos, de tudo que nomeamos como bom, belo e verdadeiro.

Para ele a subjugação dos valores culturais e intelectuais, é o aspecto mais enganoso da colonização; pois vai além da dominação política, coloca amarras na mente do colonizado, que continuará a ver a cultura ocidental como superior mesmo após sua emancipação política. Uma vez que “convence o intelectual colonizado de que sua cultura e epistemologia são inferiores às daquelas do povo que o oprime”. Construindo a imagem do branco como superior e identificado com tudo que é considerado bom, bonito, honroso e enquanto a imagem do negro é apresentada estereotipada, inferiorizada, ligada ao que é mau, feio, ruim, ao que Fanon chama de dupla alienação “[...] o preto escravizado por sua inferioridade, o branco escravizado por sua superioridade” (FANON, 2008, p. 73)

Uma relação doentia na qual o negro sofre grande violência, que o torna vítima de um complexo de inferioridade que se dá em dois aspectos, primeiro pelo econômico e depois pela epiderme, pelo fenótipo, processo que leva o negro a querer fugir de sua individualidade, a

querer anular-se. Fanon declara: “Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90). Fanon fala da importância de uma descolonização mental, da necessidade de retirar as máscaras; de se libertar do desejo submerso de ser branco.

Dentro dessa linha de raciocínio Grada Kilomba, escritora, ensaísta e artista interdisciplinar, doutora em Psicologia Clínica e Psicanálise pela Freie Universität, na Alemanha, em sua obra “Memórias da plantação” apresenta uma contribuição valiosa, ajudando a refletir além das questões raciais a complexidade da interseccionalidade entre gênero, “raça” e classe/poder. Em seu livro Kilomba define o que é o racismo e quais são os efeitos sintomáticos oriundos do trauma colonial na subjetividade negra, onde ser negro significa “estar fora de lugar”, sempre inadequado, deslocado, apontando a necessidade de descolonizar o pensamento, de criar novas configurações de conhecimento e poder, pois o discurso a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história, ela faz questão de frisar que seu discurso é político e demarca o seu lugar de fala, ou seja, a periferia, a sua condição de mulher negra. Através da obra e do pensamento de Grada Kilomba, somos interpelados a nos perguntar, como podemos operar novos meios de reparação histórica e criar novas sensibilidades, compondo assim um novo sujeito, ou ainda, uma existência além da redução ao silêncio, tão bem ilustrado pela máscara de Anastácia?

Sobre o racismo, Maria Beatriz Nascimento (2006a), historiadora, roteirista, escritora, e ativista, abordando essa temática, afirma que o ‘escravismo e o racismo fez da pessoa negra um ser desumanizado’ razão pela qual não considera a questão econômica o aspecto determinante do problema, mas a negação da humanidade, o não considerar o homem e a mulher negra como pessoa; segundo a escritora, o racismo está profundamente arraigado na formação da sociedade brasileira, que para compreender como esse processo se dá, é necessário observar uma série de formas de comportamento, de hábitos, de maneira de ser e de agir inerentes não só ao branco como ao negro. (NASCIMENTO apud RATTS, 2006, p. 101). E destaca que os instrumentos de seleção que leva a raça como critério impõe às pessoas negras os lugares mais baixos da pirâmide social, o preconceito racial e a discriminação são de uma violência e sutileza tal, que leva o negro a introjetar esses lugares de inferioridade, conseqüentemente leva a naturalização da desigualdade de direitos. Beatriz Nascimento (2006b), também chama a atenção sobre a relação de amor e ódio entre os próprios sujeitos negros, que internalizam essa inferiorização.

No combate ao racismo, Maria Gabriela Batista Neiva de Menezes, no artigo “Racismo: um crime perfeito”¹⁷, ressalta a importância e responsabilidade da arte, como mecanismo potente no enfrentamento do racismo; principalmente a arte negra-brasileira, onde segundo ela o movimento literário negro surge como um instrumento de “ação política, cultural, social e pedagógica em que igualdade e diferença são tratadas como valores indissociáveis e, por isso, avança em relação à ideia de reparação, ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção de exclusão social” (MENEZES, 2016, p.46/47.)

A arte, principalmente a arte-literária tem sido um instrumento fundamental na produção de um discurso e uma narrativa antirracista, contribuindo para a uma descolonização mental. Apresentando o que podemos chamar de contra narrativa, se compararmos com a arte tradicionalmente produzida no Brasil, até então, profundamente alienada em relação as questões interraciais, contribuindo para a perpetuação do mito da democracia racial, o que Luiz Silva Cuti chama de a “técnica do silêncio.” (CUTI, 2012, p. 8).

Maria Gabriela, aponta como dificuldade para se combater o racismo, o fato de que junto a esse silêncio; vem todo um conjunto de crenças doentias introjetados ao longo dos séculos através produções “teórica, artístico-literária e de ensino, fundamentados no princípio das diferenças fenotípicas, estabelecidas por uma relação dicotômica doentia (superioridade branca x inferioridade negra) que traz consequências inimagináveis de agressão, tortura, exclusão e morte”. (MENEZES, 2016, p.47)

Segundo Maria Gabriela:

O racismo, convalidado pelo estereótipo, busca legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimento, operando numa relação antitética e maniqueísta, cujo objetivo desse discurso (racista) é apresentar o outro (negro) como sub-raça, o selvagem, ignorante; como espécies degeneradas, demoníacas, feias, indolentes, bestiais; seres patológicos, não civilizados, não detentores de cultura, nem saber. (MENEZES, 2016, p. 49)

Conceitos (estereótipos) que vem atravessando os tempos, desde “iluminismo” e “antigo sistema colonial”, se renovando e revigorando na atualidade, segundo a autora esses “estigmas não só interferem, como funcionam como dispositivos de verdades no corpo negro, como mecanismo de censura, até que se torne autocensura e, conseqüentemente, autonegação.”

¹⁷ livro "Devir negro". Disponível em:

http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/932/1/Devir_Negro_FINAL.pdf

(MENEZES, 2016, p.49). Usando desse expediente para justificar a supremacia branca em todos os setores da sociedade, impactando diretamente na construção das identidades etnoculturais, o que leva grande número de brasileiros com características marcadamente afro-brasileira a terem dificuldades de se autoafirmarem como negros, até mesmo porque o termo negro, preto, por si só traz uma carga pejorativa muito forte. O preconceito racial perpetuado, e naturalizado leva a não querer, aceitar-se ou autoafirmar negro, e buscar uma identificação com o modelo tido como superior, ou seja, o branco.

O próprio significado atribuído às cores brancas e negras, e naturalizado no imaginário ocidental, atribui um peso e uma violência extraordinárias sobre a cor negra, uma vez que estabelece uma classificação, uma escala de valores reproduzindo estereótipos, o que explica o fato de não se desejar ser negro. Nas palavras de Fanon (2008, p. 160): “O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca”. São signos que demarcam lugares identitários, e inferem na autoestima da mulher e homem negro. Segundo Maria Gabriela:

As representações pejorativas sobre o negro, promovidas por uma violência psíquica degradante, ainda continuam envenenando o nosso imaginário com estigmas depreciativos, baseados na política verticalizada das cores, cujo branqueamento seria a projeção desejável. Trata-se de ideais vinculadas pela produção literária hegemônica, pelos livros didáticos, pela mídia, filmes, novelas, jogos de futebol, desfiles de modas, letras de músicas e pela indústria cultural de forma geral. São discursos ideológicos com expressivo potencial de influência na formação da identidade individual e coletiva que, metodicamente, foram cerceando as representações afirmativas da identidade negra. (MENEZES, 2016, p. 50)

Construímos nossas percepções acerca de nós mesmos e da realidade, a partir das relações discursivas, que são relações de poder, as quais legitimam o que é verdadeiro, moral, belo, bom, e conseqüentemente o seu oposto. Nesse sentido os estereótipos funcionam como mecanismo de reprodução, modulação, normatização e controle dos indivíduos, contribuindo para a eficácia do racismo. Onde a lógica desse discurso é justificar as diferenças sociais e culturais a partir das diferenças genéticas e biológicas e assim legitimar a exclusão racial.

O racismo ao longo da história, encontra formas de atualizar suas configurações com muito sucesso, reelaborando novos disfarces e se mantendo enraizado no imaginário coletivo, de forma a conservar-se forte em sua base, com capacidade de exclusão potente, apesar de alguns avanços em áreas como conhecimento, lutas das minorias, políticas afirmativas.

Para Maria Gabriela Batista, a globalização e o neoliberalismo, contribui para a renovação e perpetuação do racismo: “a globalização, atrelada ao neoliberalismo, ao contrário do que se pensava, vem colaborando para difusão do ódio racial e sua segregação” (MENEZES, 2016, p.53). Isto posto, aponta o racismo como o grande desafio da contemporaneidade, e a necessidade de que seja visibilizado e tratado com seriedade, e assim buscar formas de extirpá-lo. Observando que o racismo é uma ideologia, e tem se mantido e reproduzido, em parte porque suas “próprias vítimas o acolhem, incorporam, naturalizam e tomam como verdades”

É imprescindível e urgente que se discuta a questão do racismo, que se faça um estudo sério e sistemático, que permita compreender e intervir na realidade sociocultural do país com medidas bem estruturadas, políticas afirmativas, que busque uma responsabilização e reparação ainda que tardia envolvendo todos os seguimentos sociais, para combatê-lo em todas as suas formas de manifestações.

Ao buscarmos promover na sociedade uma política antirracista, o primeiro passo é denunciar o racismo estrutural, sistêmico, como base das desigualdades, e ao mesmo tempo desmascarar o mito da democracia racial, que sustenta a segregação e esconde as diferenças inter-raciais. Em seguida criminalizar o racismo que tem feito inúmeras vítimas ao longo da história, implantando uma política antirracista que seja eficaz na sua erradicação.

Como diz a letra da música “A vida é desafio”, dos Racionais Mc’s, não se pode parar, é necessário acreditar, apesar da realidade e do tempo ruim:

(...) Desde cedo a mãe da gente fala assim: “Filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.” Aí passado alguns anos eu pensei: Como fazer 2 vezes melhor, se você tá pelo menos 100 vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... Por tudo que aconteceu? Duas vezes melhor como? Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma vez. E sempre foi assim. Você vai escolher o que tiver mais perto de você, o que tiver dentro da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz.”

E a forte denúncia na letra dos Racionais MC’s, em “Racistas otários”:

(...) 50 anos agora se completam
Da lei antirracismo na constituição
Infalível na teoria
Inútil no dia a dia
Então que fodam-se eles com sua demagogia
No meu país o preconceito é eficaz

Te cumprimentam na frente
E te dão um tiro por trás

"O Brasil é um país de clima tropical
Onde as raças se misturam naturalmente
E não há preconceito racial. Ha, Ha....."

A eficácia do racismo a moda brasileira ressaltada na letra dessa canção, faz do racismo brasileiro, um racismo modelo, uma vez que esconde sob o véu da democracia racial toda uma gama de violência, onde as pessoas têm vergonha de ter preconceito, mas não deixam de ter¹⁸. Racismo este que é possível perceber em todos os níveis social, cultural, econômico e político, e se torna mais evidente e violento quando interseccionado as categorias de classe, gênero, homofobia e outros. Um projeto ideológico inspirado em teorias racistas, eugenistas, higienista europeia, tão bem estruturado o qual apresenta ao mundo a imagem de um país onde reina a harmonia racial ao mesmo tempo que esconde práticas discriminatórias em toda sua estrutura, consolida e naturaliza a desigualdade. Munanga (2009)¹⁹, considera o racismo brasileiro um crime perfeito, uma vez que “atribui à própria vítima a responsabilidade pelo seu racismo” onde ao mesmo tempo que oprime e mata corpos negros, alija a consciência, impondo silêncio tanto as vítimas como a sociedade, não podendo dessa forma ser denunciado, uma vez que ele não existe.

No Brasil, o povo negro tem sofrido toda sorte de violências, psicológicas, físicas, linguísticas e culturais, onde o antigo projeto político do branqueamento deu lugar a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial e bloqueou por muito tempo um debate nacional sobre políticas de “ação afirmativa” e a necessidade de promover uma educação

¹⁸ nos últimos tempos alguns tem rompido com esse padrão protagonizando episódios de racismo sem nenhum constrangimento, Veja cinco casos recentes que evidenciam o racismo na sociedade brasileira em situações envolvem trabalhadores, agentes penitenciários e até a filha de famosos.

<https://www.otempo.com.br/brasil/veja-cinco-casos-recentes-que-evidenciam-o-racismo-na-sociedade-brasileira-1.2369405#> Acesso: 22/12/2020.

- Carolina Iara, uma das integrantes da bancada feminista do PSOL, teve a casa alvejada e cobra medidas de proteção por parte do Estado: “Até imaginei que poderia incomodar, mas não imaginei que seria tão rápido”

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-28/covereadora-do-psol-cuja-casa-foi-alvo-de-tiros-nao-podemos-ter-outra-marielle-franco-em-sao-paulo-uma-marielle-trans.html> acesso em 30/01/2021.

- Inep muda gabarito do Enem 2020; alternativa dada como certa dizia que mulher negra que não quer alisar o cabelo tem argumentos ‘imaturos’.

<https://www.geledes.org.br/inep-muda-gabarito-do-enem-2020-alternativa-dada-como-certa-dizia-que-mulher-negra-que-nao-quer-alisar-o-cabelo-tem-argumentos-imaturos/> acesso em 30/01/2021

Racismo no futebol.

<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/noticias/sobre/Crimes%20e%20Justi%C3%A7a-racismo> Acesso em: 40/02/2021.

¹⁹ MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Prof. Dr. Disponível em < <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> > Acesso 28/12/2020.

antirracista, dessa forma, falar de racismo estrutural se faz necessário também falar de branquitude, do lugar de vantagem estrutural que o branco ocupa, um lugar de privilégios simbólicos e materiais, de superioridade. Lia Vainer Schucman²⁰, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina que estuda a branquitude brasileira há quase duas décadas, em entrevista a Ecoa, ao lhe ser perguntado sobre: Como se constitui a identidade racial de pessoas brancas no Brasil? Respondeu:

A branquitude se constrói aqui via fenótipo, não via origem. Ou seja, não importa que minha origem seja árabe ou até indígena — se eu tiver um fenótipo branco, pele clara, determinados traços e cabelo, sou considerado branco. Temos uma branquitude que se constitui a partir das classificações raciais, e essas classificações se constituem a partir do fenótipo. Aqui, os judeus, que já foram meu tema de pesquisa, são considerados brancos. Muitos dos descendentes de árabes também. No Brasil, a branquitude é como um solvente étnico. Ou seja, uma série de identidades que não seriam brancas em nenhum lugar, porque não são descendem de europeus, o são aqui, porque o racismo daqui é anti-negros e indígenas.²¹

A construção da identidade racial a partir do fenótipo e não da origem para Scucman é uma particularidade do Brasil; que tem sua origem na política do branqueamento, implantada pós abolição em razão da proporção de negros (4,75 milhões de descendentes de africanos) em relação aos brancos (750 mil descendentes de portuguesas) que evidenciou a impossibilidade de o Brasil se tornar um país geneticamente branco. Lançou mão da política do branqueamento com o objetivo de embranquecer fenotipicamente o Brasil, cuja estratégia utilizada foi a miscigenação, uma vez que defendiam a ideia de que o ‘gene branco era superior, que os brancos eram superiores geneticamente’. Segundo a pesquisadora, Francisco José Oliveira Viana (1883-1951) historiador e sociólogo, defensor da política do branqueamento, acreditava que, em 2012, a população brasileira inteira ia ser branca, já que a cada geração os descendentes de negros tenderiam a ficar cada vez “mais brancos” por isso fez parte dessa política o incentivo a imigração europeia, já que a presença do elemento branco era necessária para o “progresso, a civilização, a construção de nação, a industrialização do país” e o branqueamento de seu povo.

²⁰ <https://agencia.fiocruz.br/pesquisadora-explica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural#:~:text=Acesso em 20/01/2021.>

²¹ Ver entrevista completa via Juliana Domingos de Lima - De Ecoa, em São Paulo 07/12/2020. Acesso em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/07/lia-vainer-schucman-se-tem-um-pais-que-e-supremacista-branco-e-o-brasil.htm> acesso em 10/12/2020.

A miscigenação vai produzir o que a pesquisadora chama de “brancos à brasileira”, pelo fenótipo, não sem uma hierarquia, pois segundo ela ‘existiam brancos que eram preferidos, “brancos mais brancos”, como os alemães e os italianos”. Hoje essa política do branqueamento, deu lugar a ideologia do branqueamento, uma vez que ainda paira no imaginário de muitas pessoas a crença de que a miscigenação embranquece.

Quando questionada se as famílias brancas, conversam o suficiente sobre raça e identidade no Brasil? Afirma que falam o tempo todo, mas em termos de superioridade racial, enaltecendo características de beleza da branquitude, tipo “Que olho lindo” ou “podia puxar o olho azul do pai” ou “filho, atravessa a rua que está vindo um ladrão” quando cruzam com uma pessoa negra.’, ou exaltando suas origens europeia, e se ofendem quando fora do Brasil as pessoas de outros países se surpreendem que haja branco no Brasil, considerando ruim o Brasil ser nomeado como um país não branco. Ao que a Schucman afirma:

A ideia é que o branco daqui da periferia do capital é um branco de segunda classe. Não somos aquilo que é considerado branco nos Estados Unidos ou na Europa e queremos ser reconhecidos como branco pelo branco originário. Isso é o que o [sociólogo] Guerreiro Ramos vai chamar de “patologia social do branco brasileiro”, que tem origens africanas, origens indígenas mas só quer nomear a linearidade europeia na família. (SCHUCMAN, 2020)

Sobre a meritocracia tão defendida em nosso país, pelos que advogam a manutenção do Estado neoliberal; afirma que todo e qualquer discurso de mérito no Brasil, está atrelado à branquitude, ‘é a supremacia branca agindo’, numa narrativa muito atrelada a da democracia racial.

O que eu chamo de supremacia branca à brasileira funciona assim. Nos EUA, os brancos falam: nós somos superiores. Na África do Sul, também. A forma de os brancos no Brasil falarem que são superiores é: temos oportunidades iguais. Vivemos numa democracia racial. Os brancos estão em todos os cargos de liderança, em todas as posições de poder porque são melhores. Por mérito. Ao dizerem que as pessoas brancas estão onde estão porque é mérito e não porque elas têm vantagem na estrutura, porque pertencem a uma raça, estão acabando de afirmar que há supremacia branca. Se temos oportunidades iguais e só os brancos chegaram lá é porque eles trabalharam duro. Se os outros trabalharem duro, também vão chegar. Isso é a supremacia branca. (SCHUCMAN, 2020)

Para entender o racismo e o machismo estrutural, e ver como raça e classe se articulam, é preciso voltar ao período pós-abolição onde os postos de trabalho foram construídos para os

imigrantes, pessoas brancas; restando as pessoas negras trabalhar para as pessoas brancas, sendo que, para que o homem branco pudesse trabalhar, numa sociedade patriarcal, o cuidado da casa e dos filhos foi destinado a mulher. Quando a mulher branca conquista o direito de entrar no mercado de trabalho, se repete a mesma dinâmica, para que essa mulher branca pudesse sair para trabalhar, destina o trabalho do cuidado a uma mulher negra. Segundo Lia Schucman, raça se articula com classe, onde se pode perceber que o trabalho da população branca proporcionou o enriquecimento dela mesma. A população negra vem trabalhando a várias gerações, sem que esse trabalho possibilite uma transferência de riquezas herdada entre gerações uma vez que seu trabalho não proporciona o enriquecimento do próprio grupo, mas o perpetua na subalternidade.

O poeta Jamu Minka, em seu poema “Raça e Classe” apresenta essa relação, a qual imprime marcas profundas nos corpos negros:

Raça e Classe
 Nossa pele teve maldição de raça
 e exploração de classe
 duas faces da mesma diáspora e desgraça
 Nossa dor fez pacto antigo com todas as estradas do mundo
 e cobre o corpo fechado e sem medo do sol
 Nossa raça traz o selo dos sóis e luas dos séculos
 a pele é mapa de pesadelos oceânicos
 e orgulhosa moldura
 de cicatrizes quilombolas. (BARBOSA; RIBEIRO, 1998, p. 75)

O branco não se vê como alguém que tem uma identidade racial, mas como humanos, indivíduos, para ele identidade racial quem tem é o negro e o indígena; e não percebem que eles chegaram nos espaços de poder porque pertencem a um grupo, porque eles têm uma vantagem estrutural, que ocupam um lugar de privilégio pelo fato de terem nascido brancas, bem como as vantagens simbólicas expressa nos padrões de beleza, ideias de competência, de inteligência, do que é bom.

Para a pesquisadora Lia:

O único jeito de dismantelar de fato a ideia de que os brancos ocupam os lugares que ocupam por mérito é dismantelar exatamente a ideia de meritocracia. Mas, num país neoliberal como o nosso, fica cada vez mais difícil de desarticular essa engrenagem tão perfeita que é a ideia de mérito, acesso a postos de trabalho, riqueza herdada entre gerações e branquitude. A única forma de realmente desconstruir isso é partindo do pressuposto que nenhum branco está onde está apenas por mérito. Mas para isso é preciso haver um reconhecimento [do privilégio], que é como se fosse um furo no narcisismo do indivíduo. E é por isso que é tão difícil e incomoda tanto. (SCHUCMAN, 2020)

É preciso discutir a pauta do racismo estrutural e o lugar de privilégio que a branquitude ocupa, e perceber que essas estruturas são feitas de instituições que por sua vez são feitas de pessoas. Entendendo que o fato de o racismo ser estrutural não retira em absoluto a responsabilidade do indivíduo que reproduz o racismo dentro dessas estruturas, é um juiz, um policial, um professor que tem um olhar diferenciado quando o indivíduo que está a sua frente é uma pessoa negra.

A Educação pode ajudar na discussão e compreensão da questão racial, preparar melhor o indivíduo para combater o racismo, mas não consegue alcançar o cerne das relações de poder econômico e político pautados na branquitude, Lia Vainer Schucman afirma que ‘não é pela educação que a gente vai romper as estruturas de poder econômico e político.’, por isso não é possível ser antirracista e capitalista, ser antirracista e apoiar políticas neoliberais, uma vez que é muito claro qual grupo é prejudicado quando determinados serviços são privatizados, é sempre o segmento mais pobre composto na sua maioria de pessoas negras:

[...] Não dá para ser antirracista e apoiar políticas de austeridade econômica ou Estado mínimo. Porque o acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, aos bens públicos e materiais dessa sociedade são acessados via Estado pela maioria dessa população. (SCHUCMAN, 2020)

O racismo é um problema de todos e, sobretudo, da população branca, que aliás é criadora dessa condição. Se credita com facilidade a situação de subalternidade da população negra hoje a herança da escravidão, mas não usamos o mesmo expediente para perguntar de onde veio a riqueza dos brancos, ou seja, segundo SCHUMAN ‘a herança do chicote não tem sido colocada na mão dos brancos’. Não se pode negar que foi o trabalho da população negra que proporcionou o enriquecimento da população branca, não só no passado, mas também no presente, que sua herança, têm a ver com a expropriação desse grupo social. Esse enriquecimento que começou com a escravidão, e que após a abolição não houve nenhuma política de reparação histórica, bem como nenhuma responsabilização recaiu sobre a população branca.

Sobre essa responsabilização, Grada Kilomba, esteve em São Paulo em março de 2016 para apresentar o trabalho na Mostra Internacional de Teatro (MITSP) e participar de bate-papo em evento no Instituto Goethe, em entrevista à Revista *Cult*, publicada em abril de 2016, fazendo referência a forma como o Brasil lida com o racismo, Grada Kilomba diz que a história colonial tem sido muito negada no mundo ocidental, o que ela considera um processo que não é moral, pois para a pesquisadora o racismo não tem nada a ver com moralidade, e sim com

responsabilidade. É um processo psicológico que, segundo ela, começa com a absoluta negação, passa pela culpa e depois a vergonha. A vergonha seria o processo construtivo, pois é o momento em que as pessoas repensam suas ações e passam à reparação. A vergonha seria quando a branquitude se percebe num lugar de privilégio e se pergunta o que fazer para desconstruir todas as mazelas do racismo. Essa reflexão leva a outra etapa: a do reconhecimento, que conduz a reparação, mas não a uma reparação financeira e sim aquela que dá espaço a mais vozes, que mexe nas estruturas da sociedade. Nesse processo a autora diz que nós do Sul oscilamos entre a culpa e a negação, nos países do norte, se referindo especialmente a Alemanha, afirma que a oscilação se dá entre a culpa e a vergonha, por vezes ao reconhecimento, mas ainda sem uma constância. Mas esse é o caminho segundo ela, reconhecer a história, reconhecer o padrão e depois encontrar formas construtivas de transformação, novas configurações de poder e de reconhecimento.

Quando questionada sobre sua posição de que racismo é um problema de branco responde:

Porque racismo é preconceito e poder. É poder histórico, jurídico, institucional e estrutural que pertence à população branca. Tem a ver com o poder de representação. Quem é que tem acesso a? Quem é que pode entrar em? Quem é que está representado em? Está relacionado ao poder histórico contínuo, ligado, por sua vez, à história europeia branca. Portanto, racismo tem a ver não só com preconceito, mas também com a prática do preconceito, que só pode ser exercitada através do poder – é um problema branco neste sentido.

O racismo sempre foi parte central de toda a política europeia, desde o início com o projeto europeu de escravatura, continuado com o projeto europeu de colonização e agora com a imagem de uma Europa fechada em que ninguém pode entrar. É um privilégio imenso que vem desse poder histórico. Isto é o que é racismo. Portanto, quando se fala do racismo inverso, se fala de um mito. Nós temos que conhecer as definições corretas para saber desmistificar, saber que o racismo é uma reencenação da história colonial.²²

A autora chama a atenção para a capacidade que o racismo tem de normalizar a violência, e de se renovar se adaptando ao mundo contemporâneo, tornando-se sempre uma norma, presente em todas as instituições, estruturando as relações, fazendo parte do cotidiano das pessoas, numa reencenação da história colonial.

²² <https://revistacult.uol.com.br/home/grada-kilomba/#.X9bX09wReq4>, 7 de abril de 2016. Acesso em: 10/12/2020

Ângela Davis diz que numa sociedade racista não basta não ser racista é preciso ser antirracista, e o antirracismo é feito de práticas, dentro das instituições nas quais as pessoas participam, Estado, família, escola, empresas... é buscar nas ações do dia a dia uma forma de romper com o pacto de 'redistribuir benefícios apenas entre brancos', e buscar distribuir recursos e privilégios materiais e simbólicos entre outros grupos sociais, dessa forma buscar em todas as ações do cotidiano promover a igualdade racial.

Todo esse processo histórico que consagrou a supremacia branca, e manteve o negro na subalternidade; contribuiu para fragmentação da subjetividade da pessoa negra, e repercutiu diretamente na sua autorrepresentação e identificação consciente, uma vez que a construção dessa identidade é afetada pelas representações e formulações de uma sociedade racista. Isso explica a dificuldade de grande parte das pessoas de origem afro, em construir uma afirmação identitária positiva, e assumir sua cor, corpo, cabelo, religiosidade.

A construção de uma identidade individual e coletiva de ser negro como algo positivo, não é uma tarefa fácil, uma vez que toda pessoa negra desde a infância coleciona episódios de discriminação racial, que vai minando a sua autoestima, e formando uma autoimagem negativa. Mudar essa perspectiva passa pela necessidade de se desconstruir e reconstruir, de descolonizar o pensamento, de subverter as narrativas inferiorizantes construídas e reproduzidas por séculos. Por essa razão é urgente a construção de uma contra narrativa, que se imponha ante a narrativa hegemônica, que não condicione o negro a meros descendentes de escravos, que foram arrancados de suas terras, extorquidos de seus direitos e culturas, que combata com vigor os estereótipos depreciativos, que se contraponha à política de discriminação que engendra a sociedade brasileira mantendo uma situação estrutural e estruturante de colonialismo. Uma nova narrativa que acima de tudo eleve a autoestima e o orgulho de ser negro.

O Brasil é um país que nega suas origens africanas, criou o mito da democracia social, onde muitos negros não se veem como negros, já que ser negro é ser feio, ter cabelo ruim, exercer as atividades mais árduas e ter as menores remunerações, e ainda ter sua imagem associada a vadiagem, ao subalterno, ao sujo. Dessa forma o racismo aliena, e leva pessoas negras muitas vezes a reproduzir discursos racistas, porque desde cedo é levado a não se enxergar positivamente em nenhum espaço, lembrando que o fato de ser negro por si só não imprime uma consciência sobre o racismo.

Nesse sentido o discurso artístico-literário afirmativo oferece grande contribuição, é um dispositivo potente na luta contra o racismo, pois atua no processo de reconhecimento e

autoafirmação étnico racial, na desconstrução de “verdades” cristalizadas pela misoginia e pelo racismo, provoca reflexão ao colocar em debate as pautas raciais e promove representatividade.

1.2- Mulher negra em meio as encruzilhadas das opressões: Raça, Gênero e Classe

Vivemos em uma sociedade heteronormativa, que valoriza o seguimento branco e masculino, profundamente marcada pelo patriarcalismo; nesse processo a mulher negra vem desde o início de sua história pagando a conta mais alta, enquanto a mulher branca enfrentava uma serie de interdições para adentrar espaços de produção de conhecimento, mercado de trabalho e lutava pela igualdade com relação ao homem branco, a luta da mulher negra era para ser considerada humana e feminina. Nas palavras de Abdias Nascimento:

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco. (NASCIMENTO, 2016, p.73-74)

Quando falamos sobre o racismo e ou feminismo muitas vezes somos tão generalizantes que nos esquecemos que as mulheres negras, passam por opressões que se diferem dos homens negros e das mulheres brancas. A maioria das pesquisas no campo étnico racial não levam em consideração as categorias de gênero; as pesquisas sobre feminismo não levam em consideração as questões raciais. Sendo assim, a mulher negra permanece invisibilizada e sem ter atendida as suas demandas. Na condição de vítima do racismo e do machismo numa classificação segundo grau de subordinação a mulher negra seria o que Grada Kilomba (2019) em seu livro “memórias da plantação” chamou de “o outro do outro”, imersa no grau mais profundo de subalternidade.

Sueli Carneiro em sua obra “Escritos de uma vida”, faz um estudo fundamental sobre a situação da mulher negra apresentado um levantamento da situação econômica da mulher negra em termos de renda, trabalho, e nível de instrução, e em todos os indicadores a mulher negra apresenta uma situação muito precária em relação a mulher branca, cuja hierarquia configurada coloca em primeiro lugar o homem branco, na sequência a mulher branca, seguida do homem negro e por último na base da pirâmide a mulher negra. Nos últimos anos, em razão das políticas afirmativas implantadas no país, alguns passos foram dados no sentido de superar essa situação, mas ainda não são significativos, a rigidez da hierarquia se mantém, os padrões de

desigualdades não se alteraram significativamente e o lugar da mulher negra continua sendo a base da pirâmide social.

Segundo Sueli Carneiro não se pode menosprezar a importância dessas políticas afirmativas que foram implantadas, estudos comprovam que sempre que o Estado investe em políticas públicas sociais, que visem promover a igualdade de gênero e raça, sobretudo na educação, elas impactam as estruturas, o problema é a permanência, a continuidade no tempo dessas políticas, que a cada mudança de governo muitas vezes são interrompidas ou desarticuladas.

A representação limitada e até equivocada da mulher, e principalmente da mulher negra, tem de alguma maneira, contribuído para reiterar um referencial feminino que reduz a mulher a um ser desprovido de subjetividade e, portanto, passível de sofrer toda sorte de violação dos seus direitos. Para Sueli Carneiro a conjugação de racismo e sexismo, contribui para manter a mulher negra nessa condição de “imobilismo”, de “asfixia social” de “paralisia dentro da base” sobretudo no mercado de trabalho, onde as ocupações de melhor prestígio e maior remuneração continuam sendo apropriadas segundo a racialidade e gênero, homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras. Esse lugar de subalternidade, violência e silêncio imposto a mulher negra, faz com que ela segundo a autora (2018), sintetize as opressões de gênero e de raça:

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não têm dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar.²³

²³ Artigo https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509702/mod_resource/content/0/14-Artigo-Enegrecer-o-feminismo-a-situa%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-negra-na-Am%C3%A9rica-Latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-g%C3%AAnero.pdf Acesso em 15/12/2020

A ideologia machista surte um efeito perverso até mesmo dentro do movimento negro, pois assim como o racismo, o sexismo atua como componente intrínseco da subalternidade, gerando desigualdade entre homens e mulheres negras. Sueli Carneiro (2019) citando o poeta negro Arnaldo Xavier, diz:

[...] o machismo é, por excelência, o espaço de solidariedade existente entre homens negros e brancos” e o resultado principal de tal “solidariedade” é a ampliação dos níveis de exploração sobre a mulher negra, pois o homem negro só se beneficia concretamente dela diante da mulher negra, já que quando está em questão de disputa pelas melhores oportunidades no mercado de trabalho, os mais altos dividendos gerados socialmente, a coisa se torna “briga de brancos e/ ou asiáticos”, onde negro não entra, seja homem ou mulher.²⁴

Outro aspecto a ser destacado ao se falar de racismo e machismo é o da violência contra a mulher; o índice de violência contra a Mulher no Brasil, é muito alto, e as mulheres negras são as que mais sofrem violência doméstica, são as que mais denunciam essas agressões e as que são as maiores vítimas de homicídio e feminicídio²⁵. De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018, e 61% delas era negra (soma de pretas e pardas, de acordo com classificação do IBGE).

Embora a mulher branca também sofra violência doméstica, a violência que a mulher negra sofre é maior, pois não é uma questão só de gênero, de raça ou de classe, mas é a intersecção de todas elas juntas; essas condições colocam as mulheres negras em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais. Sueli Carneiro, no livro *Mulheres Negras e violência doméstica: decodificando os números*, diz:

Apesar de contarmos com políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica, os índices demonstram seu reduzido alcance para atuar na proteção e direto à vida das mulheres negras. O recrudescimento do racismo, do conservadorismo e do machismo são elementos que impactam negativamente na vida das mulheres. (CARNEIRO, 2017, p. 10)

Os estereótipos construídos ao longo do tempo, atribuídos a mulher negra, tem uma forte influência na construção das identidades, a forma como ela é vista, ajudam a entender essa vulnerabilidade, são imagens que tendem a “autorizar” violações contra elas. É o que a

²⁴ CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. Pólen Produção Editorial LTDA, SP. 2019. P.38

²⁵ Feminicídio é o termo que define o assassinato de mulheres cometido em razão do gênero. Ou seja, quando a vítima é morta por ser mulher. A lei 13.104/2015 alterou o código penal e qualificou o **Feminicídio como crime** hediondo no Brasil, tal crime é praticado contra mulheres em razão da condição de ser do sexo feminino.

socióloga e autora norte-americana feminista, Patrícia Hills Collins chama de “imagens de controle”: quando determinadas ideias aplicadas às mulheres negras permitem que outras pessoas as tratem de determinada maneira. Seja o estereótipo da ‘mãe preta’, subserviente; da negra hiper sexualizada; da negra raivosa/’barraqueira’, ou a doméstica, realizando trabalhos ligados ao cuidado, principalmente de crianças/famílias brancas. Estes estereótipos contrastam com os que foram construídas em torno da imagem da mulher branca, de fragilidade, casta, cuidadora do lar, tendo o homem como provedor.

Sueli Carneiro aborda o conceito de “Imagem de controle”, de Patrícia Collins, para falar desse conjunto de estereótipos atribuídos a mulher negra, que são indicadores de um lugar social, de confinamento em determinados espaços, são imagens consagradas que segrega e marginaliza a mulher negra, por isso é tão importante a representatividade, lutar para que as pessoas negras possam se enxergar em todos os espaços de maneira positiva. Quando se levanta a *hashtag* representatividade importa, é o rompimento com essas imagens de controle naturalizadas que se está buscando.

“Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”, esse potente ditado iorubá com o qual Emicida inicia e termina o documentário *AmarElo – É tudo pra Ontem* (2020)²⁶, é um verdadeiro chamamento pra luta antirracista. O tempo é agora, reparar as injustiças do passado é urgente.

²⁶ Acesso ao documentário completo em: <https://www.netflix.com/title/81306298?s=i&trkid=13747225> *AmarElo – É tudo pra Ontem!*

CAPÍTULO 2 - LITERATURA COMO FONTE NA PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA - TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO CAMINHO DAS LETRAS

Na primeira parte deste capítulo discutiremos, em linhas gerais, sobre a relação entre historiador e fontes históricas, abordando a expansão documental que ocorre na historiografia a partir do século XX, e a interdisciplinaridade com outros campos do saber, que trouxe mudanças significativas tanto para a pesquisa como para o ensino de História.

Constata-se, no decorrer do século XX uma verdadeira renovação do corpus documental do historiador, a partir de uma mudança no paradigma do que se entende por documento, onde se passa a observar uma diversidade de fontes passíveis de serem utilizadas, bem como o reconhecimento da subjetividade inerente à escrita da história, nesse contexto se insere como fonte para a pesquisa e o ensino de História a literatura.

Abordaremos também sobre a literatura brasileira percebendo o caráter eurocêntrico e misógino presentes nas produções literárias. Onde a grande maioria dos textos, foram por muito tempo escritos por homens, cuja visão em maior ou menor grau, externa mitos que não tem outro papel, senão justificar a submissão feminina. A literatura, assim como a arte em geral, foi, por muito tempo, realizada por homens, geralmente brancos, classe média, heterossexuais, que sempre excluiu expressões artísticas feitas por negros, mulheres e outras minorias marginalizadas por uma sociedade baseada no elitismo, na branquitude e no patriarcalismo. Isso levou, ao longo da história, à formação de um modelo literário excludente, estabelecido de acordo com os valores de uma determinada sociedade e sua cultura, ou seja, a cultura europeia, consagrada como a cultura, superior a todas as outras.

A mulher começa a conquistar alguma representatividade a partir da crítica apresentada pelo movimento feminista, que levantou questionamentos quanto o papel social da mulher, apontando o gênero como uma construção social e cultural. O feminismo começou a questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente. Conseqüentemente, o pensamento ocidental do cânone literário, também veio a ser alvo de julgamento e análise.

No tópico *mulheres na literatura desafios, resistências e estereótipos* - Abordaremos, sobre a presença das mulheres na literatura, em princípio uma literatura escrita por mulheres brancas com algumas exceções, sendo a maioria pertencente a classe média, apresentando os estereótipos, imputados a mulher na literatura brasileira. Destacando os desafios e resistências

enfrentados pelas primeiras mulheres que adentraram o universo das letras desafiando um cânone profundamente dominado pelo elemento masculino e sua visão de mundo a qual pretende universal.

2.1 - Literatura como fonte na pesquisa e ensino de História, e interdisciplinaridade.

Uma ideia na cabeça, uma pergunta na boca, os recursos nas mãos e um universo de fontes diante de si a explorar. Parece que o historiador tem o mundo à sua disposição, pois tudo lhe parece capaz de transformar-se em História. Tudo é realmente fonte, caco, traço, registro, vestígio é sinal emitido do passado à espera do historiador? Tudo pode ser realmente, convertido em tema e objeto da História? (PESAVENTO, Sandra J., 2005, p. 68)

Buscando uma definição prática do que é uma fonte Histórica, poderia dizer que fontes históricas constituem uma variedade de marcas e registros, produzidos pelas diversas sociedades ao longo dos anos, documentos que, através de seus sinais e interpretação, permitem que o historiador possa reconstruir e recontar a história, como nos apresenta Marc Bloch²⁷, um dos fundadores da Escola dos Annales que em sua obra intitulada “Apologia da História ou ofício do historiador”, escreveu: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre eles.” (BLOCH, 2001, p. 79). Porém, é sabido nem sempre foi assim, por muito tempo a crítica tradicional de documentos, basicamente só considerava documentos históricos, aqueles que eram escritos, em especial os documentos oficiais, produzidos por instituições como o Estado, a Igreja entre outros, é partindo dessa premissa, que para os antigos historiadores, os povos sem escrita não tinham História.

Foi a partir do século XX que os historiadores passaram a ampliar a categoria de “documento histórico”, acrescentando uma variedade de outros elementos que passaram a serem consideradas fontes históricas, por exemplo, vestígios materiais, como peças de roupas antigas, armas, moedas, insígnias, entre outros, além de fontes de outras disciplinas auxiliares,

²⁷ Foi um dos grandes responsáveis por importantes inovações no pensamento histórico. Defendeu o abandono de sequências pouco úteis de nomes e datas e estimulou uma maior reflexão sobre a relação entre homem, sociedade e tempo na construção da História, um dos fundadores da Escola dos Annales de grande importante para a historiografia contemporânea por ter proposto uma revisão da própria metodologia da história, tendo em muito colaborado para a transição de um modelo positivista para um modelo crítico. A Escola dos Annales provocou uma verdadeira revolução na forma de se fazer História a partir da crítica ao método histórico positivista que vigorava no século XIX.

como a arqueologia e a antropologia. Esse acréscimo de material para a pesquisa histórica possibilitou ao historiador do século XX construir narrativas históricas com riquezas de detalhes nunca desenvolvidas, e permitiu afirmar que fonte histórica é tudo aquilo que o ser humano produziu ao longo de sua história. Tudo interessa ao historiador, dependendo do enfoque que ele der ao período histórico estudado. Basta que o historiador, no desenvolvimento de sua pesquisa, saiba como “interrogar” esses documentos, já que, como diz o historiador francês Jacques Le Goff:²⁸ “[...] os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses... (eles) dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão.” (LE GOFF, 1990. p.101).

Isso porque o uso das fontes também tem uma história, e o interesse dos historiadores variam no tempo e no espaço, em função de suas trajetórias pessoais e identidades culturais. Nessa perspectiva podemos dizer que no século XX houve uma verdadeira revolução, onde buscando interpretar o passado, o historiador passa a utilizar diversos tipos de fontes na construção de sua narrativa, explorar em detalhes os procedimentos para a coleta de fontes, com operações analíticas, crítica interna e externa de documentos, buscar a compreensão do particular e do circunscrito para se chegar a conhecer o específico da história, assim como, contextualizar o documento, reconhecendo que documento algum é neutro, mas traz sempre a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu. Entender as fontes em seus contextos, perceber as imprecisões, as lacunas, os ditos e os não ditos, o que se evidencia e o que se silencia. Entender que o documento, seja ele qual for assim como a escrita da história, é uma construção. Como afirmou Marc Bloch:

Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los (...) Em outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos que a busca tenha uma direção (...)” (BLOCH, 2001, p. 79)

Percebendo assim, que os documentos em si não bastam para a realização da pesquisa, que é fundamental que o pesquisador saiba fazê-los falar, interrogando-os de forma a extrair pontos que não se encontram tão evidentes num determinado fato, pois são as questões, temas do presente que condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado, ou seja, problematizar o passado levando em consideração o que acontece no presente, não entendendo a história como

²⁸ Jacques Le Goff, historiador francês especialista em idade média, membro da escola dos Annales pertencente à terceira geração, faz a defesa de que a História não deve ser entendida como ciência do passado, mas como a “[...] ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 2003, p. 15).

uma "ciência do passado", mas “filha do seu tempo”, reconhecendo assim a importância de um para a compreensão do outro, pois segundo Marc Bloch a história seria por assim dizer a "ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo" (BLOCH, 2001, p. 55). Destaca ainda que o historiador atue com criticidade, questione as fontes, "*Documentos são vestígios*" diz Marc Bloch, construir a narrativa a partir da investigação das fontes, dos silêncios, dos vácuos e distorções dos documentos que são consultados, na esperança de que é possível saber, com razoável grau de certeza, o que aconteceu, e assim montar seu quadro do passado.

Como diz a historiadora Jeanne Marie Gagnebin, o historiador deve aceitar pôr em xeque suas certezas, porque não há nada absoluto, o que temos são fragmentos do passado. Como uma colcha de retalhos, o historiador vai costurando cada fragmento para compor o todo, onde cada lembrança é importante para constituir o enredo, montar a história a partir como que das ruínas encontradas (GAGNEBIN, 2009, p. 97), ou como afirma Ginzburg, o historiador trabalha com o processo indiciário, monta a trama histórica através de vestígios do passado, deve ser um bom observador dos detalhes, ler o que foi dito e o que não foi dito, os vazios deixados, os “rastros” (GAGNEBIN, 2009). Isso, a partir de uma multiplicidade de fontes históricas, pois a questão está no olhar do historiador para a análise da produção e conteúdo dessas fontes. Partindo desse princípio, pensar o papel do historiador, que rompa com narrativa a tradicional, que segue os padrões convencionais, que preconizavam uma história linear, positivista, nas palavras de Jeanne Marie Gagnebin: “[...] o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda” (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

Nessa trajetória a História Cultural²⁹, oriunda dos *Annales*, campo da historiografia que dialoga com outras modalidades historiográficas, outras temáticas, outros campos de saber, proporcionou importantes mudanças no ofício do historiador, e na historiografia em geral, rompendo com a noção positivista em relação às fontes, até então centrada nas leis, nos processos, nos documentos entendidos como oficiais, ofereceu importante contribuição, ao

²⁹ História cultural, campo da historiografia que se destacou nas últimas décadas do século XX, (a partir da década de 1970), combina as abordagens da antropologia e da história para olhar para as tradições da cultura popular e interpretações culturais da experiência histórica e humana. A história cultural ocupa-se com a pesquisa e representação de determinada cultura em dado período e lugar. Ela não se dedica diretamente à história política ou à história oficial de países ou regiões. Na história cultural a cronologia não é tão relevante quanto na historiografia política. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/502> Acesso em 30/10/2020. BURKE, Peter. O que é história Cultural? Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Ver mais em: A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Acesso em <file:///C:/Users/debor/Downloads/987-Texto%20do%20artigo-10794-1-10-20111130.pdf> 15/08/2020

apresentar uma pluralidade de documentos a serem utilizados na construção do conhecimento histórico, no qual o trabalho dos historiadores não está mais preso aos documentos ou fontes escritas, onde outros personagens passam a protagonizar a narrativa histórica já que o foco saiu dos grandes líderes e dos grandes acontecimentos. Dessa forma, ao ampliar as fontes históricas, a pesquisa historiográfica assume um caráter interdisciplinar abrangendo outras áreas do conhecimento como a sociologia, a antropologia, psicologia, linguística dentre outras. É nessa perspectiva de novos personagens (operários, mulheres, crianças...), objetos, abordagens metodológicas e novos documentos que entra a Literatura como fonte para o ensino e a pesquisa em história.

Na prática escolar percebemos cada vez mais que a interdisciplinaridade vem ganhando importância significativa, tanto na abordagem quanto na construção do conhecimento. Isso porque trabalhar de forma interdisciplinar, contribui para dar maior significado ao conhecimento e facilita para o aluno a sua compreensão. Razão pela qual na construção do conhecimento histórico a Literatura vem, ganhando cada vez mais, importância como recurso facilitador, contribuindo muito para a discussão e problematização de diversas questões relacionadas aos conteúdos da disciplina de história, passando inclusive a integrar o conjunto das fontes utilizadas pelos historiadores, por oferecer possibilidades de compreensão do universo cultural de determinada época e contexto. Conforme a historiadora Nair Sutil:

A literatura é uma possibilidade de registro da realidade a partir da experiência de vida do autor, dos sentimentos, opiniões, visão de mundo, desejos, frustrações. Captar a realidade a partir dos sentimentos do escritor e nesse sentido ela se aproxima da história por ambas se constituírem em formas de discursos.¹³⁰ (SUTIL, 2015, p.40).

Dessa forma ao utilizar a literatura como fonte o historiador interroga o passado sob o ponto de vista das vivências, experiências, sensibilidade e da subjetividade do autor, tanto a pesquisa histórica como a literatura trabalham com escolhas, recortes, contextos, subjetividades, na produção de uma narrativa, que são uma representação sobre a realidade.

A historiadora Sandra Pesavento, sobre a história e literatura, diz que são “[...] discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o mundo como texto” (PESAVENTO, 2003, p.32)

³⁰ A Literatura como fonte e como linguagem no ensino de história: Diálogo com os contos de Chimamanda Adiche. ADICHE https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22518_9610.pdf. Acesso em 30/03/2020

Para a autora a Literatura é fonte em si mesma, é testemunho de si própria, uma vez que o que ela fornece ao historiador não é o tempo da narrativa, e sim o tempo em que a narrativa foi escrita – onde o enredo contém pistas sobre o autor e também sobre a época, podendo mostrar, por exemplo, o horizonte de expectativas de um tempo, expressos em forma de literatura (cf. PESAVENTO, 2004, p. 83). Ela ainda aponta que:

O diálogo entre História e a literatura permite que se acesse o imaginário de uma época, o modo como as pessoas pensavam o mundo a seu redor, tornando possível que se percebam sensibilidades, valores, perfis. Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, a literatura pode ser uma fonte de indícios e indicações para pensar como e por que as pessoas agiam de determinadas formas (PESAVENTO, 2004, p. 82-83)

Como bem observou Borges (2010), na construção de sua narrativa, o autor de um texto está inserido na realidade sociocultural de seu tempo e dialoga com ela quando produz sua obra. E citando ainda Pesavento:

Ora, esta História Cultural, debruce-se ela sobre a escrita do texto, sobre a edição do livro ou sobre a leitura, permite reconstruir o passado como objeto de pesquisa, tentar atingir a percepção dos indivíduos no tempo, quais são seus valores, aspirações, modelos, ambições e temores. Permite, inclusive, pensar a descontinuidade da História e a diferença, pondo tanto o historiador como o leitor diante de uma alteridade de sentidos diante do mundo. (PESAVENTO, 2003, p. 71)

Dentro dessa diversidade de fontes apresentada hoje ao ofício do historiador, tanto como pesquisador assim como professor, (como a fotografia, o cinema, a pintura e as diversas linguagens visuais, sonoras e escritas), se insere a literatura, uma ferramenta valiosa para trabalhar o ensino de história. Ao trazer para o seu trabalho como pesquisador e ou professor de história, romances, poemas, crônicas ou contos o historiador pode contribuir para uma ampliação maior do conhecimento assim como para um trabalho que promova a interdisciplinaridade, bem como tornar o processo de aprendizagem interessante, e a prática do ensino mais dinâmica, onde a linguagem literária pode ser um dos vários caminhos para o exercício da investigação e construção do conhecimento histórico. De acordo com Circe Bittencourt:

Os estudos de textos literários têm assim como objetivo não apenas desenvolver “o gosto pela leitura” entre os alunos, mas também fornecer condições de análises mais profundas para o estabelecimento de relações entre conteúdo e forma. As contribuições de vários pesquisadores da literatura e sua

história tem possibilitado abordagens mais complexas que merecem ser introduzidas pelos professores de História. (BITTENCOURT, 2011, p. 340)

História e literatura buscam representar as ações do homem no tempo, seu jeito de ser e viver, e para isso utilizam narrativas históricas ou literárias. Conforme aponta Kátia Abud³¹:

Ao utilizar a Literatura como fonte, a História não está preocupada em investigar se a representação de passado criada pelo escritor confere com a historiografia (mesmo porque não é essa a intenção do literato), também não se inclina somente a colher informações históricas do romance ou do conto narrado; antes, seu interesse é pelo tempo do escrito, dirige sua primordial atenção ao objetivo de desvelar a mentalidade de uma época. (ABUD, 2010, p. 46)

Nesse sentido importante levar o aluno a perceber que, conhecimento histórico nunca estará pronto, que novas perguntas, pesquisas e interpretações poderão ser feitas, daí a importância de uma atitude de reflexão permanente, uma vez que não existe uma verdade única. Testemunhos, vestígios, arquivos, evidências apoiam a interpretação do passado, mas só se tornam História se perguntas forem feitas e problemas levantados para encaminhar uma pesquisa e produzir uma explicação. Assim, para pensarmos a relação entre a História acadêmica, produzida dentro das exigências do campo de produção do conhecimento histórico, e as demais formas de narrar o passado, devemos considerar que o passado não está pronto e se alimenta também da imaginação histórica dos sujeitos que a produzem. Como bem afirma Nair Sutil em seu artigo:

Apresentar ao aluno a possibilidade de diálogo direto com as fontes pode ser um caminho libertador para o aluno e para o professor. Ao mesmo tempo, que observa e analisa determinado documento, o aluno também se percebe como sujeito que constrói e produz a própria história a partir de suas vivências. O ensino de história deve contribuir para que o aluno se perceba como sujeito de seu tempo na inter-relação com diversos outros sujeitos.” (SUTIL, 42542, 2015)

Nessa perspectiva, a literatura pode oferecer uma grande contribuição como fonte privilegiada para o ensino e estudo de História por conter aspectos que outros objetos não possuem, como questões relacionadas ao imaginário da época que se estuda, registro da

³¹ Katia Maria Abud – Professora de Metodologia do Ensino de História Faculdade de Educação USP

memória de uma sociedade, onde ambas buscam narrar as ações do homem no tempo. Sendo ela uma forma de conhecimento da realidade contribui no desenvolvimento de elemento fundamental no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de história que é a reflexão e interpretação. Sobre a relação entre História e Literatura para a História cultural, Pesavento diz:

Para a História Cultural, a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. Clio e Calíope participam da criação do mundo, como narrativas que falam do acontecido e do não-acontecido, tendo a realidade como referente a confirmar, a negar, a ultrapassar, a deformar. (PESAVENTO, 2004, p. 80)

De forma que, trabalhar com a literatura no ensino de história nas turmas dos nonos anos do Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio, pode ser um ensaio de investigação histórica, que promova uma experiência que articula o exercício da interpretação na análise do documento, a relação interdisciplinar e a construção do conhecimento histórico. Bem como um uma oportunidade para apresentar aos estudantes, outro universo literário, que rompa com a ‘história única’, com o padrão eurocêntrico, como a literatura marginal, produzida por grupos minoritários, excluídos do círculo daqueles que se julgam detentores de poder e saber, como a literatura produzida por mulheres, principalmente escritoras negras, a literatura afro-brasileira, e assim buscar contribuir para uma interpretação, mais verdadeira, mais completa, de si, da sociedade, e do mundo no qual estão inseridos.

2.2 – A Literatura brasileira: Eurocentrismo³² e misoginia³³ nas produções literárias

³² Eurocentrismo é um sistema ideológico, donde a cultura europeia é colocada como padrão, a partir da qual todas as demais são avaliadas, sendo a cultura europeia considerada a mais importante das culturas constitutivas das sociedades do mundo, no entanto, uma visão preconceituosa, já que não contempla as outras formas de expressões.

³³ Misoginia - palavra que tem por definição o **ódio às mulheres**. A origem desse termo é grega e vem dos vocábulos *miseó*, que significa "ódio", e *gyné*, que tem como tradução "mulher". Esse conceito abarca os sentimentos de desprezo, preconceito, repulsa e aversão às mulheres e ao que remete ao feminino. A misoginia se expressa em diversas sociedades e culturas através de comportamentos agressivos, depreciações, violência sexual, objetificação do corpo feminino e morte de mulheres (o feminicídio). Confere em: <https://www.todamateria.com.br/misoginia/> Acesso em 30/10/2020.

Ser escritora no Brasil é lutar contra monstros que continuam vivos desde a época da colonização e que mudam suas roupinhas para ganharem uma aparência menos severa, mas continuam fortes e extremamente cínicos.³⁴

Jarid Arraes

Qual é a maior lição que uma mulher pode aprender?
Que desde o primeiro dia, ela sempre teve tudo o que precisa dentro de si mesma. foi o mundo que a convenceu que ela não tinha.

Rupi Kaur¹³⁵

A trajetória das mulheres na carreira literária é profundamente marcada por preconceito, invisibilidade, silenciamento, resistências e luta constante na busca pela inserção nas agremiações de letras do país, para integrarem o cânone, e assim serem consideradas escritoras. Mesmo após conquistarem a elegibilidade, o direito de participarem do grupo seletivo de imortais, os desafios e a luta para serem aceitas em um espaço predominantemente masculino não diminuíram.

Contra a ordem estabelecida, que determinava que o lugar da mulher na sociedade, era exclusivamente o espaço doméstico, as mulheres seguiram escrevendo, produziram vários textos literários, mas o que se percebe mesmo numa rápida pesquisa bibliográfica é que suas obras foram, ignoradas da história da literatura brasileira, até mesmo, ocultadas, uma vez que, por muito tempo, elas tiveram de usar pseudônimos masculinos para serem aprovadas pela crítica, terem seus textos reconhecidos e publicados, e até mesmo como forma de se protegerem da opinião pública.

Ao falar de mulheres escritoras no século XIX e até meados do século XX, estamos nos referindo principalmente à mulher branca, de classes mais abastadas, como bem afirmou Constância Lima Duarte:

E vejam: estamos falando de mulheres instruídas do século 19 e que pertenciam a uma classe social de recursos. Nem se cogita de mulheres do povo, porque é sabido que estas não teriam a menor chance de se tornar escritoras, por maior que fosse a vocação. (DUARTE, 1987, p. 87)

³⁴ Jarid Arraes (Nordestina, mulher e negra em matéria publicada no Portal Geledés em [20/04/2017- Questões de Gênero.](https://www.geledes.org.br/2017/04/20/questoes-de-genero/)). acesso em 20/07/2020.

³⁵ Rupi Kaur é uma poeta feminista contemporânea, escritora e artista da palavra falada. Ela é popularmente conhecida como Instapoet pela atenção que ela ganha online com seus poemas no Instagram.

Nessa trajetória de luta e resistência essas mulheres ao longo da história buscaram conquistar os seus direitos, vencer preconceitos e desigualdades, e deixaram um legado de rebeldia criativa, de não conformidade com o que lhes era imposto, por uma “sociedade que se recusava a aceitar a concorrência feminina, em qualquer de seus domínios (...) Não se admitia à mulher qualquer iniciativa que lhe permitisse escapar do estreito círculo a que estava confinada.” (Constância Lima Duarte, 1997, p.89). Sendo a literatura considerada uma atividade masculina, somente os homens eram vistos como dotados de capacidade de criar, de escrever obras que fossem consideradas significativas, dotadas de valor literário.

Del Priore organiza uma coletânea de textos de diferentes autores, na obra *História das mulheres no Brasil* (2016), que se propuseram percorrer, historicamente, o caminho das mulheres brasileiras antes, durante e depois da colonização portuguesa. A obra se mostra de extrema importância para a construção teórica uma vez que norteia por meio de documentos e relatos o cotidiano de diversas mulheres, em diferentes épocas e lugares. A questão inicial colocada por Mary Del Priore (2006) na introdução do livro: “Qual foi, qual é, e qual poderá ser o lugar das mulheres?” nos coloca diante da necessidade de contextualizar em linhas gerais essa trajetória feminina no universo literário.

O papel social da mulher, hoje exaltado pelo slogan “lugar de mulher é onde ela quiser”, ao longo da história, tem a questão de gênero³⁶ como fator determinante de inferioridade, onde as diferenças físicas/biológicas, foram usadas para estabelecer uma hierarquia entre os sexos, com grande prejuízo para a mulher, muitas vezes associada ao pecado, corrupção como na tradição judaico-cristã, mas também à ideia de fragilidade, incapacidade, dependência em relação a figura masculina dando origem a uma cultura patriarcal e machista.

Esse papel social tem passado por alterações ao longo do tempo; com o advento da sociedade industrial, que ganha força principalmente após a Primeira Guerra mundial, fatores que provocaram uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, onde embora as inúmeras dificuldades enfrentadas, trouxeram uma nova realidade ao universo feminino, tirando-a do espaço exclusivamente doméstico, e criando condições efetivas para a formação dos movimentos feministas.

O avanço do movimento feminista na passagem do século XIX para o XX o qual ganharia voz e representatividade política na luta pelos direitos das mulheres, dentre eles o

³⁶ Gênero: trata-se de uma construção cultural, fruto da vida em sociedade. E podem variar temporal e historicamente, de cultura em cultura, conforme convenções elaboradas socialmente.

direito ao voto, foi um caminho longo e difícil haja visto aqui no Brasil, onde a República foi proclamada em 1889, e a mulher conquistou o direito de voto apenas em 1932, representou apenas uma etapa da luta, segundo o sociólogo Paulo Silvino Ribeiro, seria apenas na segunda metade do século XX que mudanças mais significativas iriam ocorrer, segundo ele:

Seria apenas no transcorrer das décadas de 50, 60 e 70 que o mundo assistiria mudanças fundamentais no papel social da mulher, mudanças estas significativas para os dias de hoje. O movimento contracultural encabeçado por jovens (a exemplo do movimento Hippie) transgressores dos padrões culturais ocidentais outrora predominantes defendiam uma revolução e liberação sexual, quebrando tabus para o sexo feminino, não apenas em relação à sexualidade, mas também no que dizia respeito ao divórcio. . [...] Como se sabe, o desenvolvimento de novas tecnologias para a produção requer cada vez menos o trabalho braçal, necessitando-se cada vez mais de trabalho intelectual. Consequentemente, criam-se condições cada vez mais favoráveis para a inserção do trabalho da mulher nos mais diferentes ramos de atividade. Ao estudar cada vez mais, as mulheres se preparam para assumir não apenas outras funções no mercado de trabalho, mas sim para assumir aquelas de comando, liderança, cargos em que antes predominavam o terno e a gravata.³⁷

Apesar desses avanços, como maior autonomia, liberdade de expressão, formação intelectual, e marcar presença nos mais diversos espaços sociais, assumindo posição de comando, ainda há um longo caminho a percorrer, na superação de uma sociedade ainda marcada pelo patriarcalismo, machismo, e colonialismo, como a igualdade salarial, a dupla jornada de trabalho, a violência contra a mulher, responsável pelo alto índice de feminicídio, quesito no qual o Brasil aponta índices alarmantes, entre outros.

A Literatura brasileira do final do século XIX e início do século XX, expressa os valores da sociedade burguesa e exalta essa visão de submissão e do ideal sublime da maternidade a qual toda mulher estava destinada, um exemplo desse tipo de literatura citada por Maria Ângela D'Incao, no livro 'História das mulheres no Brasil', organizado por Mary Del Priore, é o romance de Mário de Andrade 'Amar, verbo intransitivo', publicado em 1927, que reforça o patriarcalismo burguês e o espaço destinado à mulher, o qual nada mais era do que a administração do lar, a maternidade, o ser esposa.

³⁷ RIBEIRO, Paulo Silvino. "O papel da mulher na sociedade"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>. Acesso em 04 de maio de 2021.

A cultura patriarcal coloca a mulher no papel de subalternidade, ela é a mãe amorosa, dona de casa prendada, esposa submissa a vontade do homem que a percebe como um ser emocional e não racional e tira da mulher a sua condição de sujeito. Por isso, os pseudônimos masculinos foram tão úteis para que as mulheres pudessem ser aceitas no mercado literário. Utilizar o nome de um autor daria a elas a chance de escrever e publicar sem ter que enfrentar a má receptividade da crítica para os livros de autorias femininas. Segundo a autora Constância Lima, que escreve o artigo “O cânone Literário e a autoria feminina”, com relação as publicações de mulheres, mesmo aquelas que tivessem incentivo por parte da família, uma educação sólida e a oportunidade de publicar, a crítica se encarregava de mostrar que aquele não era seu lugar. Dessa forma, a larga utilização de pseudônimos³⁸ por parte das escritoras tinha por objetivo proteger a si mesmas e os seus familiares de uma pressão social que uma exposição poderia trazer. Segundo Lima, havia como que uma "censura no ar", uma oposição implícita contra a mulher que escrevesse, por isso muitas optavam por escrever e publicar de forma camuflada, usando apenas as primeiras letras do nome. No Brasil, temos como exemplo, Nísia Floresta, pioneira do feminismo no Brasil e autora de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (de 1832), que assinou parte de sua obra como N.F.; N.F.B.A.; ou B.A.

Até meados do século XX, a crítica literária, ao analisar um texto de mulher tinha um olhar diferenciado, inferindo de antemão, um estatuto inferior a escrita feminina e à mulher escritora. Não escondendo um certo constrangimento ao avaliar tais textos; e buscando recomendar que as mesmas, buscassem formas literárias mais "adequadas" à "sensibilidade feminina", como os romances sentimentais e/ou de confissão psicológica. Não escondendo a surpresa ao ver que a representação masculina em determinados textos femininos, não trazia o estereótipo de homem ‘forte’, ‘viril’, ‘superior’, tão marcante nos textos de autoria masculina; outro aspecto marcante no olhar da crítica literária era a de assinalar que as mulheres possuíam uma tendência de confundir vida pessoal com literatura, como se elas fossem incapazes de abstrair, de distanciar da experiência vivida, para criar, entrar no ponto de vista, na psicologia, na experiência e linguagem de um outro e assim produzir textos de relevância e valor literário.

³⁸ Através dos pseudônimos as mulheres garantiam seu lugar de “invisibilidade”. Virgínia Woolf sugere, inclusive, que muitos daqueles anônimos que escreveram tantos poemas, romances e novelas para os jornais e revistas literárias devem ter sido na verdade anônimas, ou seja, mulheres.

Essa crítica masculina limitava a escritora numa mesma unidade e identidade que a reduzia a um único ponto de vista: o feminino, desconsiderando sua individualidade e subjetividade. Sobre isso, Constância Lima diz:

[...] havia como que a identificação — ou a assimilação — do livro à figura da mulher e a seu corpo, facilmente demonstrada na presença acentuada de adjetivos relacionados à gestação ou ao nascimento, como se cada livro fosse um filho para a autora.

Percebe-se, em expressões como "poemas delicados", "ligeiros", "misteriosos", "feminis", o destaque de qualidades que seriam o apanágio das mulheres, numa perpetuação da velha oposição entre os valores masculinos e femininos. Quando a intenção era elogiar o trabalho e valorizar a escritora, o poema passava a ser "viril", "forte", "duro", e a poetisa era alçada à categoria de "poeta", ou de um "poeta como os nossos melhores"! Se se compreende o respeito e o temor que os críticos despertavam particularmente sobre as primeiras escritoras, mais necessitadas de seu aval que seus pares masculinos, podemos bem imaginar a autocensura determinando a escolha de gêneros, de temas, a construção dos personagens, numa tentativa de se aproximar dos padrões literários desejados e permitidos a uma mulher, ou seja: os padrões masculinos dominantes. A reação de Graciliano Ramos quando conhece *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, é reveladora da censura social implícita com relação às mulheres que escreviam. São palavras do próprio Graça:

O Quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: — não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado. Depois conheci João Miguel e conheci Rachel de Queiroz, mas ficou-me durante muito tempo a ideia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da Literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever João Miguel e *O Quinze* não me parecia natural.³⁹

Não importa a camada social a qual a mulher pertença, o feminino ultrapassa a categoria de classe social, o fato de nascer do sexo feminino já é imposto à mulher todo um padrão de comportamento e lugar social, e um estio literário que ela teria que se adequar para ser aceita no grupo seletivo de escritores, mas mesmo quando se adequava a essa norma seu lugar era de subalternidade e invisibilidade do qual ela precisará lutar muito para conseguir se libertar. Entretanto mesmo com todas as dificuldades e amarras relativas ao seu gênero, muitas mulheres foram capazes de escrever, superaram esses obstáculos escrevendo e publicando, subvertendo a ordem pré-estabelecida.

³⁹ Sobre este assunto, conferir: Ramos. *Gênero e Ciências Humanas*. 1980, p. 137.

Amélia de Freitas de Jerumenha, no Piauí, em 1861, de família rica e influente, foi a primeira mulher brasileira a concorrer a uma cadeira da Academia Brasileira de Letras, o que não conseguiu devido aos preconceitos da época. Mas apesar de seus escritos, o que favoreceu a mesma a ser reconhecida hoje, foi principalmente o fato de ter sido casada, com um homem de projeção, e de ter morado na capital.

Merece destaque também, Dionísia Gonçalves Pinto e Firmina dos Reis, ambas do Nordeste, Dionísia Gonçalves Pinto, que em suas obras usava o nome de Nísia Floresta Brasileira, nascida em 1810, em Papari/RN, é considerada como precursora, no Brasil, das ideias de igualdade e independência da mulher, dentre suas publicações destaca-se o “Conselho a minha filha”. Maria Firmina dos Reis, maranhense, escritora autora de contos e romances, considerada a primeira romancista negra brasileira, foi também professora pública.

Rodrigues em texto publicado no QG Feminista em 2019⁴⁰, faz algumas considerações sobre a misoginia do cânone, faz uma análise do cânone a partir do livro de Italo Moriconi, crítico e curador literário, poeta e professor da UERJ, “Os cem melhores poemas brasileiros do século”, publicado em 2002 (organização e seleção), pela Editora Objetiva; demonstrando o quanto essa obra reflete a misoginia, invisibilidade e silenciamento das mulheres escritoras na literatura, principalmente das mulheres negras. Na Introdução de seu livro o autor Italo Moriconi, destaca que sua intenção é apresentar um panorama da poesia brasileira do século XX:

(...) oferecer ao público uma amostra do melhor da poesia brasileira, por meio da escolha de cem poemas incontornáveis, definitivos, inesquecíveis, extraídos das obras escritas por um time confiável de poetas destacados, legitimados pela crítica mais atenta, inclusive a contemporânea. (MORICONI, 2002)

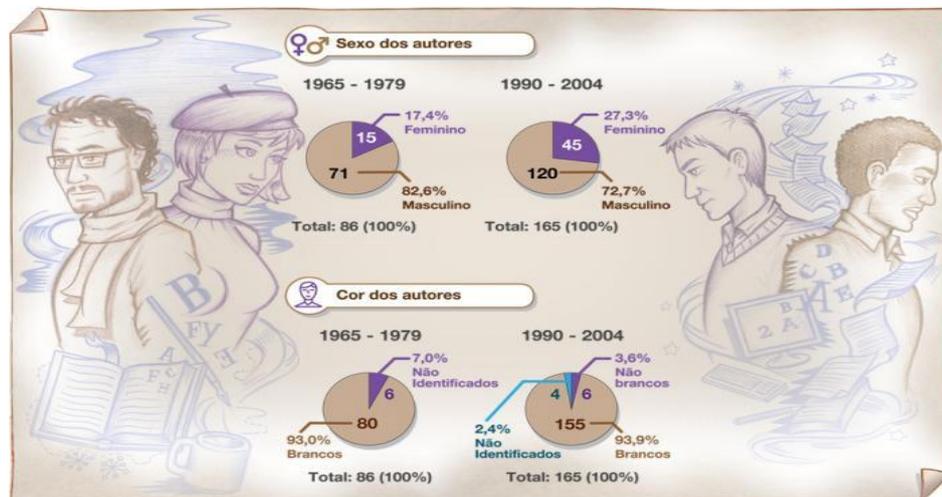
Rodrigues aponta que de acordo com a seleção que o autor fez como sendo os 100 melhores poemas brasileiros do século XX, 81 foram escritos por homens e apenas 19 foram de autoria feminina, e nenhum escrito por mulher negra. Onde o número de autoras é menor que o de poemas: 12 autoras para 47 Autores, demonstrando assim que o cânone tem sexo, classe e cor.

⁴⁰ (RODRIGUES, 2019. Disponível em <https://medium.com/qg-feminista/misoginia-na-literatura-brasileira-26c83d64b31> Acesso em 10/08/2020

Rodrigues, comenta as pesquisas de Regina Dalcastagnè, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília, que em suas pesquisas demonstra não só como o cânone literário brasileiro é restrito a homens brancos, como também a um determinado espaço geográfico:

(...) denunciam, ainda, que esses homens brancos se encontram localizados majoritariamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de quase sempre terem algum vínculo com revistas, jornais e/ou universidades, seja enquanto colunistas, redatores, professores etc. Ou seja, já ocupa, na maioria das vezes, uma posição de prestígio. (RODRIGUES, 2019)⁴¹

Figura 01- Classificação dos autores por raça e gênero



Dados referentes às pesquisas coordenadas pela Profa. Dra. Regina Dalcastagnè (UnB)

Rodrigues busca identificar quais mecanismos atuam para a manutenção desse cânone excludente, e retoma a terceira seção do livro *Os cem melhores poemas brasileiro do século*, cujo título é ‘O cânone brasileiro’ no qual MORICONI, escreve: [...] normalmente um poema se torna canônico à medida que é consagrado como tal por sucessivas gerações de leitores. Mostrar fôlego é pré-requisito para um poeta tornar-se canônico [...]⁴². Desconsiderando na formação desse cânone, todas as questões sociais que envolvem essa

⁴¹ (RODRIGUES, 2019. Disponível em <https://medium.com/qg-feminista/misoginia-na-literatura-brasileira-26c83d64b31> Acesso em 10/08/2020.

⁴² Confere RODRIGUES, 2019. Disponível em <https://medium.com/qg-feminista/misoginia-na-literatura-brasileira-26c83d64b31> Acesso em 10/08/2020.

temática. Ignoram quem legitima os princípios, na maioria homens, brancos de condição social privilegiada, os valores e ideologias sobre os quais estão fundamentados e com as quais vão consagrar ou deslegitimar um autor ou obra.

Na sociedade patriarcal, o machismo tem caráter estrutural, e se serve de diversos mecanismos como, o Estado, a igreja, família, escola, programas de TV, livros didáticos e literários, jornais, redes sociais entre outros, para manter a cultura da supremacia masculina. São os homens que em grande maioria ocupam os lugares de prestígio e decisão, espaços que contribuem para que suas vozes possam ser ouvidas, consideradas, ponderadas e seguidas, legitimadas, são eles que ganham mais que as mulheres ocupando as mesmas profissões, o que favorece deter maior poder aquisitivo. Rodrigues ao falar cita o que Simone de Beauvoir, em seu *O segundo sexo* (1949), disse sobre isso:

A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta. [...] tudo contribui para confirmar essa hierarquia [dos homens sobre as mulheres] [...]. [A] cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam [a criança de sexo feminino] são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a Terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo [...] (BEAUVOIR, 1949, p. 30)

A dificuldade de acesso à educação, segundo Rodrigues explica o ocultamento das mulheres, sobretudo das mulheres negras na literatura. Não pelo caráter elitista da literatura e das artes em geral, mas por uma exclusão deliberada das mulheres do universo das letras e das artes no mundo.

Quando as mulheres do mundo já se comunicavam, através, por exemplo, das cartas, as correspondências das mulheres de salões, a mulher brasileira estava fechada em casa, vivendo a vida das senhoras das fazendas, da senhora da casa-grande... viviam aprisionadas, não sabiam ler, não sabiam nem sequer escrever, não sabiam coisa nenhuma. Elas viviam numa servidão mais terrível do que as mulheres dos outros países, inclusive da Europa. (TELLES; SHARPE, 1997, p. 57)

No Brasil mulheres passaram a ter direito à educação somente em meados do século XIX, e uma educação voltada para as “prendas domésticas” as “artes do lar” bem diferente da educação masculina, aos quais eram oferecidas a grade completa (matemática, geometria, filosofia...). Outra questão a considerar como entrave à consolidação das mulheres na literatura é a dupla jornada de trabalho a que a maioria delas são submetidas, como bem assinalou Rodrigues em seu artigo:

Escrever demanda tempo; e tempo livre é algo que, até muito pouco tempo, era um privilégio exclusivamente masculino. Enquanto os homens tinham sua força de trabalho explorada pelo sistema capitalista durante muitas horas por dia em troca de um salário provavelmente miserável, as mulheres, além de se encontrarem na mesma situação, tinham sua força de trabalho explorada também em casa, antes e depois do trabalho formal, só que não recebiam nada por isso. Todos os afazeres domésticos, incluindo o cuidado com as crianças e os doentes, ficavam a cargo delas. Falo no passado, mas essa situação de forma alguma se encontra extinta, embora esteja hoje em outro patamar. QG Feminista, 2019⁴³.

Pesquisas como as de Sueli Carneiro⁴⁴, demonstram o quanto essa realidade apontada por Rodrigues, é ainda mais presente na vida das mulheres negras, que exercem as atividades de menor relevância no mercado de trabalho, recebendo os salários mais baixos quando comparados aos homens brancos, mulheres brancas, e homens negro; incidindo sobre ela uma tripla discriminação, raça, gênero e classe. Vivemos em uma sociedade profundamente marcada pelo patriarcalismo que ainda insiste em retirar da mulher o direito ao espaço público, a equidade, e quando a opressão de gênero se soma a de raça e classe exige um esforço hercúleo para superar essa condição, herdada do colonialismo escravocrata ainda tão presente na sociedade brasileira. Ângela Davis em entrevista coletiva em São Paulo em sua última visita ao Brasil, disse: “Não acredito que seja saudável escolher uma luta e dizer que é mais importante do que outra, mas

⁴³ QG Feminista, 2019. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/misoginia-na-literatura-brasileira-26c83d64b31>.

⁴⁴ mulher negra brasileira na década da mulher. São Paulo: Nobel, 1985.
Mulheres que fazem São Paulo: a força feminina na construção metrópole. São Paulo: Celebris, 2004.
A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
A cor do preconceito. São Paulo: Ática, 2006.
Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
Escritos de uma vida. São Paulo: Editora Letramento, 2018.

sim, em reconhecer como as diferentes lutas se conectam”,⁴⁵ e buscar formas resistir e lutar contra todas as formas de opressão.

Nesse sentido Carolina Maria de Jesus é sem sombra de dúvidas, um exemplo potente de resistência e transgressão a essa ordem sexista, racista, patriarcal; mulher negra, pobre, favelada, mãe de três filhos, dos quais assumiu sozinha o sustento e educação, catadora de papéis, muitas vezes não tinha o que comer, no entanto encontrava tempo e disposição, para em cadernos encontrados no material que recolhia no lixo, registrar o cotidiano de sua vida e da comunidade onde morava, escrever poesias, compor canções peças de teatro, o que resultou posteriormente em vários livros publicados, e se tornou uma das maiores escritoras brasileira, de renome internacional. Carolina de Jesus é um dos vários exemplos de que, mesmo silenciadas e invisibilizadas, marginalizadas, contra uma ordem imposta por séculos, ela assim como outras, seguem produzindo, escrevendo, resistindo e lutando.

Rever a trajetória das mulheres na literatura é uma necessidade que vai além da mera constatação de que o cânone é eurocêntrico, misógino e reproduz o patriarcalismo, mas é antes de tudo, apontar a necessidade premente da desconstrução dele, e a construção de um novo cânone, uma nova lista de clássicos, que seja inclusivo, não só das escritoras do passado, mas também do presente, mulheres negras, indígenas, LGBTQs, e outros, o que com certeza contribuiria muito para uma maior representatividade e enriquecimento da literatura brasileira.

2.3 - As mulheres na literatura: desafios, resistências e estereótipos

Toda vez que uma mulher se defende, sem nem perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres.

Maya Angelou

O século XIX apresentou uma grande complexidade e volume de transformações históricas. Eric Hobsbawm (1917-2012) historiador britânico, um dos maiores teóricos do século XX, escreveu diversas obras, dentre elas “A Era das Revoluções”, primeiro volume da trilogia do que o autor chamou ser o “longo século XIX (1789-1914)” (juntamente com “A Era

⁴⁵ <https://ctb.org.br/mulher-trabalhadora/e-preciso-dar-visibilidade-para-as-dificuldades-enfrentadas-pelas-mulheres-negras/> acesso em 20/04/2021

do Capital” e “A Era dos Impérios”). Um século marcado por grandes mudanças, guerras, revoluções, inovações e teorias/pensamentos, que dada a grande expansão imperialista da época marcaram a humanidade; onde as grandes teorias científicas (e pseudocientíficas) ou filosóficas, assumiram um caráter normativo de crenças e comportamento do homem civilizado tanto no espaço público quanto no privado.

Nesse processo a cultura europeia como em tempos anteriores se impôs como padrão inquestionável do mundo civilizado, classificando como inferior tudo o que não estava de acordo com uma “Europa branca, masculina, letrada e cristã” (TELLES, 2006 p.401), mas como bem observou TELLES em seu artigo, essa dominação nunca foi hegemônica e absoluta, sempre houve desafios e resistências:

Como nenhuma visão de mundo ou sistema social tem total hegemonia sobre seu domínio, assim também as formas culturais que coexistiram ou apoiaram o empreendimento imperial não a tiveram, discussões e contraposições estiveram sempre presentes, tanto nas metrópoles quanto no ultramar. É preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, em particular o romance, na cristalização da sociedade moderna. Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações.” (TELLES, 2006 p. 401)

Norma Telles enfatiza ainda que foi nesse século marcado por tantos desafios para as classes trabalhadoras, para os povos colonizados, para as mulheres; o século da ascensão da burguesia, do surgimento do romance moderno de orientação individualista que tanto contribuiu para difusão do ideário burguês; foi justamente nele que surgiram também os movimentos sociais como, o socialismo e os feminismos, o movimento sufragista e a ‘Nova Mulher’.

Outra singularidade do século XIX que a autora destaca é a ampliação do público leitor, em grande parte formado por mulheres burguesas. Essa nova perspectiva, definiu o indivíduo como o concebemos hoje, bem como o papel da mulher, dos nativos do mundo não-europeu e de outras culturas. Nas palavras de TELLES: “A mulher passou a ser a ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o anjo do lar” (p.402). A cultura burguesa se fundava em binarismos e oposições, como: pai/mãe, natureza/cultura, homem/mulher, superior/inferior e esse também recaía sobre a mulher desprovida de identidade e subjetividade, era identificada como o outro, a terra, a natureza, o inferior o que deveria ser dominado, guiado, controlado, pela razão superior e cultura masculina, sendo sua natureza maternal e

delicada, uma força do bem, quanto se atém as prerrogativas para as quais foi criada ou seja, quando se atém a maternidade, a reprodução da espécie e seus cuidados, mas perversa, maligna, demoníaca quando busca se apropriar de espaços e atividades que não lhe são atribuídas, ai se torna uma potência do mal, naturalizando assim a condição da mulher, na qual diferenças biológicas, é empregado para fundamentar às diferenças sexuais, as representações e papéis sociais designados às mulheres e aos homens, como dizer, que ‘homens criam cultura, mulheres criam filhos’, colocando a mulher numa posição de inferioridade em relação ao homem, um lugar de outridade.

Presas a essa condição a mulher é considerada incapaz de criar, uma vez que escrever é um ato que requer autonomia e subjetividade, categorias que lhe são negadas, resta-lhe o papel de leitora, quando as condições de educação formal lhe permitem, e ou de personagens das narrativas criadas pelos homens, sendo hora idealizada como musa inspiradora, hora como criatura degenerada, jamais como um ser dotado de capacidade criativa. Segundo TELLES:

Tal qual um Deus Pai que criou o mundo e nomeou as coisas, o artista torna-se o progenitor e procriador de seu texto. À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação. O que lhe cabe é a encarnação mítica dos extremos da alteridade, do misterioso e intransigente outro, confrontado com veneração e temor. O que lhe cabe é uma vida de sacrifícios e servidão, uma vida sem história própria. Demônio ou bruxa, anjo ou fada, ela é mediadora entre o artista e o desconhecido, instruindo-o em degradação ou exalando pureza. É musa ou criatura, nunca criadora. (TELLES,2006, p. 403).

Apesar de todas as interdições impostas, é exatamente nesse período que as mulheres começaram a escrever e publicar. As mudanças que chegaram com o século XIX, contribuíram para a inserção da mulher na educação formal, com criação de escolas elementares na Europa e na América, bem como de liceus e escolas normais para mulheres, a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas⁴⁶no Brasil data de 1827, o acesso à educação formal favoreceu uma maior contestação sobre a posição da mulher na sociedade e suas reivindicações de igualdade. Observa TELLES:

⁴⁶ Lei de 15 de outubro de 1827 - Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento.

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórmula do art. 7º.

Confere a Lei de 15 de outubro de 1827 em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html Acesso em 30/01/2020.

Tiveram primeiro de aceder à palavra escrita, difícil numa época em que se valorizava a erudição, mas lhes era negada educação superior, ou mesmo qualquer educação a não ser a das prendas domésticas; tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo. A seguir, de um modo ou de outro, tiveram de rever o que se dizia e rever a própria socialização. Tudo isso tornava difícil a formulação do eu, necessária e anterior à expressão ficcional. (TELLES, 2006, p. 403)

O acesso à educação formal, ainda que diferenciada da educação masculina foi de suma importância para romper as barreiras entre o público e o privado, contribuindo para dar visibilidade as ideias feministas, que no Brasil podemos dizer, foi introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo adotado por Dionísia de Faria Rocha (1810-1885) no século XIX, nascida no Rio Grande do Norte, primeira mulher a discordar abertamente das ideias misóginas que perpetuava a mulher na posição de subalternidade na sociedade brasileira. Para ela, a mulher tinha capacidade para estudar, discernir, opinar, exercer cargos de comando, devendo ser considerada cidadã política e participar da vida pública. Em 1832, publica *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, *Conselhos à Minha Filha* (1842), *Opúsculo Humanitário* (1853) e *A Mulher* (1856), junto com a tradução da obra de Mary Wollstonecraft, *A vindication of the Rights of Women* (1832), a publicação dessas obras sinaliza o despertar de uma consciência crítica sobre a condição das mulheres na sociedade. Uma mulher que rompeu com vários padrões, desde a separação matrimonial, quando viúva de seu segundo casamento mudou-se para o Rio de Janeiro, funda o Colégio Augusto, se posiciona como republicana e abolicionista, provoca polêmicas com seus escritos em jornais, viaja pra Europa, onde se encontra com figuras de grande destaque, como o escritor português Alexandre Herculano e o sociólogo francês Augusto Comte. Dionísia de Faria Rocha faleceu em 1885, em Rouen, na França, com setenta e cinco anos.

Nísia soube usar sua escrita para reivindicar direitos que eram negados às mulheres como o direito a igualdade e educação, condenando o ‘círculo vicioso’ no qual a ausência de instrução, pretendiam manter a mulher presa a ignorância e alienada da vida pública, na opinião de Nísia, a inferioridade da mulher era consequência da falta de nível de escolaridade e da circunstância de vida a que eram submetidas, em sua obra “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” Ela diz:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens [...]. Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes

palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar. (TELLES 2006, p. 406)

Em seu artigo Norma Telles destaca citando falas de Nísia: “É contra essa situação que a autora se coloca: ‘Certamente o Céu criou as mulheres para um melhor fim, que para trabalhar em vão toda sua vida’. Não concorda com a opinião de que esse trabalho é saudável porque preenche um tempo inútil, também discorda de as mulheres terem sido criadas para ‘escravas dos homens’, com uma única obrigação, a de serem submissas e agradar a eles. E termina exortando as mulheres a mostrarem ‘pelo pouco que fazemos sem o socorro da educação’, de quanto seriam capazes se lhes fizessem justiça. Só em situação de igualdade os ‘dois sexos viverão felizes e não terão motivos de se acusarem mutuamente.’” (TELLES, 2006, p. 406)

Em suas obras Nísia deixa claro que a educação das mulheres, é o único caminho para a mudança, tanto de consciências como das condições econômicas das mulheres, onde os limites impostos pelos homens ao acesso à educação às mulheres, faz parte desse projeto de manutenção da sociedade que se pretende continuar dominada por eles, foi a primeira a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito.

As obras de Nísia e suas ideias tiveram grande repercussão, em 1836, em Porto Alegre, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, escreve ‘Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação’, publicado em 1845, apresenta ideias semelhantes a de Nísia na defesa da liberdade de pensamento, expressão, participação da mulher na política, e nos movimentos sociais, em um trecho citado por TELLES in História das mulheres no Brasil ela diz:

Tendo nós os mesmos atributos, os mesmos sentidos [...] uma voz porque autoridade haveis de pensar, amar, aborrecer, desejar, temer e seguir a vossa vontade, como bem vos parece, e não haveis de querer que nós outras façamos uso desse admirável presente que recebemos do Criador! Não: também temos um alvedrio, bem a pesar vosso, pois que tendes querido fazer mais que o Onipotente.” (TELLES, 2006, p. 407).

A autora em seu artigo cita ainda outras mulheres como Maria Josefa Barreto, Delfina Benigna da Cunha, que nesse período, entre 1833 e 1834, se posicionaram politicamente, foram a público defender seus pontos de vista, editaram jornais, escreveram redondilhas (versos de cinco ou sete sílabas), ainda que não fosse na época(século XIX) visto com bons olhos o envolvimento das mulheres na política e ou em lutas sociais, sob argumentos sexistas, machistas

que denunciavam a incapacidade da mulher para essas atividades, consagrando a definição de que o espaço público/político é exclusivamente masculino, e o privado/doméstico essencialmente feminino.

As primeiras mulheres que tiveram a ousadia de enveredar pelos caminhos da escrita ou do mercado de trabalho,⁴⁷ sofreram preconceitos políticos, e uma grande discriminação sexual. Não era admissível, na época, que uma mulher tivesse ideias liberais e ainda ousasse tornar público essas ideias. Todavia, na compreensão de Telles, nos séculos XIX e início do XX, as mulheres brasileiras escreveram muito e variados textos, desde os cadernos-goiabadas⁴⁸ (diários escritos por moças nos quais expunham seus pensamentos, segredos e devaneios do estado da alma) até romances, contos, artigos de jornais, textos religiosos, receitas, sobre moda, entre outros temas e gêneros textuais.

Ser escritora, adentrar esse universo, no passado e no presente era, e ainda é, uma tarefa nada fácil, embora dada as circunstâncias de exclusão da participação da vida política, do mercado de trabalho, do acesso à educação superior, os desafios enfrentados pelas primeiras escritoras foram infinitamente maiores. Segundo TELLES (2006):

Tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. As representações literárias não são neutras, são encarnações “textuais” da cultura que as gera, (2006, p. 408)

⁴⁷ Embora o foco do trabalho não seja discutir as Mulheres no mercado de trabalho, outras pesquisas podem aprofundar essas questões tais como:

LOBO, Elizabeth Souza. A classe operária tem dois sexos, São Paulo, ed. Brasiliense, 1991. Uma coletânea de artigos e ensaios teóricos, organizada em tomo de três grandes temas: estudos sobre sociologia do trabalho, reflexões sobre questões metodológicas e análises sobre as mulheres nos movimentos sociais.

COSTA, Laís Dias Souza. Factos e cousas nas crônicas da revista mato-grossense A Violeta (1916-1937). Questões trabalhistas e autonomia (cap. 3). Dissertação (mestrado)- - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2014.

GOMES, Nailza da Costa Barbosa. Uma professora negra em Cuiabá na Primeira República: limite e possibilidades. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2009.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política. In: Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Editora Mulheres e Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

⁴⁸ “cadernos goiabada” (denominação dada por Lygia Fagundes Telles) cadernos de pensamentos e estados de alma, diários; cadernos do dia a dia, onde continham além de receitas e gastos domésticos, por vezes alguma lembrança, uma ideia. Um exemplo da importância desses cadernos é Ana Lisboa dos Guimarães Peixoto Bastos, nascida em Goiás Velho, em 1889, a Cora Coralina (pseudônimo), tendo apenas o primário aos 14 anos já escrevia suas poesias, hoje doutora honoris causa pela Universidade de Goiás, membro da Academia Goiana de Letras; mas essas mulheres também escreveram, jornais, romances e outros.

Para sair da condição de musa ou criatura e tornar-se criadora a mulher teria que desconstruir esses estereótipos, a escritora e jornalista Júlia Lopes de Almeida, no final do século passado comenta essa dificuldade:

Não há meio de os homens admitirem semelhantes verdades. Eles teceram a sociedade com malhas de dois tamanhos – grandes para eles, para que os seus pecados e faltas saiam e entrem sem deixar sinais; e extremamente miudinhas para nós. [...] e o pitoresco é que nós mesmas nos convencemos disto! (TELLES, 2006 p. 408).

As primeiras mulheres escritoras, no Brasil, apresentavam algumas características comuns como: defesa da abolição da escravatura, emancipação feminina, admiração pelas ideias liberais europeias, e enfrentaram preconceitos políticos e discriminação sexual. Feministas assumidas ou não, essas mulheres forçaram a inclusão dos temas que falavam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização presentes em nossa sociedade.

Maria Firmina dos Reis, Filha da escrava alforriada, Leonor Felipa dos Reis e possivelmente, de João Pedro esteves, um homem rico da região, em São Luís no Maranhão, publica em 1859, o livro *Úrsula*, com o pseudônimo “uma maranhense” publicado em uma época que romance era um gênero literário malvisto, pernicioso, não recomendado para as moças, esse romance é considerado precursor da temática abolicionista na literatura brasileira e o primeiro romance de uma autora brasileira. Seu romance *Úrsula* apresenta um enredo rico onde mescla amor, dor, incesto e morte, e um tratamento diferente dado à questão do escravo, apresentado este não como uma entidade abstrata, desprovida de subjetividade, mas portador de identidade, de individualidade, que guardam lembranças, memórias raízes e costumes. Apresenta também as relações de família e posição que a mulher branca ocupava na sociedade da época. Ainda nessa temática escreve o conto, *A escrava*, onde descreve uma mulher que fazia parte de um grupo de abolicionistas que atuava, de São Luís ao Rio de Janeiro.

Maria Firmina dos Reis era professora concursada (concurso estadual de 1847), lecionava em casa, um costume daquela época, e prestes a se aposentar, fundou uma escola mista e gratuita para alunos que não pudessem pagar, fato que causou um escândalo no povoado de Maçarico. Participou da vida intelectual maranhense colaborando na imprensa local, publicando livros, participando de antologias. Foi também música e compositora.

Outra escritora que marcou a literatura de autoria feminina brasileira é Narcisa Amália, Poeta de inspiração romântica, soube bem o que é viver em um mundo marcado por interdições, em seu poema *Invocação* diz:

Quando intento librar-me no espaço
as rajadas em tétrico abraço me arremessam a frase – mulher...
Narcisa Amália

É Narcisa Amália quem escreve em 1889:

A pena obedece ao cérebro, mas o cérebro submete-se antes ao poderoso influxo do coração; como há de a mulher revelar-se artista se os preconceitos sociais exigem que o seu coração cedo perca a probidade, habituando-se ao balbucio de insignificantes frases convencionais? (Telles, 2006, p. 423)

Em dezembro de 1889, em *A família do rio*, escreve:

Pequena é ainda em nosso país a falange das batalhadoras, que no campo das letras sustentam com brilho e energia a supremacia intelectual do nosso sexo [...] Suponho ter sido eu, no Brasil, quem primeiro ergueu voz clamante contra o estado de ignorância e de abatimento em que jazíamos [...] A essa voz, antes, acusaram-me de aspirar ao Nirvana do Budismo; valeram-se de pseudos nomes feminis e, assim disfarçados afirmaram que as minhas opiniões eram hauridas em livros cuja leitura importava em atentado ao pudor da mãe de família. Espíritos másculos recearam porventura que, a um meu aceno, suas esposas abandonassem o *pot au feu* e tomando o bordão de peregrinas marchassem em demanda da terra da emancipação. (TELLES, 2006, p. 424)

O Romantismo no Brasil, se identifica com um momento em que o país vivenciava uma necessidade de afirmação da nacionalidade e de alinhamento do país, com as nações industrializadas. A partir de 1860 predomina a poesia de estilo romântico marcada por temas políticos, na qual Castro Alves (1847-1871) com sua poesia *Navio negreiro* é o maior representante dessa corrente.

Para os românticos a história era vista como um embate de forças contrárias defendiam os ideais humanitários do liberalismo, acreditavam na justiça e no progresso da humanidade. Suas poesias apresentam sua inconformidade e crítica a realidade social. Uma mulher que muito se destacou nesse estilo foi a escritora e jornalista Narcisa Amália, de São João da Barra/RJ, onde nascida em 1852, filha de professores, em 1870 publicou um livro de poemas *Nebulosas*, onde exalta a Revolução Francesa e seus ideais. Escreveu em jornais como *Diário Mercantil* de

São Paulo, A Família, e fez parte do grupo de redatores de O Garatuja, um jornal de Resende. Morreu aos 72 anos na cidade de Resende (RJ) para onde mudara ainda na infância.

Segundo Telles a poeta Narcisa Amália, era adepta das ideias liberais europeias, como a maioria dos intelectuais de sua geração, escreve em defesa das ideias progressistas, de modernização, abolição, república, democracia bem como da elevação do nível cultural e material da população. Ao escrever a introdução do livro Flores do Campo, de Ezequiel Freire, a poeta diz:

Longe, bem longe de nós já fica o tempo em que a missão do poeta era cantar nas praças públicas coroado de mirtos e louros, os prazeres do amor e o triunfo das armas. [...] O ideal de nosso século, é a divindade que roubou a França ao abismo: a Liberdade. (TELLES, 206 p.419-420).

Assim, defendia que esses ideais para se concretizar precisava chegar ao povo e para isso considerava de grande importância o papel da imprensa daí sua grande atuação em jornais. Telles em seu texto cita um artigo escrito por Narcisa em 2 de fevereiro de 1888, no jornal, O Garatuja, saudando o jornalista e líder abolicionista José do Patrocínio, onde ela diz:

A palavra emociona, o livro instrui ou deleita, só o jornal cava, revolve, afeiçoa as mais endurecidas camadas intelectuais. A sua ação é lenta, mas contínua e, por isso mesmo, irresistível, avassaladora(...). O mais impressionante exemplo do grande poder da imprensa, deu-nos José do Patrocínio na Gazeta da Tarde. A sua pena fulgurante e infatigável, através de todos os óbices que separam o domínio do sonho do domínio da realidade presente e dos prejuízos da vida contemporânea, cavou, por todo o país o largo e profundo álveo por onde hoje se precipita ovante a ideia da emancipação dos escravos. A sociedade brasileira desperta de súbito por essa voz atoadora que clamava sem cessar pela reabilitação de uma raça despojada de todos os direitos.” (TELLES, 2006, p. 420).

Nessas palavras deixa claro sua grande admiração por Patrocínio e a causa abolicionista. Mas a abolição e a República não trouxeram as mudanças sonhadas por essa geração de intelectuais. Logo após a Abolição, Narcisa Amália protesta em favor dos escravos: “Tiraram as cadeias, mas fecharam a escola”. (TELLES, 2006, p. 421).

Narcisa Amália de Campos, se declara, defensora da independência do feminino, e da liberdade educacional e artística da mulher. A publicação de seu livro Em 1872, trouxe fama a

escritora, mas junto com ela uma série de críticas, por defender ideais liberais, críticas como a feita por C. Ferreira, no jornal *Correio do Brasil*, do Rio de Janeiro, onde declara:

Mas perante a política, cantando as revoluções, apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar [...] o melhor é deixar [o talento da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimento e singeleza. (TELLES, 2006. p. 422)

Telles afirma que C. Ferreira, não foi o único a tecer severas críticas a escritora; Sílvio Romero, historiador e crítico famoso da época, afirma que estes últimos são ‘indignos de ocupar as páginas de um livro de mulher’. Citando ainda Sylvio, pseudônimo desconhecido de um crítico, em 1873, dizendo:

Nesse ponto candidamente, desejamos que a sua musa se não transvie nos andurriais da política para o que outros versos seus estão indicando certa deplorável tendência. Em nome da arte lhe observamos que suspenda os seus passos nessa direção, enquanto é tempo. (TELLES, 2006, p. 423)

Essas críticas demonstram a misoginia do cânone, onde a crítica tem critérios diferenciados para avaliar uma obra quando escrita por mulheres, situando o lugar da mulher fora da esfera pública, das questões políticas e sociais, a mulher no universo das letras deveria se contentar com a esfera “perfumada de sentimento e singeleza”. Uma mulher que ousasse ser diferente era malvista; por sua ousadia Narcisa Amália foi acusada de atentado ao pudor, a moral e a família. Até sua vida pessoal foi usada como argumento para criticar a sua produção literária. Nas palavras de Telles:

Entonações femininas deviam expressar surpresa, submissão, incerteza, busca de informações ou entusiasmo ingênuo. Uma mulher que falasse agressivamente ou afirmativamente, o que nos homens era sinal de personalidade, era considerada mal educada, tresloucada e até histérica. A não-afirmação social da mulher se repetia na sua não-afirmação pela palavra. (TELLES, 2006, p. 423)

Narcisa Amália apesar dos obstáculos, das críticas, não abriu mão, de seus ideais, tinha clareza das dificuldades que enfrentaria para se tornar escritora e permanecer nesse caminho. Escreve em 1889:

(...)eu diria à mulher inteligente [...] molha a pena no sangue de teu coração e insufla nas tuas criações a alma enamorada que te anima [...] [assim] deixarás como vestígio ressonância em todos os séculos. (TELLES, 2006, p. 425)

Comprometidas com a emancipação feminina, e preocupadas com a falta de informação, muitas dessas mulheres fundaram jornais, onde, além de informações, esclarecimentos, divulgação de publicações e de ações das mulheres, também traziam à tona sua condição feminina e faziam reivindicações. Em seu artigo Telles apresenta vários exemplos desses jornais como, *Escrínio* e o *Corymbo* (1884-1944) das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro no Rio Grande do Sul, *Partenon*, também de Porto Alegre; *Tribuna Feminina do Rio* (1919) órgão do partido Republicano Feminino de Leolinda Daltro; em 1873, no *Partenon*, saúda o aparecimento do primeiro número do jornal *O Sexo Feminino*. No Rio de Janeiro. O qual era de propriedade de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, uma defensora dos direitos da mulher, que segundo a autora era:

(...) defensora intransigente da capacidade intelectual da mulher para as ciências e a literatura, a filosofia ou a história, a geografia, a química ou o que quer que fosse. Chegou a afirmar que a mulher é mais bem dotada que o homem para os estudos, porque possui mais paciência. Insistiu na importância da independência econômica para que a mulher pudesse atingir maior liberdade. (TELLES p. 427)

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Josefina Álvares de Azevedo, abolicionista, republicana, defensora da emancipação feminina, funda em São Paulo Em 1888, *A Família*, que posteriormente é transferido para o Rio de Janeiro, uma mulher muito à frente de seu tempo, favorável ao divórcio, ao voto e à elegibilidade da mulher.

No final do século XIX a forma como a mulher é tratada na ficção passa por algumas mudanças de “anjos do lar” para seres sexuais, sensuais, porém o estereótipo não muda, a mulher ‘continuam a ser definidas somente pela experiência emocional pessoal.’ Como se afetivo e frágil dotada de uma incapacidade física ou mental.

Numa sociedade onde são os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que definem os espaços, sendo negado as mulheres a autonomia e a subjetividade

necessárias à criação, elas participaram/participam na produção literária, de forma marginal, visto que o espaço a ela sempre foi e ainda é muito restrito. e o que a história dessas mulheres nos revelam é que o discurso hegemônico do patriarcalismo não conseguiu abafar suas vozes, muitas delas não se submeteram à subordinação do rótulo de o “segundo sexo”.

Hoje quando se fala muito em sororidade, aliança entre mulheres, baseado na empatia e companheirismo, é interessante perceber que esse sentimento já animava a ação de muitas escritoras do início do século XX. TELLES cita um artigo publicado por Ana de Castro Osório no jornal o *Corymbo* em 1924, sobre “feminino burguês” em que afirma:

“Onde houver uma mulher, está uma irmã que nos cumpre amparar, proteger”, sejam prostitutas, operárias ou princesas, mulheres, vítimas todas de preconceitos e iludidas por aqueles que, pretendendo educá-las, forjam cadeias para prendê-las. (TELLES p. 426)

Nas últimas décadas do século XIX, avançava a ideia da Nova Mulher, a autora observa uma mudança na forma de algumas escritoras se identificarem ao público, se no início do século, muitas escritoras adotaram um pseudônimo para encobrirem a identidade, e serem aceitas pelo público, nas últimas décadas o uso de um pseudônimo passa a ter outra importância, passa a ser um nome de caráter artístico, uma identidade enquanto escritora, uma ‘palavra de poder, marca de um batismo privado para o nascimento de um segundo eu’, como Maria Benedicta Bormann, casada com o marechal de divisão José Bernardino Bormann, que usava o pseudônimo “Délia” para assinar seus contos ou crônicas.

Mas na medida que essa nova mulher avança e conquista liberdade sexual e profissional, ocupa espaços no mercado de trabalho, aumenta a oposição dos defensores do patriarcalismo, reforçando os estereótipos antigos condenando essa Nova Mulher e celebrando a antiga, como demonstra um artigo intitulado “O eterno feminino” publicado na *Revista Ilustrada* número 425 da de 1886, citado por TELLES que acerca das reivindicações femininas dizia que a educação deve ser ampliada, mas o círculo “não pode ter grande raio”, podia-se melhorar um pouco sua educação para que a mesma se tornasse mais atraente na sociedade, não mais que isso, pois a política e as letras não são espaços de atuação das mulheres. Segundo a autora, Délia foi umas das primeiras escritoras, a falar a respeito da necessidade de uma educação para a vida e do conhecimento da própria sexualidade, da afirmação da sexualidade feminina e a fazer campanhas para a educação sexual das jovens, os temas de seus escritos denotam a defesa da nova mulher.

Outra escritora que, ganhou fama no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX foi Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), segundo TELLES, ‘talvez tenha sido a única escritora do período a conseguir dinheiro com sua pena’, Júlia Lopes de Almeida, foi jornalista e autora de livros de sucesso, uma das escritoras mais publicadas da Primeira República (1889-1930). Em seus escritos abordou a defesa de vários temas como da educação da mulher, do divórcio, da Abolição, da República, da exposição de flores, da cidade, da instalação de creches, da melhoria das condições de ensino, da mudança do papel social da mulher, e em suas palestras defendia reformas na educação, principalmente na educação das mulheres.⁴⁹

Contribuiu com artigos e matérias que abordam os direitos sociais e a vulnerabilidade da mulher de sua época nas principais revistas do meio, escreveu romances, contos, crônicas, ensaios e peças de teatro, durante uma época em que mulheres que aspiravam qualquer profissão, além de cuidar do lar, eram explicitamente ignoradas — ou então, simplesmente substituídas por homens. Júlia Lopes de Almeida guarda uma história de injustiça no meio literário, pois mesmo participando de reuniões e contribuindo para a fundação da ABL, ela não foi escolhida para figurar entre os imortais da Academia, pelo grave motivo de Ser mulher. Uma vez que seguindo o padrão francês das academias literárias da época, a ABL, fundada em 1897, não aceitava mulheres. A cadeira que deveria ser da autora foi, então, concedida ao seu marido. A Academia Brasileira de Letras apenas em agosto de 1977, passou a aceitar mulheres, com a entrada da escritora Rachel de Queiroz em seu seleto grupo de autores.

TELLES chama a atenção a um tema que se torna recorrente em sua obra nas últimas décadas do século XIX e início do século XX que é o de ‘comunidade de mulheres’, fundamentada na solidariedade, tema este que se opõe ao ideal convencional da mulher ‘vivendo para e através do homem’. Bem como a percepção que a autora sinaliza sobre o que hoje abordamos como categoria teórica de feminismos plurais, o qual focaliza múltiplos

⁴⁹ Mulheres e a Educação não é a proposta desta pesquisa, mas constitui aspecto relevante quando se estuda a trajetória das mulheres no universo das letras, diversas pesquisas foram feitas nesse sentido, citarei alguns trabalhos que nos ajudam a compreender essa trajetória:

- Alexandra Lima Silva Flores de ébano: a educação em trajetórias de escravizadas e libertas – que analisa a condição feminina e a inserção da mulher escravizada e liberta no universo da cultura letrada e da educação. Confere em: [5072-Texto do artigo-16455-1-10-20190417 \(1\).pdf](#) acesso em 30/03/2021

-Fernanda Fernandes: A história da educação feminina <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina> acesso em 30/03/2021

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910)*. Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN. II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *Mulheres e educação no Brasil-Colônia: histórias entrecruzadas*. Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", Faculdade de Educação – Unicamp.

sistemas de opressão sobre a mulher, ao abordar no livro *Memórias de Marta*, que, ‘o encontro das burguesas – ainda que caridosas ou feministas – com as mulheres de classes inferiores não se deu sem ambiguidades e conflitos’, e ainda ‘raramente uma senhora considerava as domésticas como iguais, e que os conflitos com domésticas eram inevitáveis’ (TELLES p. 438)

Ao longo da História, muitas mulheres criaram, atuaram, escreveram e produziram trabalhos significativos nas mais diversas áreas do conhecimento. Mas os tempos eram ainda mais difíceis e conservadores, e o protagonismo sempre acabava indo parar nas mãos de seus maridos ou professores.

A história dessas mulheres, os desafios enfrentados, tem muito a nos ensinar sobre a importância do protagonismo feminino em nossa sociedade atual, em uma época em que debates de gênero ganham cada vez mais força e se mostram importantes para toda a sociedade, conhecer a história dessas mulheres é entender como as mulheres que se aventuravam na produção literária eram vistas — e, sobretudo, se dar conta de que vestígios de um sexismo estrutural enraizado em nossa sociedade ainda se fazem presente na jornada de inúmeras mulheres que lutam para conquistar seus espaços, seja ele no caminho das letras, nas diversas ciências ou na política, e perceber que se esse caminho ainda é muito desafiador para as mulheres em geral, para a mulher negra os obstáculos são ainda maiores e de diversas ordens. Uma vez que dependendo do lugar social que se ocupa, o gênero é vivenciado de maneira diferente, isso porque a situação das mulheres, e, em especial das mulheres negras e de classes populares, possuem desafios adicionais para o acesso a direitos. Apontar essas desigualdades pode ajudar a enxergarmos as opressões, e buscar formas de combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais intensas e dolorosas e se faz necessário ações de enfrentamento das quais a educação não pode esquivar.

CAPÍTULO 3 - MULHERES NEGRAS E A LITERATURA

3.1- A representação das mulheres negras na literatura brasileira

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo (EVARISTO, 2005a, p. 202).

Conceição Evaristo tem sido uma voz feminina negra em meio a tantas vozes masculinas e brancas na literatura brasileira. A escrita dessa autora, sua “escrevivência” nos leva a refletir sobre como a literatura feminina negra é uma voz potente para refletirmos sobre assuntos como o machismo e o racismo, bem como, sobre a urgência de termos autoras negras no ambiente escolar e buscar romper com uma educação eurocêntrica, que canoniza protagonistas brancos e masculinos, quando na educação brasileira, somos apresentados a uma literatura feminina, essas autoras geralmente são mulheres brancas. Tal invisibilidade contribui para a perpetuação da inferioridade da mulher negra. Construimos nossa identidade a partir das nossas experiências de vida pessoal e social, da interação com as representações que chegam até nós através da experiência coletiva da comunidade e sociedade, da apreensão da forma como somos lidos socialmente.

Pensando nisso, iremos discutir nesse tópico sobre a representação das mulheres negras na literatura tradicional, como a imagem da mulher negra e mestiça é difundida, as representações carregadas de preconceitos e estereótipos que prejudicam a construção de uma identidade positiva do ser negra e/ou mestiça e contribui para a preservação do racismo, onde na maioria das vezes é vista ora como objeto sexual, ora como escrava.

Os clássicos presentes na escola, na sua maioria de autoria masculina e branca, servem para construir uma imagem negativa do corpo feminino em geral, onde não é mencionado o que a mulher pensa ou o que deseja. Os temas explorados são sempre ligados ao corpo da mulher, como sedução, beleza, resistência física; e quando se trata do corpo feminino negro essa literatura é ainda mais violenta, numa escrita onde ela não figura como musa, heroína

romântica, donzela casadoura, como acontece com a mulher branca, mas sim vinculada ao passado escravo, onde corpo da mulher negra é apresentado como objeto de trabalho, procriação e prazer.

Os estereótipos literários imputados a mulher negra, como da mulata sensual e fogosa, da negra abnegada, submissa, da máquina de trabalhar, ou da negra raivosa; em uma sociedade patriarcal, sexista e racista contribui para reforçar os lugares de exclusão social relacionados ao gênero e raça, fixando lugares sociais e raciais das mulheres – brancas, índias, pardas e negras - segundo um projeto de nacionalidade hierarquizante e desigual. Apresentado uma narrativa que subjuga a personagem negra feminina, não só ao patriarcalismo, mas a uma representação desprovida de subjetividade, e da própria humanidade, marcada por traços de inferioridades, sexualidade exacerbada e negação de sua diversidade étnico-cultural, de sua ancestralidade.

A imagem da mulher negra na literatura nacional está, dessa forma, fundamentada nas ideologias racistas e sexistas, mas também em um passado histórico marcado pela escravidão, onde indígenas são vistos como preguiçosos e os negros como subalternos e coniventes com a escravidão. Nessa perspectiva a mulher negra passa a ser representada como afirma Sonia Maria Giscomini:

[...] coisa pau-para-toda-obra, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escrava. Mas é objeto sexual, ama de leite, saco de pancada das sinhazinhas, porque, além de escrava, é mulher. Evidentemente, esta maneira de viver a chamada “condição feminina” não se dá fora da condição de classe... e mesmo de cor⁵⁰

Esse olhar racista e preconceituoso com o qual a mulher negra e mestiça é vista, que vem desde o período escravista, permanece latente ainda hoje no imaginário social, como a ideia de que as mulheres negras e mestiças suportam mais a dor e o trabalho pesado, que elas possuem uma sexualidade diferenciada, mais acentuada, que mulher negra ou mestiça são ideais para o sexo, já que são ‘fáceis’ e fogosas, não porém para o casamento ou um relacionamento sério e duradouro⁵¹ Tanto na literatura como na telenovelas, nas letras de músicas, nos dizeres

⁵⁰ GIACOMINI, 1988, p. 87-88, Grifo da autora.

⁵¹ Vale lembrar aqui como exemplo a história da escritora e ativista Lélia Gonzalez, casada com Luiz Carlos Gonzales (homem branco), enquanto a família dele acreditavam que o relacionamento dos dois era só um romance, aceitavam sem contestações, mas quando souberam do casamento dos dois passaram rejeitar e impor uma série de objeções à relação dos dois, o que contribuiu para a tragédia do suicídio de Luiz Carlos Gonzales, reiterando a ideia corrente de “sexo sim, casamento não!”.

e piadas do cotidiano a mulher negra e mestiça é representada como “mais sensual” que a mulher branca, a forma como os homens tratam as mulheres negras é completamente diferente de como tratam as mulheres brancas. E toda mulher negra ou mestiça, sabe a facilidade com que os homens, principalmente brancos, acham que podem se achegar, tocar, insinuar e que ela vai gostar disso.

Conceição Evaristo (2005) no ensaio “Da representação à autorrepresentação da mulher negra na literatura brasileira”, observa que uma das visões estereotipadas da mulher negra é a negação dessa mulher como mãe, como geradora de uma descendência: “Uma leitura mais profunda da literatura brasileira, [...] nos revela uma imagem deturpada da mulher negra. Um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral” Moreira (2005, p.202). Essas mulheres aparecem nas narrativas, desgarradas de seu núcleo familiar, cuidando de outros, não de seus próprios filhos, é a “mãe-preta”, a “babá”, a empregada doméstica que cuida dos filhos do senhor(a)/patrão(oa), e não dos seus. Conceição Evaristo segue denunciando e questionando a representação da mulher negra na literatura:

Na ficção, quase sempre, as mulheres negras surgem como infecundas e por tanto perigosas. Aparecem caracterizadas por uma animalidade como a de Bertoleza que morre focinhando, por uma sexualidade perigosa como a de Rita Baiana, que macula a família portuguesa, ambas personagens de *O Cortiço*, (1890) de Aloísio de Azevedo, ou por uma ingênua conduta sexual de Gabriela, Gabriela, Cravo e Canela, (1958) de Jorge Amado, mulher-natureza, incapaz de entender e atender determinadas normas sociais. Embora, a representação materna em muitos textos literários possa desagradar também às mulheres brancas em geral, o que se pretende argumentar aqui é: qual seria o significado da não representação materna para a mulher negra na literatura brasileira? Estaria o discurso literário, como o histórico, procurando apagar os sentidos de uma matriz africana na sociedade brasileira? Teria a literatura a tendência em ignorar o papel da mulher negra na formação da cultura nacional? (EVARISTO, 2005, p.53)

Uma representação recorrente da mulher negra, é a da “mãe-preta”, mulher responsável pela amamentação e cuidado dos filhos de seus senhores, na literatura clássica e história brasileira essa representação data desde a escravidão até o início do século XX. A partir de então, em razão da grande presença de imigrantes no país, ela passa a ser vista como algo ruim, pernicioso à educação e saúde dos filhos dos senhores, como afirma a historiadora Maria Aparecida da Silva Lopes:

A partir da metade do século XIX, apareceram imagens divergentes de ama-de-leite: a mãe negra não era mais a encarnação do alimento e dos cuidados afetuosos, tornou-se também um espectro de doença medonha. Com o leite de seu corpo poderia infectar o inocente com a tuberculose, ou até mesmo a sífilis. As moléstias que antes os patrões, consideravam seu dever cuidar vieram a ser consideradas importações transportadas pelas criadas.⁵²

A “mãe-preta”, essa personagem estereotipada da mulher negra, na releitura proposta por Lélia Gonzales, adquire um caráter afirmativo positivo, não representa a aceitação da condição de escrava submissa, conformada, resiliente, mas sim uma resistência a essa condição, resistência construída no dia a dia das relações entre senhores e escravos, onde por meio do ensino das primeiras palavras, das brincadeiras para entreter seus futuros senhores, das estórias e cantigas de ninar, todos profundamente marcadas por elementos culturais e palavras Africanas, essas mulheres iam impregnando traços africanos na sociedade e cultura brasileira. Daí ela defender que a língua brasileira deveria se chamar “pretoguês”.⁵³

Sobre essa africanização que marca a nossa língua portuguesa, Lélia Gonzales diz:

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erros dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, o *está* em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando pretoguês.⁵⁴

Estereótipos atuam como uma camisa de força, uma forma de controle social e de apagamento da individualidade do sujeito, como diz David Brookshaw (1983) em “Raça e Cor na Literatura Brasileira”. Estereótipos funcionam também como ‘imagens de controle’, conceito criado por Patrícia Hill Collins, onde imagens de controle⁵⁵ podem ser descritas como,

⁵² Deiab, Rafaela de Andrade. A mãe preta na literatura brasileira: a ambigüidade como construção social (188-1950). Dissertação, USP,2006, citada por LOPES, Maria Aparecida de Oliveira em História e Memória do negro em São Paulo: efemérides, símbolos e identidade (1945-1978). Tese, Unesp/Assis, 2007. Embora houvesse essa rejeição, o dia 28 de setembro, dia da aprovação da lei do ventre livre, passou a ser adotado como o dia da mãe preta. E foi inaugurada em 1954 na cidade São Paulo, no Largo do Paissandu, um monumento à mãe preta.

⁵³ Citado por Schuma Schumacher em Mulheres Negras do Brasil, São Paulo: Editora Senac, p.198.

⁵⁴ A palavra aparece nos textos da autora grafada de dois modos: "pretoguês" e "pretoguês", ver GONZALEZ, 1983; 1988^a. citado em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>

⁵⁵ Segundo Patricia Collins se referem às ideias que são aplicadas às mulheres negras e que permitem que outras pessoas as tratem de determinado jeito. E se as mulheres negras acreditam nessas imagens, elas internalizam esse comportamento e se portam de determinada forma. As imagens de controle que foram aplicadas a elas ao longo

ideias que quando aplicadas sobre um determinado sujeito e aqui no caso às mulheres negras, permitem que estas(es) sejam tratadas de determinado jeito; são formas de articular roteiros sociais a partir dos quais a sociedade irá visualizar e tratar mulheres negras. Funcionam também como uma espécie de manual de como elas devem se portar para serem aceitas, principalmente no espaço público. Em relação as mulheres negras existem imagens de controle históricas organizadas a partir de estereótipos (como da mulata sensual), que tem por objetivo desumanizar e coisificar, são visões consagradas pela hegemonia racial, que está presente na literatura, na história e no imaginário popular, construídas para legitimar processos de subalternização determinando lugares sociais estigmatizados aos negros, em especial, às mulheres negras.

O racismo e o preconceito em relação a cultura africana e a pessoa negra está explícito nos relatos dos viajantes estrangeiros e na literatura do século XIX, onde o ônus maior recaiu sobre a mulher negra, na qual as características de mulata sedutora e boa de cama ou a preta feia e fedida, boa para todo e qualquer trabalho, são fortemente enfatizadas. Analisando a questão de gênero e raça vivida pelas mulheres negras, Sueli Carneiro, (2003, p.50)⁵⁶ diz que “as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres [...] que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca”.

Um exemplo dessa realidade é o romance *O Cortiço* (1890) de Aluísio Azevedo, primeiro romance publicado no Brasil após a abolição, com diversas personagens negras em seu enredo, criadas com base na observação de sujeitos históricos, nesse sentido a obra é um importante documento histórico, e contribui para a compreensão do contexto social daquele momento, e como negras e mestiças foram representadas, lembrando que tal romance foi escrito

da história, por exemplo — a ideia de que elas eram como “Mammies”, mulheres destinadas a cuidar das pessoas, que gostam de servir outras pessoas; ou a ideia de que elas são sexualmente disponíveis, que de alguma forma sua sexualidade é um problema, de que elas estariam “mamando nas tetas do Estado”, a questão de ser uma welfare mother [termo usado nos anos 70 para designar as mães e donas de casa que recebiam auxílio financeiro do governo norte-americano], de que elas não são bonitas, de que mulheres negras devem trabalhar e é só isso que elas seriam destinadas a fazer. A questão da precisão dessas imagens não é o ponto central. Mas sim, como as pessoas as usam para construir realidade. E esta é a relação de poder que faz parte do controle. Então, o controle pode ser externo: pessoas podem enxergar mulheres negras por meio dessas lentes das imagens de controle. Ou podem ser internos: se as mulheres negras chegam a acreditar nessas coisas sobre si mesmas, elas se diminuem, elas não dão o seu máximo, elas apenas se sentirão menores do que todas as outras pessoas — e isso serve a algo. <https://www.geledes.org.br/feminismo-precisa-ser-cuidadoso-para-nao-perder-sentido-diz-patricia-hill-collins/amp/> Acesso em 15/01/2021

⁵⁶ CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação).

por um autor branco o qual vai buscar justificar em sua escrita a desigualdade social brasileira a partir da teoria das raças, representado assim a visão do grupo dominante e seus valores.

Silvane Silva em sua dissertação de mestrado intitulada “Racismo e Sexualidade nas Representações de Negras e Mestiças no Final do Século XIX e Início do XX” (2008), em sua análise dessa obra apresenta considerações sobre a representação da mulher negra e mestiça na literatura a partir de duas personagens femininas desse romance, a negra Bertoleza e a mulata Rita baiana. A personagem Bertoleza de Aluísio Azevedo, em *O Cortiço*, é representada como feia e indesejável, servindo apenas para o trabalho. Já a “mulata” Rita, negra de pele mais clara e cabelos encaracolados é descrita como bonita, desejável e “boa de cama”. Segundo Silvane Silva:

Nos romances que analisamos foi possível perceber uma diferença muito grande na representação de negras e mestiças: Enquanto a mestiça é bonita, cheirosa, irresistível, a mulher negra é representada como feia e fedida. A primeira é ideal para o sexo e a outra para o trabalho. Reproduzindo o dito popular do Brasil escravocrata “Branca pra casar, preta pra trabalhar e mulata pra fornicar”. Em *O Cortiço* de Aluísio Azevedo, podemos observar a diferença na representação da personagem mestiça Rita Baiana e da negra Bertoleza. Enquanto Rita “cheira a manjerição”, é desejável e desejada, Bertoleza é sempre descrita como “mal cheirosa” e “repugnante”, além de trabalhar dia e noite “feito uma besta”. Nos dois casos, as personagens tanto a retratada como negra (pele escura, cabelo crespo) como a mestiça (pele mais clara e cabelos ondulados) são desclassificadas enquanto mulheres ‘virtuosas’ e ideais para o casamento. Se fizermos uma comparação entre as duas, a personagem negra é ainda mais maltratada em sua representação, pois “fede” e “causa nojo”.⁵⁷

Falando especificamente da mestiça, Silvane Silva observa:

A “mulata” aparece sempre se rebolando, com seus cabelos encaracolados “como serpentes” que seduzem os homens. Ela é bonita, é cheirosa, tem corpo firme, é ideal para o sexo, como Rita que “era a luz do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas” também “era o veneno e o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel”. Além da beleza e do cheiro que despertam desejo, a mestiça também é descrita como mulher ferosa que “gosta muito das farras e pouco do trabalho,” como Rita Baiana que Aluísio Azevedo descreve como uma mulher que “não endireita mais!... Cada vez fica até mais assanhada!... Parece que tem

⁵⁷ SILVA, 2008, pg. 49

fogo no rabo! Pode haver o serviço que houver, aparecendo pagode, vai tudo pro lado!”⁵⁸(SILVA, 2008, pg. 50)

A representação da mulher negra e mestiça, presente não só na obra de Aluísio Azevedo, mas na literatura hegemônica, embora difiram em alguns aspectos, desclassificam, desvalorizam, animalizam a mulher negra, e não reconhecem sua importância na história econômica e cultural do país.

O professor Teófilo Queiroz Júnior em seu trabalho “Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira” a partir da análise de diversas obras literárias que compõe o cânone dos clássicos da literatura brasileira, aborda a influência da literatura brasileira na formação da mentalidade popular, que colabora com a manutenção dos estereótipos negativos formados em torno da imagem da mulher negra a dita “mulata” conclui:

De quanto pudemos analisar e inferir parece-nos adequado admitir que, no que se refere à mulata como elemento de relações interétnicas, a literatura no Brasil funciona como eficiente recurso de sustentação preconceituosa reinante. À medida que se tornam difundidas e, pois, aceitas, as obras de ficção em que aparecem mulatas, estas se tornam consolidadas como estereótipos em que se refletem os efeitos e o conteúdo do preconceito de cor. E, mais, dentro do esquema geral de não exacerbar tensões nas relações interétnicas e nem manifestar preconceito, a literatura observa tais princípios, ressaltando dotes físicos da mulata, que a tornam esteticamente apreciável (o que torna aceitável o teor da narrativa), mas não aceitável moralmente (com o que se ressalva a moral dominante). (...) é muito remota a possibilidade de a literatura, de per si, reformular o estereótipo de mulata com que vem operando até agora e isso porque (...) a própria inteligência não revela maior consciência dos compromissos aqui referidos, assumidos pela literatura com a sociedade, precisamente em correspondência à própria ordem social e suas solicitações à ficção literária.⁵⁹

Os estereótipos numa sociedade racista e sexista, no passado e no presente, atuam no sentido de atender aos interesses de manutenção dos privilégios do grupo dominante. Dessa forma, a normatização do comportamento feminino, a delimitação e hierarquização dos espaços sociais, funcionam de acordo com os princípios de um projeto de branqueamento, onde a mulher negra, tanto na ficção quanto na realidade ocupa o lugar estigmatizado de submissão, de servidão, de subalternidade.

⁵⁸Conferir citação em Aluísio Azevedo, O Cortiço, p.43.

⁵⁹ QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo. Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira, São Paulo: Ática, 1973, p.122-123.

3.2 - Literatura de representatividade, a escrita de autoria feminina negra

Se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficciona a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se torna o lugar da vida. (EVARISTO, 2005, p. 54).

Agora eu falo e sou ouvida. Não sou mais a negra suja da favela.

Carolina Maria de Jesus (1961, p. 17)

Se a representatividade feminina no setor literário é significativamente reduzida, essa realidade é imensamente maior, quando falamos de autoria feminina negra, pelo processo de apagamento sofrido por essas mulheres. Ainda que sua escrita não escape ao tratamento marginalizante que marca nossa sociedade, a presença das mulheres negras na literatura brasileira, tem despontado com muita força nos últimos tempos, conquistando espaços, isso revela como elas representam um diferencial para o cânone literário e para cultura brasileira, profundamente marcada pelo patriarcalismo, racismo e etnocentrismo.

Inovando o jeito de contar a própria história, mulheres pretas rompem com estigmas de silenciamento, numa escrita que denuncia abusos e violências causadas pelo racismo, fazendo dessa escrita uma ferramenta potente de denúncia, reivindicação, e de representatividade, de se fazerem sujeitos de sua própria história, deixando de ser apenas personagens, muitas vezes retratadas de forma estereotipadas; driblando os desafios do sexismo e do racismo para divulgarem seus textos e se destacarem no cenário literário e no mercado editorial.

Constância Lima Duarte,⁶⁰ ao analisar a literatura de autoria feminina, diz ser aquela literatura cuja autora é consciente de sua perspectiva, do seu ponto de vista, de seu lugar de

⁶⁰ Constância Lima Duarte e Eduardo de Assis Duarte, casal de intelectuais amigos de Conceição Evaristo, analisam o texto e o contexto em que está inserida a obra da escritora, abordando o que é literatura feminina e literatura negra, literatura afro-brasileira. em: <https://youtu.be/vR0Ne2h0lwE> Acesso em 15/01/2021

autoria. A escrita de autoria feminina negra faz isso, parte de sua vivência, reflete o mundo, a vida, a realidade, a partir de seu olhar e experiência de mulher preta. Nas palavras de Eduardo Assis Duarte⁶¹, há um projeto de literatura de dignificação do negro, de quebrar com a narrativa da inferiorização e animalização; uma literatura de identificação de representação e de exaltação; que fala da memória ancestral, como o conceito cunhado na língua portuguesa por conceição Evaristo “escrevivência”, que não é só dela mas está na base da literatura afro-brasileira, que consiste em colocar em formato literário aquilo que ela e seus ancestrais vem passando e que precisa ser dito, pois vozes pretas, subalternizadas em seus tempos, carregam os ecos da escravidão em seus caminhos e escritas, como disse Sueli Carneiro “nossos passos vem de longe, como vem de longe nossa indignação, o que nos move a escrever é nossa indignação, e essa indignação é que reafirma nossa humanidade.”

É por meio da escrita que Carolina Maria de Jesus torna-se sujeito de si mesma, uma vez que põe no papel seus dramas e angústias, seus medos e frustrações; e através dela torna-se sujeito social ao retratar e, ao mesmo tempo, denunciar a pobreza e a miséria presente no “quarto de despejo” a favela do Canindé na qual vivia. A escrita de Carolina é um ato político, ela escreve para sobreviver, para descarregar todo peso que carrega, de mulher, negra, pobre da periferia, atravessada por essa interseccionalidade imposta pelo colonialismo patriarcal e machista.

Grada Kilomba, abordando o racismo cotidiano, fala das dificuldades que a mulher negra enfrenta em “lugares” que não são constituídos para que elas estejam, o meio acadêmico, literário, é um deles, por isso escrever é um ato político é ser quem descreve a própria história e não quem é descrito. A autora inicia introdução de seu livro Memórias da plantação-Episódios de racismo cotidiano (2019), citando um poema de Jacob Sam-la Rose o qual apresenta um questionamento e ao mesmo tempo uma perspectiva:

Por que escrevo?
 Poque eu tenho de
 Porque minha voz,
 Em todos seus dialetos,
 Tem sido calada por muito tempo (KILOMBA, 2019, p. 27)

⁶¹ Idem

Este poema, para a autora, evoca uma longa história de silenciamento, interdições e perdas causadas pelo colonialismo; mas também carrega uma ideia de resistência a essas imposições, fala de “uma fome coletiva de ganhar voz, escrever e recuperar nossa *história escondida*” (2019, p. 27), é um ato político e um ato de descolonização. Para ela é como uma obrigação moral, onde a escrita proporciona o tornar-se sujeito da própria história, nomear a si mesmo e a sua realidade, até então descrita, excluída ou silenciada e se opor ao lugar de “outridade”. Kilomba diz: “(...) e, enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a autoridade da minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou. (2019, p. 27).

Sobre o silenciamento imposto ao subalterno, Grada Kilomba faz uma reflexão sobre Máscara usada pela escravizada Anastácia, um instrumento símbolo das políticas coloniais utilizado, no período da escravidão, para silenciar a voz do sujeito negro, transformando-o no “Outro”, sobre o qual são projetados todos os aspectos ruins que a branquitude não quer enxergar em si. A máscara é símbolo de um poder que estabelece quem pode falar, mas também, essa máscara, vedando a boca do sujeito negro, impede que ele revele verdades desagradáveis as quais o branco quer que continue “mantido em silêncio como segredo” distante do consciente, e quais seriam esses segredos que causariam vergonha ao homem branco? A escravidão, o colonialismo, o racismo.

Nesse sentido, Grada Kilomba nos faz um alerta sobre a necessidade de descolonizar o conhecimento fazendo um aporte com a fala da Gayatri C. Spivak (1995) quando esta questiona: “Pode a(o) subalterna(o) falar?” cuja resposta é “Não”, não pode porque existe em todo tecido social estruturas preconceituosas que é o racismo cotidiano que enxerga o negro sempre como o outro, como não sujeito, essas estruturas sociais não proporcionam espaços onde essa fala possa ser articulada. Então, mesmo que ele fale, essa voz nunca vai ser escutada, nunca vai ser audível para todo o centro, que é fundamentado na perspectiva do eurocentrismo; o centro não escuta a periferia, o meio acadêmico(centro) não é um espaço neutro, mas um espaço que historicamente tem negado o privilégio da fala a pessoas negras, e colocado africanas(os) totalmente subordinados ao sujeito branco.

Segundo Kilomba:

Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro. Dentro dessas salas fomos feitas/os *objetos* “de discursos estéticos e culturais predominantemente *brancos*” (Hall, 1992, p. 252), mas raras vezes fomos os *sujeitos*.(1998, p. 51)

Essa posição de objetificação, não significa ausência de resistência, mas sim, a falta de acesso e representação que o racismo impõe a comunidade negra, e quando este fala no centro, quase sempre sua voz é desqualificada, desautorizada. Segundo Conceição Evaristo⁶², a academia não produz discurso para o outro, ela apenas legitima os poderes de quem já está na posição de privilégio. No espaço escolar também não é diferente, pois abordar a questão racial é sempre desconfortável e constrangedor e exige, de quem se propõe a fazê-lo, um exercício de superação de seus próprios medos e inseguranças; tirar a máscara do silenciamento e ocupar um lugar de fala e mostrar as sequelas do racismo, mas mostrar também que negras e negros são sujeitos históricos dotados de fala, história, cultura e beleza, isso implica em correr o risco de não ser aceito, e é muito desafiador.

Lembro aqui a situação vivida por Carolina Maria de Jesus, que traz em sua narrativa o discurso da periferia; enquanto falava e buscava meios para que seus textos fossem lidos e publicados ela não era ouvida, precisou que o jornalista Audálio Dantas, homem branco, já conhecido, se interessasse pelos seus escritos para que ela fosse ouvida e tivesse seus escritos publicados. E mesmo assim muito se questionou a autenticidade de sua autoria, uma mulher negra, pobre e semialfabetizada não poderia ter produzido aquela narrativa. Precisou que nomes que tivessem a autoridade de quem fala no centro e para o centro como Manuel Bandeira, saíssem em defesa da legitimidade de sua obra, segundo ele "ninguém poderia inventar aquela linguagem, aquele dizer as coisas com extraordinária força criativa, mas típico de quem ficou a meio caminho da instrução primária."⁶³ Tal episódio exemplifica a dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo ao qual Grada Kilomba discute em sua obra.

Se identificando com Carolina de Jesus e sua escrita, e os lugares reservados ao subalterno, como mulher negra, pobre, moradora da periferia, Conceição Evaristo diz:

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse

⁶² Entrevista concedida a Barbara Machado confere em: MACHADO, B. A. "Recordar é preciso": Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982 – 2008). Dissertação (Mestrado em História) – UFF. Niterói, 2014, p.31

⁶³ [O livro “Quarto de Despejo” e suas questões jurídicas](http://www.justificando.com/author/ricardo-juozepavicius/) acesso em <http://www.justificando.com/author/ricardo-juozepavicius/> Acesso em 20/012021

direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou uma escritora, aí é um privilégio da elite”⁶⁴

Lélia Gonzales no texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984)⁶⁵, narra uma história que ilustra bem essa condição de objeto e não sujeito vivenciado por pessoas negras, segundo ela um grupo de pessoas negras tinham sido convidadas para um evento onde seria lançado um livro sobre questões raciais, ao chegarem ao local do evento, apesar de terem sido bem recebidos, não havia assento para eles na mesa principal e tiveram que se acomodarem no fundo da sala. A confusão começou quando uma mulher negra foi chamada para falar e ao invés de seguir o que rezava o cerimonial do evento e se limitar a responder o que lhe fora perguntado, começou a expor a situação a qual ela e os seus, foram submetidos na festa. Nas palavras de Gonzalez:

Tava armada a quizumba [...] Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se estavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve uma hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone para falar contra os brancos. E a festa acabou em briga.... Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes.... Agora ta queimada entre os brancos. (GONZALEZ, 1983, p. 223).

Com essa história Gonzales chama atenção para uma situação muito comum em nossa sociedade, a de que nos espaços autorizados de saber e poder, os sujeitos negros não têm o direito de articular a fala, de se posicionar, de atuarem como sujeitos; nesses espaços eles podem ser aqueles que são pesquisados, descritos, analisados; nunca aqueles que falam, são objetos de um discurso hegemônico e não sujeitos desse discurso e de sua própria história.

Carolina Maria de Jesus tinha consciência clara dessa interdição, da dificuldade que é erguer a voz em espaços que só lhe reservam o silêncio. Em um de seus escritos ela diz: “*Eu disse: o meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que as negras devem fazer...*

⁶⁴ MACHADO, B. A. “Recordar é preciso”: Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982 – 2008). Dissertação (Mestrado em História) – UFF. Niterói, 2014, p.68

⁶⁵ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1984.

É ir pro tanque lavar roupa.” (Jesus, 1996b: 201)⁶⁶ Carolina demonstra ter consciência desse silenciamento, da fronteira existente entre as vozes que são ouvidas e as que não o são, de ser objeto das desigualdades sociais de raça e classe.

Dessa forma para escrever do lugar e do ponto de vista dos não privilegiados, tanto na historiografia como na literatura, requer uma mudança de paradigma, como a "história vista de baixo" conforme proposto pelos historiadores Peter Burke e Jim Sharpe, “a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional” (BURKE, 2011, p. 10), é preciso tecer uma nova epistêmica, uma epistêmica decolonial, que vai atravessar essa estrutura a partir da experiência de vida de sujeitos até então invisibilizados. A perspectiva decolonial se constitui em um importante movimento de resistência e renovação epistemológica; de descolonização do conhecimento e de construção de novos paradigmas, que considere diversos saberes, diversas vozes, identidades, maneiras de ser, e novas formas de se constituir e organizar a sociedade, rompendo com o modelo único eurocêntrico ocidental, colonialista.

Ao longo dessa pesquisa pude perceber que existe no Brasil um considerável avanço nos estudos que tratam da relação étnica racial e de gênero, embora ainda tenha um longo caminho a percorrer, para que toda a complexidade de problemas, que envolvem a questão principalmente da mulher negra; possa ser visibilizada, debatidas e se tornem pautas de agendas políticas que busque de fato superar esse silenciamento, gerador de invisibilidade e desigualdade. Realidade esta, que está presente em todos os segmentos sociais, onde a literatura, o universo das letras e a produção de conhecimento é apenas mais uma lacuna a ser preenchida.

Mulheres negras, a partir de seus escritos, vem de forma potente investindo contra as várias formas de silenciamentos e estereótipias, e trançando seu caminho de inserção no universo literário, fazendo com que suas vozes sejam ouvidas. Num movimento, como bem define Conceição Evaristo, da ‘representação a autorrepresentação’, com uma escrita que denuncia e rompe com a forma com que elas foram representadas ao longo do tempo tanto pela literatura hegemônica, como pela historiografia tradicional, e reivindicam o direito de se autorrepresentar para além dos estereótipos a elas imputados e consagrados no imaginário social. Consciente de que sua escrita é uma escrita militante, que pretende ser porta-voz de outras mulheres como declara Conceição Evaristo: “E assim Oxum se tornou a dona do ouro.

⁶⁶ JESUS, Carolina Maria de. Antologia Pessoal. Organização de José Carlos Sebe Bom Meihy; [revisão de] Armando Freitas Filho. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996a.

Não só a dona do ouro, mas uma espécie de porta-voz das mulheres. E é assim que eu gostaria de construir a minha literatura, que ela pudesse ser porta-voz das vozes das mulheres negras.”⁶⁷

Deixando evidente que escrever para ela é um ato político, marcado pela sua condição social, étnica e de gênero, que a academia é um espaço legítimo do qual ela tem direito de estar, e no qual ela ocupa um lugar de fala⁶⁸ e exerce a sua cidadania. Conceição Evaristo afirma:

Tanto meu texto [literário] quanto meu texto ensaístico são profundamente marcados pela minha condição de mulher negra na sociedade brasileira. As minhas escolhas teóricas, elas estão em consonância com a minha vivência, com a minha condição de cidadã negra na sociedade brasileira. [...] a academia é um espaço em que estou para colocar uma voz, para colocar um texto, para praticar ali uma produção do saber que é profundamente marcada pela minha condição de mulher e de negra. Então, a academia, eu sinto que é um lugar em que eu posso estar, que eu tenho direito de estar e em que eu quero estar, mas a partir de um lugar, que é esse lugar social e étnico em que eu nasci, em que estou inserida, do qual eu opto por escrever, ao qual eu sou ligada.” (MACHADO, 2014, p. 31-32)

Demonstrando assim que sua produção, é uma escrita marcada diretamente por suas vivências enquanto mulher, negra e pobre. Essa característica está presente na produção de Conceição Evaristo, de Carolina de Jesus e da maioria das escritoras negras, que trazem uma escrita carregada de histórias individual e coletiva, numa escolha deliberada, consciente e política; onde seus relatos biográficos ou fictícios são reveladores dessa condição e de todo o jugo que o racismo estrutural imputa às mulheres e homens negros em nosso país; mas também são reveladores de força, resistência e riqueza cultural de toda uma ancestralidade. Essa condição de ser e escrever sobre as experiências de vida enquanto mulher negra na sociedade brasileira, e herdeiras de uma história ancestral, é o que Conceição Evaristo conceitua no termo *escrevivência*. Uma escrita política sim, escrever para sobreviver, para aliviar todo um peso que o colonialismo patriarcal e machista impõe, escrever para denunciar essa opressão histórica, e os processos de desumanização que se mostram persistentes na sociedade brasileira até os dias de hoje. Mas uma escrita que também quer anunciar o novo, a esperança da mudança,

⁶⁷ (Conceição Evaristo. Depoimento proferido no V Colóquio Mulheres em Letras, realizado na Faculdade de Letras da UFMG, no dia 20 de abril de 2013).

⁶⁸ Lugar de fala conceito extraído do livro ‘O que é lugar de fala?’, Djamila Ribeiro (2017) no qual tenta elucidar esse impasse, que parece permear não apenas a academia como também outras interações, em especial nas redes sociais. A partir dos conceitos do feminismo negro, a intelectual diz que “lugar de fala” não é um conceito que vem marcar o discurso como propriedade de um determinado indivíduo, mas diz respeito às “condições sociais que permitem ou não que esses grupos [de minorias políticas] acessem lugares de cidadania” (RIBEIRO, 2017, p. 61).

fornecendo visibilidade e representatividade, é esse novo que podemos constatar na superação dos vários desafios enfrentados por essas escritoras no mercado editorial.

3.3- A escrita de nós/Escrevivência - desafios e superações das mulheres negras no campo literário

A nossa escrevivência não é para adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. (Conceição Evaristo)

Em entrevista ao site de notícias do Itaú social, Conceição Evaristo⁶⁹ disse: “Ninguém chora diante de um dicionário e as palavras estão lá, arrumadas bonitinhas. Mas elas só ganham sentidos, elas só te tocam se você transformar em uma vivência possível, que você já observou, ou até em uma ficção.”⁷⁰ Acredito que nessa explicação simples reside a base do conceito que ela cunhou de “escrevivência”. A escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, das experiências de vida de quem escreve, do seu espaço de pertencimento, do coletivo no qual se está inserido. Uma escrita de vivências, que busca recuperar toda uma memória ancestral que foi negada. Nesse sentido é mais que uma escrita de si, mas de uma coletividade; de experiências vividas por negros e negras na sociedade brasileira, que apresenta um sentido coletivo, mesmo quando se baseiam em um “caso individual”. Como no poema *Vozes-mulheres*, onde a autora recupera as vozes silenciadas ao longo da história, em uma narrativa que afirma a sua existência, identidade e ancestralidade:

Vozes-mulheres
Conceição Evaristo
A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.

⁶⁹ **Conceição Evaristo** é um grande expoente da literatura contemporânea, romancista, poeta e contista, homenageada como Personalidade Literária do Ano pelo Prêmio Jabuti 2019 e vencedora do Prêmio Jabuti 2015. Além disso, Conceição Evaristo também é pesquisadora na área de literatura comparada e trabalhou como professora na rede pública fluminense. Suas obras, cuja matéria-prima literária é a vivência das mulheres negras – suas principais protagonistas – são repletas de reflexões acerca das profundas desigualdades raciais brasileiras. Misturando realidade e ficção, seus textos são valorosos retratos do cotidiano, instrumentos de denúncia das opressões raciais e de gênero, mas também se voltam para a recuperação da ancestralidade da negritude brasileira, propositalmente apagada pelos portugueses durante os séculos em que perdurou o tráfico escravista. Acesso completo a sua biografia em: <https://brasilescola.uol.com.br/literatura/conceicao-evaristo.htm>

⁷⁰ Entrevista realizada em 09/11/2020 **ayrine Santana**, Itaú Social, e **Alecsandra Zapparoli**, Rede Galápagos, São Paulo. Acesso em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/> Acesso em 21/01/2021

*Ecoou lamentos
 De uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 No fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela.
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e fome.
 A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.
 A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem - o hoje - o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 o eco da vida-liberdade.
 (Cadernos Negros, 1990)*

Escrevivência traz o protagonismo das mulheres negras, que em seus textos, sejam eles biográficos ou ficcionais; colocam em pauta a questão das desigualdades e preconceitos raciais, de gênero e classe. Refletem sobre situações de opressão e racismo vividas pela população negra, de uma forma que só um olhar de dentro pode fazer, posicionando como uma narrativa contra hegemônica, que denuncia e questiona o patriarcado e o racismo, e exalta a força das mulheres, ao mesmo tempo que questiona a literatura oficial, eurocêntrica, que tende a apagar e silenciar pessoas negras em seus discursos. Nos quais só figuram como personagens estereotipados, e onde as culturas africanas e afro-brasileiras são exotizadas ou folclorizadas. Dessa forma, elas arrancam a máscara do silenciamento a que Grada Kilomba se referiu, para dizer as verdades ocultas, contar histórias que incomodam os “sonos injustos” da “casa grande”, rompendo assim com os domínios impostos e enveredando pelo caminho da escrita.

No artigo “Intelectuais escrevientes: enegrecendo os estudos literários”, de Livia Natália, artigo que compõe a obra “*Escrevivência: a escrita de nós Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, (2020)*” organizado por Constância Lima Duarte Isabella Rosado Nunes;

a autora defende que o conceito de escrevivência, amplia e inova a noção de escrita, ao mesmo tempo que apresenta uma crítica a estrutura de ensino tradicional, que exige um distanciamento pessoal na produção científica. Segundo ela a academia:

ensinou que a melhor forma de produzir conhecimento era afastarmo-nos das nossas experiências pessoais, e do lugar de fala em primeira pessoa, em favor de uma pretensa objetividade científica”. E complementa: “Por isso, defendo que os nossos textos acadêmicos sejam, sim, eivados de nossas escrevivências, de nossas travessias e que estas possam nos servir como instrumento e análise” (DUARTE, 2020, p.23)

Conceição Evaristo quando questionada sobre como surgiu o termo “escrevivência” ela explica:

É uma longa história. Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande.⁷¹

Sobre a função dessas histórias, dessas escrevivências, ela responde:

É incomodar. É jogar no rosto da casa-grande o que é que nos foi feito e, inclusive, marcar esse presente que ainda tem essa marca do passado, se você pensa na condição em que se encontra a grande maioria da coletividade negra brasileira, e não só a brasileira como a diaspórica. Basta a gente olhar o que acontece com o negro nos Estados Unidos para ter certeza que não é só no Brasil. Tem aí uma escrita ou uma proposta de escrita – e eu torno a afirmar que não é só no campo literário – uma proposta em que tanto a memória como o cotidiano, como o que acontece aqui e agora, se transformam em escrita. Essa história silenciada, aquilo que não podia ser dito, aquilo que não podia

⁷¹ Entrevista realizada em 09/11/2020 Ayrine Santana, Itaú Social, e Alecsandra Zapparoli, Rede Galápagos, São Paulo. Acesso em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/> Acesso em 21/01/2021

ser escrito, são aquelas histórias que incomodam, desde o nível da questão pessoal, quanto da questão coletiva. A escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia. E no campo da literatura é essa provocação que vai ser feita da maneira mais poética possível. Você brinca com as palavras para dar um soco no estômago ou no rosto de quem não gostaria de ver determinadas temáticas ou de ver determinadas realidades transformadas em ficções.⁷²

Nesse sentido, Carolina Maria de Jesus é um exemplo de escrevivência; com uma escrita marcada diretamente pela sua condição de mulher negra, em seus diários escreveu sobre a dura realidade de uma moradora da favela do Canindé, em São Paulo. Onde através dos relatos de sua vivência, Carolina nos provoca e enxergar através de sua escrita o que vivenciava cotidianamente, a dura realidade da maioria das pessoas negras em nosso país. Conceição Evaristo relata que quando ela e sua família leram a obra de Carolina, se identificaram naquelas páginas, sendo ela também uma mulher negra moradora de favela, realizando trabalhos pouco remunerados, assim ao ler o livro “Quarto de despejo Diário de uma favelada”, viu uma realidade muito conhecida, familiar ali retratada, se viram representados nos personagens da obra. A escrita a partir das vivências é algo potente e de grande relevância como bem formulou Luana Barossi no artigo (Po)éticas de la escrevivencia: “Ouvir a perspectiva das vozes apagadas da história é uma maneira de reescrever essa mesma história, é uma maneira de compreendê-la ao mesmo tempo que se produz novas maneiras de existir.”⁷³ Por isso é tão relevante a leitura das obras dessas autoras, dar visibilidade as suas produções, levar essa literatura para sala de aula, rompendo com uma leitura escolarizada euro centrada, onde os currículos sejam construídos com perspectivas multiculturais.

⁷² Idem

⁷³ Luana Barossi (Po)éticas de la escrevivencia

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000200022 Acesso em 25/01/202

CAPÍTULO 4 – A ESCRITA DE MULHERES NEGRAS EM SALA DE AULA À PARTIR DA LEI 10639/2003

4.1- Lei 10.639/2003 e o Ensino de História – “Perigo do mês único”

[...] Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005).

Mesmo tendo sido promulgada há 18 anos, percebe-se no chão da escola, não só um desconhecimento acerca da Lei 10.639/2003, como também uma resistência em fazer cumprir a Lei, e seu objetivo ainda está longe de ser alcançado. Muitas vezes se limitando a alguns eventos e comemorações no mês de novembro, mês da Consciência Negra, dando por cumprida a tarefa de sua aplicação. A Lei exige muito mais do que uma palestra, um desfile sobre beleza negra, alguns cartazes afixados nas paredes da escola, ou o que é pior, apresentações que lembram um passado escravo que mais serve para demarcar e justificar desigualdade do que uma busca de conscientização e superação de uma situação de exclusão e marginalização. É importante falar do negro ocupando outras posições sociais e não apenas a recorrente escravização, dizer que havia negros ricos e poderosos, mulheres negras rainhas, mulheres negras chefiando exércitos; levar em consideração que a maioria dos estudantes da rede pública em grande parte dos estados brasileiros é parda ou negra, é importante valorizar o que trazem de casa, conhecimentos, costumes, conceitos, ancestralidade. A Lei exige um ressignificar conceitos, rever paradigmas, tarefa que requer estudo, reflexão, tomada de consciência e posicionamento por parte do docente, e isso não é tarefa fácil, exige um sair da zona de conforto, desconstruir verdades cristalizadas, como nos adverte o professor Renato Emerson dos Santos:

Nessa perspectiva, o sentido de ressignificação e alteridade A agenda colocada pela Lei, nesse sentido, não indica apenas inserir conteúdos, mas fundamentalmente também, rever conteúdos (que ocultam mais do que revelam, que silenciam mais do que mostram), rever práticas e posturas, rever conceitos e paradigmas no sentido de construção de uma educação

antirracista, uma educação para a diversidade e para a igualdade racial. [...] Desta forma, a Lei 10.639/03 visa, portanto, reposicionar o negro e as relações raciais no mundo da educação. (SANTOS, 2009, p. 22)

A Lei nº 10.639/03 aponta a obrigatoriedade da inclusão do ensino de História e Cultura Afro-brasileira na educação básica. Contudo, é notório que sua legitimidade não tem sido efetivada com seriedade por parte do sistema educacional, considerando a priorização dada às datas comemorativas que são concentradas especialmente no mês de novembro, sendo que a proposta dela, seria africanizar o currículo, trabalhar dentro das várias disciplinas a questão da importância e valorização da história da África e cultura afro-brasileira, o que infelizmente não tem acontecido.

Nesses 20 anos atuando como professora, constato que raramente na educação, se pensa um projeto que combata de fato o preconceito, a discriminação racial, visando promover e garantir o bem-estar e pertencimento das pessoas negras, crianças, adolescentes, jovens e adultos no espaço escolar. Na formação dos profissionais da educação, nas reuniões pedagógicas, temas como racismo, discriminação, branquidade e branquitude, deveriam ser pautas constantes, no entanto, são temas praticamente interditados, mesmo com tantas pesquisas acadêmicas de peso apontado para o a gravidade e urgência de se buscar romper com o racismo estrutural, e o papel que a educação desempenha nesse processo (de reprodução e ou superação), mesmo tendo o respaldo da Lei, os profissionais da educação ainda vacilam quando o assunto é o enfrentamento das discriminações cotidianas no espaço escola.

É preciso tirar a lei do papel propondo práticas pedagógicas de enfrentamento ao racismo, que não se resumem ao planejamento de atividades escolares no dia da Consciência Negra, e ou algumas atividades no mês de novembro. É preciso promover ações educativas com práticas diárias, visando o investimento no processo de autoconhecimento e da autoestima dos(as) descendentes(as) de africanos (as) no Brasil, frente aos obstáculos que lhes são impostos cotidianamente pelo racismo institucional. A lei trouxe uma mudança de paradigmas, antes havia uma negação do racismo em sala de aula, hoje temos uma demanda por formação em história e cultura africana e afro-brasileira e educação para as relações étnico-raciais, na busca de uma educação que seja menos eurocêntrica e mais afro centrada e antirracista, apesar de ainda distante do desejado, as reflexões e mudanças embora ainda tímidas, que ela tem provocado, já deixa um legado de experiências e perspectivas para sua defesa e ampliação.

A dificuldade em apresentar a literatura de mulheres negras em sala de aula ainda tem sido muito grande, ainda há muita resistência, no entanto, devemos admitir que após a Lei 10639/2003 ser sancionada, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura africana e afro-brasileiras em sala de aula, tornou-se mais fácil podermos levar para o ambiente escolar uma literatura que rompa as obras europeizadas e canonizadas até então. Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus são exemplos de escritoras que nos ajudam a romper com a visão eurocêntrica em se tratando de literatura em sala de aula. Sobre o processo histórico que levou a promulgação da Lei 10.639/2003⁷⁴ é importante levarmos em consideração que, foi sancionada em janeiro de 2003 após muitos embates políticos e ideológicos no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterando a lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação; trazendo a obrigatoriedade de se trabalhar no ensino básico a História e cultura africana e afro-brasileira, tal dispositivo legal é fruto da luta do Movimento Negro e dos movimentos sociais, na busca por diminuir as diferenças sociais e combater as desigualdades raciais no Brasil; bem como, as várias formas de discriminação.

Considerando ser papel da educação desconstruir as imagens negativas sobre a população negra e a cultura afro-brasileira, que foram propagados por séculos, também é seu papel dar voz e visibilidade às pessoas que o discurso hegemônico silenciou por tanto tempo. A partir desse contexto as vozes femininas negras silenciadas passaram a necessitar sair do silêncio, quer a escola quisesse ou não, já que a Lei obrigava as escolas a terem um currículo voltado a ouvir essas vozes silenciadas há muito tempo.

A Lei 10639/2003⁷⁵ de abrangência nacional, devendo ser, portanto, implantada por todas as escolas públicas e privadas, assim como pelos conselhos e secretarias de educação e pelas universidades, foi um diferencial na luta por uma educação antirracista, e no combate ao eurocentrismo. Ainda que na prática não esteja acontecendo como deveria, ela abriu espaço para o debate, reflexão e busca de mudanças de paradigmas em relação as questões raciais dentro da escola, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial, bem como, provocou o surgimento de diversas produções de materiais sobre o continente africano e a cultura afro-brasileira.

Sabemos que a inserção e o reconhecimento do papel de protagonista das pessoas negras na sociedade não depende apenas da promulgação de uma Lei, que parte de um processo que

⁷⁴ Lei 10.639/2003 fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm acesso em 11/03/2021

⁷⁵ Essa lei foi alterada pela lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, passando a incorporar também a história e a cultura dos povos indígenas.

propicie em primeiro lugar o reconhecimento da existência do racismo estrutural e institucional na comunidade escolar, que busque a sensibilização e desconstrução de estereótipos por parte dos próprios educadores sobre a educação das relações étnico-raciais e sobre o continente africano e promova representação positiva do negro na sociedade brasileira; e leve a pensar de que maneira a educação pode contribuir para uma autoimagem afetiva e positiva das pessoas negras e, ao mesmo tempo, formar cidadãos antirracistas, nesse sentido a aplicação da Lei 10.639 tem muito a contribuir.

Matilde Ribeiro, Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2004, no texto de apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, enfatiza a necessidade da criação de políticas públicas que revertam o quadro da desigualdade entre brancos e negros na educação brasileira, destacando o papel da educação na promoção, e no desenvolvimento da igualdade, dignidade, e no exercício da cidadania no país:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

Nesse sentido, ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação, constata-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual quadro. Os números são ilustrativos dessa situação. Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação.⁷⁶

É de suma importância que os currículos sejam construídos com perspectivas multiculturais, levando em consideração as contribuições das diferentes culturas na formação do Brasil. Servindo como referência para que a escola corrija erros históricos em relação à população indígena, negra e ao continente africano que ainda têm sua história, presença e

⁷⁶ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2004, p.8

culturas invisibilizadas, distorcidas e estereotipadas na cultura escolar, tanto nos currículos, nos livros didáticos de História, como nas práticas pedagógicas em geral. Segundo o Historiador e escritor José Ricardo Oriá Fernandes:

Somente o conhecimento da história da África e do negro poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da autoestima de milhares de crianças e jovens que se veem marginalizados por uma escola de padrões eurocêntricos que nega a pluralidade étnico-cultural de nossa formação (Fernandes, 2005: 382)

Existe um silenciamento sobre a história das pessoas negras no Brasil, bem como, de sua ancestralidade africana. O que se conhece sobre o continente africano na escola ainda são discursos estereotipados: pessoas doentes, passando fome e que precisam ser salvas pela religião ocidental. Mesmo o livro didático traz imagens distorcidas referentes ao continente africano. Sobre esse assunto, Anderson Oliva em sua pesquisa intitulada *A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática*, inicia seu texto com uma provocação “O que sabemos sobre a África?” e afirma:

Talvez as respostas sofram algumas variações, na densidade e na substância de conteúdo, dependendo para quem ou onde a pergunta seja proferida. Acredito, no entanto, que o silêncio ou as lembranças e imagens marcadas por estereótipos preconceituosos vão se tornar ponto comum na fala daqueles que se atreverem a tentar formular alguma resposta. Atrevimento sim! Quantos de nós estudamos a África quando transitávamos pelos bancos das escolas? Quantos tiveram a disciplina História da África nos cursos de História? Quantos livros, ou textos, lemos sobre a questão? Tirando as breves incursões pelos programas do National Geographic ou Discovery Channel, ou ainda pelas imagens chocantes de um mundo africano em agonia, da AIDS que se alastra, da fome que esmaga, das etnias que se enfrentam com grande violência ou dos safáris e animais exóticos, o que sabemos sobre a África?⁷⁷

Essa resposta configura a realidade presente na sociedade brasileira mesmo após a promulgação da Lei 10.639/2003; onde mesmo nós professores de História, temos um conhecimento profundamente euro centrado, no qual conhecemos muito da História, cultura,

⁷⁷ OLIVA, 2003, p.423

economia, sociedade, religião europeia, e quase nada da cultura africana; menos ainda da literatura africana ou afro-brasileira, conhecimento que nos vem dos bancos escolares, academias, livros, filmes, séries, livros didáticos, literatura, noticiários etc.

A literatura, as produções cinematográficas africanas são coisas totalmente desconhecidas para a maioria de nós, que ainda nos submetemos, muitas vezes, a olhar o continente africano do ponto de vista ocidental, vendo apenas epidemias, pobreza, subdesenvolvimento, conflitos, guerras civis, migração forçada, e tantos outros aspectos negativos, negligenciando assim, a História, riqueza, desenvolvimento econômico, sistemas políticos, e a imensa diversidade cultural do continente. Isso faz com que o processo de construção da identidade negra no Brasil seja marcado por estereótipos e invisibilidades, perpetuando o preconceito e a ignorância a respeito do continente africano e seu povo. Nesse contexto, pensar em uma literatura feminina negra em sala de aula chega a parecer absurdo, mas ao mesmo tempo é um desafio que a obrigatoriedade da Lei nos convoca a romper com a visão equivocada que estamos acostumados. Ela nos impulsiona a sair do comodismo e ampliar a visão com relação aos estudos africanos e a cultura afro-brasileira, é uma necessidade que os estabelecimentos de ensino se viram obrigados a cumprir.

De acordo com as Diretrizes para a Educação das Relações étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana aos estabelecimentos de ensino se delega essa necessária e urgente responsabilidade:

(...) aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde está se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação. Precisa, o Brasil, país multiétnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2004 p.18)

É responsabilidade de todos os segmentos sociais e particularmente da escola desconstruir estereótipos, romper com o silenciamento histórico imposto as pessoas negras, implementar políticas de ações afirmativas que busquem reparar injustiças históricas sofridas pela população negra. A sociedade brasileira ainda é profundamente marcada pela manutenção do preconceito e discriminação com base em diferenças étnico raciais, a Lei n. 10.639/2003 representa um importante dispositivo na mudança de paradigmas na educação, buscando valorizar a diversidade brasileira, reconhecendo a participação efetiva de africanos e afrodescendentes na construção da sociedade e identidade nacional e a encarar com seriedade o racismo cotidiano e as práticas que reproduzem as desigualdades entre brancos e negros.

Segundo a pesquisadora Nilma Lino Gomes:

Os ativistas do Movimento Negro reconhecem que a educação não é a solução de todos os males, porém ocupa lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os outros”, contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros. Além disso, a educação, no Brasil, é um direito constitucional conforme o art. 205 da Constituição Federal (1988). Contudo, todas as pesquisas oficiais realizadas nos últimos anos apontam como o campo educacional tem produzido e reproduzido no seu interior um quadro de desigualdades raciais.⁷⁸

É tarefa urgente que a escola assuma o desafio de buscar construir ações pedagógicas que contribua para a formação de uma identidade negra positiva, em uma sociedade que historicamente, inferioriza os meninos e meninas negras e as desqualifica de diversas maneiras, sempre afirmando que ser negro é ruim, o cabelo crespo da menina negra é de Bombril, ela é feia, inferior; subalterna, jamais protagonista; a escola exerce um papel fundamental na reprodução ou desconstrução desses estereótipos. Portanto cabe a escola o dever de romper com o discurso que afirma que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo e aos seus valores culturais identitários, empreendendo esforços no sentido de alcançar a superação do racismo na escola e na sociedade, buscando defender, criar e manter as políticas afirmativas, que busque a construção da equidade, minimizando as desigualdades sociais.

⁷⁸ Artigo Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011 acessado em 16/03/21

A Lei 10.639/03, acompanhada do Parecer do CNE/CP 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas; juntamente com a Resolução CNE/CP 01/2004 que explicitam a implementação da referida Lei; representam uma conquista do movimento negro, um avanço significativo no enfrentamento do racismo estrutural em nosso país; uma vez que reconhece sua diversidade étnico cultural, a condição de desigualdades existentes entre brancos e negros, a necessidade de reparação dessas desigualdades; e aponta caminhos para a implantação de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas a nível nacional, demanda há muito reivindicada pelos grupos organizados na luta antirracista. Nesse sentido, ela contribui grandemente para que possamos levar para a sala de aula uma escrita negra feminina, que ajude a construir uma identidade positiva com relação as pessoas negras. Carolina Maria de Jesus, por exemplo, foi citada por Conceição Evaristo em sua biografia⁷⁹. Evaristo citando Carolina apresenta sua mãe como exemplo e diz:

Minha mãe leu e se identificou tanto com o *Quarto de Despejo*, de Carolina, que igualmente escreveu um diário, anos mais tarde. Guardo comigo esses escritos e tenho como provar em alguma pesquisa futura que a favelada do Canindé criou uma tradição literária. Outra favelada de Belo Horizonte seguiu o caminho de uma escrita inaugurada por Carolina e escreveu também sob a forma de diário, a miséria do cotidiano enfrentada por ela.⁸⁰

Conceição Evaristo afirma que Carolina Maria de Jesus iniciou ou até, tirou do silêncio muitas mulheres negras que se identificavam com sua escrita. Evaristo se tornou referência para muitas escritoras negras, assim como é Carolina Maria de Jesus, um exemplo de superação através da escrita; por isso percebemos que quando essa literatura estiver nos bancos escolares causarão um grande alvoroço, uma grande transformação, pois acreditamos que leitura é um instrumento que promove questionamentos e a vivência, de novas experiências.

Buscar a aplicação da lei 10.639 a partir da literatura de autoria feminina negra, começando com uma obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo, diário de uma favelada*, se justifica pelas significativas possibilidades de reflexão, que a trajetória e obra da escritora provoca, por apresentar temáticas necessárias e urgentes na pauta da educação, como

⁷⁹ Depoimento no I Colóquio de Escritoras Mineiras Belo Horizonte, Maio de 2009
<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em 02/04/21.

⁸⁰ idem

racismo, machismo, a situação da mulher negra na sociedade, exclusão e desigualdade social, a leitura e escrita como forma de superação entre outros.

Carolina se nos apresenta como uma mulher forte, que transgrediu estruturas tradicionais rígidas, levar sua história de vida e seus escritos para a sala de aula, para o nosso fazer pedagógico, muito contribui para que possamos desconstruir currículos escolares fundamentados em abordagens unicamente eurocêntrica, colonizadora, que invisibiliza outras narrativas, outras formas de representação, outras referências culturais.

4.2- **“Muito bem Carolina!” - Escrevivência de Carolina Maria de Jesus na obra - Quarto de despejo: diário de uma favelada.**

...Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livros do que no álcool. Se você achar que eu estou agindo acertadamente, peço-te para dizer: - Muito bem, Carolina! (JESUS, p.74)

Quando falamos “muito bem Carolina” estamos concordando que livros são importantes, que a leitura abre um universo de possibilidades de compreensão de mundo e de si, para o indivíduo que lê, que a leitura é fundamental para inserção do indivíduo na sociedade, uma vez que é através dela que acessamos conhecimentos que nos permite interagir de forma consciente no meio social no qual estamos inseridos. É também concordar que a literatura ao promover maneiras de ver e entender a realidade, ajuda a construir uma visão de mundo, a ver e refazer conceitos, dessa forma ela tem uma potência transformadora da realidade, principalmente quando ela apresenta uma crítica social como é a escrita de Carolina Maria de Jesus⁸¹.

Carolina desenvolveu uma paixão pela leitura e escrita desde a infância, e é através da escrita que ela se torna sujeito de si mesma; com apenas dois anos de escolaridade, conseguiu produzir uma narrativa potente, traduzindo em palavras, escritas em cadernos e folhas soltas, encontrados nas lixeiras do centro de São Paulo, suas vivências, seus dramas e angústias, seus medos e frustrações, sonhos e expectativas, enquanto mulher, mãe, negra e pobre, assim como

⁸¹ Carolina Maria de Jesus nasceu em 14 de março de 1914, em Minas Gerais. A escritora morreu aos 62 anos, em São Paulo, em 13 de fevereiro, vítima de insuficiência respiratória.

suas reflexões acerca do momento pessoal, histórico e social em que vivia. Como esses cadernos que foram descartados, nos quais não se viam mais nenhuma utilidade; como os objetos que são esquecidos em quartos de despejos, a autora descreve a si mesma e aqueles com os quais ela convive na favela do Canindé.

Em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, a autora apresenta um retrato da dura realidade do cotidiano na favela do Canindé. A partir de uma metáfora extremamente realista ela ressalta o abismo social de desigualdade presente na sociedade brasileira. Carolina diz: “[...] eu classifico São Paulo assim: o Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2000, p. 28). Ao escancarar para o mundo as condições de miséria, violência, marginalização, injustiça, e descaso dos governantes a que a população da favela estavam submetidos; escrevendo a partir do seu lugar de fala, Carolina não só provoca uma ruptura no cânone tradicional, como se torna também sujeito social e sua escrita um instrumento de denúncia.

Apesar de seu livro ter sido publicado em 1960 relatando experiências vividas pela autora desde a década de 1950⁸²; a obra apresenta temáticas muito presente na vida de grande parte da população brasileira ainda hoje, onde a desigualdade permanece como uma questão urgente, principalmente dos afrodescendentes; que vivem uma realidade de exclusão social, segregação, miséria, fome, violência doméstica, preconceito, falta de trabalho e moradia, vulnerabilidade, silenciamentos entre vários outros. O Brasil continua com um nível de miséria muito grande, e essa pandemia (COVID 19) só veio ressaltar e agravar ainda mais essa realidade.⁸³

Em uma sociedade onde os espaços de fala e poder são bem delimitados, o lugar de subalternidade destinado a mulher e homem negro, não se limita apenas ao espaço físico, geográfico, mas também político, social e cultural. Carolina se tornou uma escritora, ter seu livro traduzido para cerca de 13 idiomas e publicado em mais de 40 países como Estados Unidos, França, Itália, Japão, Cuba e Tchecoslováquia, só para citar alguns; constitui um

⁸² os registros foram organizados no formato de livro pelo jornalista Audálio Dantas (tem início em julho de 1955 e vai até janeiro de 1960, com algumas falhas entre os períodos) e vendeu cerca de 3 milhões de livros, traduzidos em 16 idiomas.

⁸³ <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19> acesso em 22/04/2021.

<https://diplomatieque.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-de-covid-19/> *Le Monde* acesso em 22/04/2021.

<https://www.acritica.com/channels/coronavirus/news/populacao-pobre-e-mais-vulneravel-ao-coronavirus> acesso em 22/04/2021.

fenômeno, um marco, um diferencial no mundo das letras; sendo ela uma escritora com tão pouca escolaridade, mulher, pobre e negra; sua escrita representa uma ruptura com o padrão dominante em vários aspectos. Tendo em vista que o universo literário é um espaço profundamente marcado pelo domínio dos discursos hegemônicos, a saber, masculino, branco e elitizado; a publicação dos diários de Carolina, mulher, preta, pobre semialfabetizada, moradora de uma favela, trazendo para o centro as mazelas povo, representa um marco muito significativo na literatura brasileira; o que nos leva a ver nessa narrativa testemunhal, um forte instrumento político de resistência para grupos subalternizados. É a subalterna falando no centro e de alguma forma sendo ouvida, ainda que não seja compreendida, e ou aceita, ela está ali, colocando o ‘dedo na ferida’, tirando a máscara do silenciamento que lhe foi imposta (da qual nos fala Grada Kilomba), e gritando verdades que o centro não quer ouvir, e se nega a enxergar. Denunciando e dando visibilidade e representação a toda opressão e marginalização social a que ela e o moradores da favela estão submetidos. Afirmando em seu diário: “Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado” (JESUS, 2014, p.41), definindo a favela como sendo um lugar de sofrimento, em suas palavras: “Favela sucursal do inferno, ou o próprio inferno” (JESUS, 2014. p. 165). Ela diz querer escrever “Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana” (JESUS, 2014. p. 23). E afirma “Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade” (JESUS, 2014. p. 38). Sobre sua escrita diz: “Quem não conhece a fome há de dizer: - Quem escreve isto é louco. Mas quem passa fome há de dizer: - Muito bem, Carolina!” (JESUS, 2014, p.38).

Carolina demonstra ter consciência do poder de sua escrita como instrumento de defesa, e que seria através dela que superaria a sua condição de favelada, ela diz: “[...] não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada. E as feridas são incictrizáveis” (JESUS, 2014, p. 48), após a publicação de seu diário, em seu segundo livro *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*, Carolina diz: (1961, p. 17): “[...] agora eu falo e sou ouvida. Não sou mais a negra suja da favela”.⁸⁴ Demonstrando também ter consciência da fronteira existente entre as vozes que são ouvidas e as que não o são, de saber que sua condição de mulher, negra, moradora de uma favela a colocava em uma condição em que o direito de falar e ser ouvida lhe é negado.

⁸⁴ Jesus, C. M. (1961). *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Livraria Francisco Alves (Editora Paulo de Azevedo Ltda).

Ao se colocar nesse lugar não autorizado e assumir a posição de sujeito que fala de si e por si, ela rompe a fronteira rígida do determinismo instaurado, que aponta para ela mulher negra e pobre exclusivamente o lugar de subalternidade, invisibilidade e silenciamento. Reagindo ao epistemicídio do qual nos fala Sueli Carneiro; em sua obra *Quarto de despejo*, Carolina constrói representações de si, dos outros e do espaço onde vive.

Carolina escreve para sobreviver, para descarregar todo peso das opressões sofridas, como que para escapar um pouco da realidade dura que vivia, para esquecer a fome, aliviar a tristeza, cultivar a esperança; gostava de escrever à noite ou durante a madrugada, registrando tudo que considerava importante, ela via na sua escrita uma forma de ascender socialmente, via a possibilidade de sair da favela, lugar com o qual ela não se identificava, não se sentia pertencente e do qual sonhava partir um dia. Acreditava que quando seu livro fosse publicado ela deixaria aquele lugar, o que de fato aconteceu. Mas antes teve que enfrentar muitos obstáculos, principalmente o de gênero e raça, ela relata em seu livro que teve seus escritos renegado por diversas vezes sob o argumento de “pena que você é preta” (Jesus, 2014, p. 64). E questionava:

O branco diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS, 2014, p. 65).

E dizia ainda: “Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se” (JESUS, 2014, p. 122).

Mas quem foi Carolina? Essa mulher impressionante que se tornou conhecida internacionalmente, e uma das escritoras negras mais destacadas, a partir de sua obra “Quarto de despejo”; que em 2020 completou 60 anos de sua publicação; e ainda hoje desperta tanta curiosidade, e impacto em quem lê, interesse de pesquisas acadêmicas, e diversas iniciativas culturais e pedagógicas em tantos lugares?⁸⁵

⁸⁵ Só para citar um exemplo dessas iniciativas, em Cuiabá no dia 03/03/2021 foi inaugurada a Afroteca Comunitária Carolina Maria de Jesus, no centro cultural casa das pretas com o objetivo de tornar acessível á população obras de autores negros brasileiros e estrangeiros, e/ou autores que tenham como foco a cultura e os povos do continente africano, as relações étnico-raciais, a população afrodescendente nos países da diáspora africana. A rede estadual de educação lançou para esse ano uma proposta de clube de leitura que iniciaria com o livro “quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus.

Carolina Maria de Jesus⁸⁶, “Bitita”⁸⁷, apelido com o qual gostava de ser chamada quando criança, nasceu na pequena cidade de Sacramento no interior de Minas Gerais em 14 de março de 1914, ano em eclodiu a Primeira Guerra mundial, no auge da República oligárquica no Brasil, da centralização política entre São Paulo e Minas Gerais, a chamada política do café com leite. Carolina e seus sete irmãos, eram netos de pessoas escravizadas, filhos de Maria Carolina de Jesus (também conhecida como Cota), mãe solo, lavadeira e analfabeta. Vale lembrar que no final do século 19 e início do século 20, início do regime republicano no Brasil, não só no interior de Minas Gerais, mas em várias regiões do país, ainda se vivia os resquícios do jugo da escravidão, onde práticas antigas de exploração da população negra se mantiveram sob novas roupagens, mesmo após a abolição era “natural” encontrar pessoas negras nos serviços mais subalternos, vivendo em situação precária, sem qualquer direito civil, político e social, tanto no campo como na cidade. Sem acesso à educação formal⁸⁸, sendo esta, um privilégio das classes mais abastadas. Foi através de uma freguesa de sua mãe d. Maria Leite, uma senhora de posses de Sacramento, que Carolina recebeu incentivo e patrocínio, para ingressar numa escola aos sete anos de idade, o colégio espírita Alan Kardec. O tempo de permanência na escola, extremamente curto, foi o suficiente para Carolina desenvolver o gosto pela leitura e escrita; estudou um ano e meio, cursou a primeira série do ensino fundamental e a segunda série incompletos, pois sua mãe em razão das dificuldades financeira, em 1924 precisou migrar para Lajeado onde foram trabalhar como lavradores em uma fazenda, retornando para Sacramento em 1927. Carolina chora e lamenta ter que deixar a escola, mas compreende a situação, conforme registrou em seu diário: “[...] eu nada tenho que dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho” (Jesus, 2014, p. 48 e 49).

⁸⁶ Os dados biográficos aqui apontados foram extraídos do livro *Carolina: uma biografia*, escrita pelo Jornalista Tom Farias lançado em 2018, fruto de uma minuciosa e extensa pesquisa em diversos acervos.

⁸⁷ Bitita – palavra originária do termo feminino “mbita”, da língua xichangana, falada em Moçambique, ou “bita”, em corruptela, que significa “panela de barro”, induzindo a pensar que, como atesta o Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa, o “diminutivo feminino singular desse termo gera a palavra “bitita”. Logo, “bitita” (apelido de infância da escritora) é, portanto, designativo de algo vindo do barro, cuja cor é ocre ou preta. <https://revistaperiferias.org/materia/carolina-maria-de-jesus-uma-escritora-presente/> acesso em 21/04/2020

⁸⁸ Oficialmente, foi apenas em 1879, com a Reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho, que a população negra garantiu acesso às escolas públicas formais, quando se instituiu a obrigatoriedade do ensino para crianças dos sete aos quatorze anos e caiu o veto que proibia o acesso de qualquer pessoa às instituições escolares. Embora tenha caído a proibição as condições econômicas eram uma barreira quase intransponível para a maioria da população negra profundamente empobrecida. A Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911 é um exemplo desses mecanismos de exclusão, exigia cobrança de taxas e estabelecia processos de avaliação para o ingresso nas escolas.

Num momento conturbado da nossa história política e econômica, provocada pela crise de 1929 iniciada nos Estados Unidos, da qual resultou na ruptura do pacto das oligarquias dominantes (SP/MG), e abriu espaço para o Golpe de 1930 através do qual Getúlio Vargas chegou a presidência do Brasil; onde a crise na economia cafeeira, provocou inflação, desemprego e carestia, tornando a vida da população pobre e negra ainda mais difícil; Carolina migra com a mãe por várias cidades do interior de São Paulo, em busca de melhor condição de vida, onde trabalha como lavradora, empregada doméstica, faxineira na Santa Casa de Franca entre outros, sempre em busca de trabalho e formas de sobreviver; cultivando sempre o desejo de ir para a grande São Paulo, onde acreditava que nesse lugar de oportunidades, sua vida mudaria, conseguiria enfim realizar seu grande sonho de ser poetisa. Carolina nunca aceitou o lugar que sua condição de mulher, negra e pobre insistia em lhe impor; as mazelas da vida que enfrentava desde a infância, não tiveram o poder de lhe tirar a capacidade de sonhar. Segundo ela:

Tudo tenho feito para torcer a linha do meu destino e esquecer a tortura dos versos que me enchem a cabeça, mas eles brotam do meu pensamento e eu não tenho outro remédio senão dar-lhes expansão. Está aqui o fruto das minhas ideias.⁸⁹

Após muitas andanças, chega em São Paulo por volta da década de 1940, segundo o jornalista e biógrafo Tom Farias, Carolina teria chegado a São Paulo no dia 31 de janeiro de 1937, em plena instalação do Estado Novo, da ditadura varguista, com então 22 anos de idade, essa data é precisada por ele a partir de diversas anotações da própria Carolina e de reportagens de jornais⁹⁰. Na cidade de São Paulo, ela vivenciou as maiores dores de sua vida, mas também a maior glória, onde pôde ver enfim seu sonho realizado. Escrever para Carolina era uma necessidade, a poesia era uma espécie de obsessão como ela mesma dizia “tenho sofrido tanto só por amor a Musa, que me persegue e me inspira com uma obsessão incrível.”⁹¹ Na favela do Canindé, esse hábito de escrever mais do que nunca se tornará para ela uma estratégia de sobrevivência diante do sofrimento.

Ao chegar em São Paulo as coisas não aconteceram como ela sonhara, cidade grande, com grande concentração populacional e desigualdade social, onde a crise financeira pela qual o país passava na década de 30 (resquícios da crise de 1929 que acarretou na crise da economia

⁸⁹Fala de Carolina em visita ao jornal A Noite. Citado por FARIAS, Tom, 2018, p.118

⁹⁰FARIAS, 2018, p.109

⁹¹Fala de Carolina em visita ao jornal A Noite. Citado por FARIAS, Tom, 2018, p.118

cafeeira e golpe de 1930) elevou muito o custo de vida, e fez com que a pobreza atingisse com força a população menos favorecida, proliferando os cortiços e abrigos noturnos e a curto prazo as favelas; migrantes e imigrantes disputavam as poucas vagas de trabalho dado o grande número de candidatos; em São Paulo as dificuldades de Carolina foram inúmeras. Seu objetivo era se tornar poetisa, mas se viu sozinha numa cidade grande e mais uma vez trabalhando como doméstica, operária, ajudante de cozinha, o que aparecesse, para poder sobreviver; dando vida aos versos de Caetano Veloso (1978) “E quem vem de outro sonho feliz de cidade / Aprende depressa a chamar-te de realidade / Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso.” Mas não desistiria de seu sonho, por isso, se apresentava onde se lhe abrissem as portas, circos, festas, redações de diversos jornais, entre outros; talvez por não se identificar com os trabalhos que exercia, tinha muita dificuldade de permanecer nos mesmos, daí o desemprego estar sempre batendo a sua porta. Ainda na busca de realizar seu sonho tenta a vida no Rio de Janeiro, então capital do país, mas só desilusão a esperava ali, Tom Farias cita uma poesia dela publicado no jornal A Noite, onde falando de sua passagem pelo Rio de Janeiro e sua dificuldade de permanecer nos empregos que arranjava, ela diz:

Para viver honestamente tive que me empregar. Não sei se lhe disse que sou boa cozinheira? Pois é. Fui para uma cozinha aqui no Rio de Janeiro; quis ver se fazia bons quitutes, assim como faço bons versos, mas nessa profissão a inspiração falhou-me miseravelmente!

Entre o fogão es as panelas, só o diabo da poesia me tentava... certo dia enquanto escrevia uma poesia, a panela de feijão queimou e a patroa me mandou embora...

Arranjei outro emprego, mas esquecia tudo para fazer um verso que me vinha à cabeça e acabava sendo outra vez despedida! Por isso eu disse ao senhor que a poesia é a minha desgraça. Por causa dela eu ando ao léu, pensando e rimando versos.

Isto é uma perseguição ou não é? Diga?⁹²

Retorna a São Paulo e retoma suas insistentes visitas as redações de jornais e revistas, apresentando seus escritos e estabelecendo contatos, e com muita alegria vê alguns de seus escritos publicados, recebeu muitos não, principalmente por causa de sua condição de mulher, preta e pobre. Em vários escritos registra o racismo e preconceito que sofria, como nesse verso

⁹² “Poesia, fogões e panelas...” A Noite, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1942, p.5 citado por FARRIAS, Tom, 2018 p. 117

citado por Tom Farias: “Eu disse: o meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que as negras devem fazer [...] É ir pro tanque lavar roupa.” (2018, p.121). Em outra passagem citado pelo autor, Carolina diz:

Minha cor, certamente, concorria para que eu não pudesse realizar as minhas aspirações. Revoltava-me. Bem sei que não tenho ilustração, que não sei muito, muito, o português, mas duvido que haja por aí pessoa mais bem inspirada do que eu. (2018, p.123)

Apesar de seus esforços a vida de Carolina em São Paulo estava longe de ser o ela sonhara, São Paulo não se revelava o lugar de oportunidades que ela esperava, e a situação foi piorando cada vez mais; em 1948, muda-se para a favela do Canindé, onde viverá por 11 anos e ali terá seus 3 filhos, todos de relacionamentos diferentes, não coabitando com nenhum de seus parceiros.

Mãe solo, para sustentar seus filhos trabalha como catadora de papel, ferros, tudo que possa ser vendido para reciclar, e assim, conseguir algum dinheiro. É no lixo que ela encontra, livros, revistas e cadernos, que ela recolhe e leva para seu barraco na favela, onde lê tudo que encontra, e reutiliza as folhas em branco dos cadernos descartado no lixo para escrever suas poesias, suas vivências, seus dilemas, sonhos e inquietações.

Persistente no seu sonho de ser escritora se desdobra no trabalho, cuidado dos filhos, leituras, escritas, e visitas as redações de jornais, em 1941 escreve um poema em homenagem a Getúlio Vargas e leva a redação do jornal Folha da Manhã, o qual é publicado no dia 24 de fevereiro juntamente com uma foto sua, Carolina fica radiante. A partir de então passa a levar seus poemas com certa frequência a redação do jornal, e ganha a admiração dos leitores o que lhe valeu o apelido de “A poetisa Negra”.

Mas sua vida muda mesmo somente a partir do encontro casual com Audálio Dantas, repórter do jornal Folha da Noite, quando este foi fazer uma reportagem sobre a favela do Canindé. Nesse encontro Carolina lhe mostra seu diário, e o repórter fica impressionado com o vê, no prefácio do livro ele narra esse fato:

Repórter, fui encarregado de escrever uma matéria sobre uma favela que se expandia na beira do rio tietê, no bairro do Canindé. Lá, no reboliço favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. E tinha! Tanto que na hora, desisti de escrever a reportagem.

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela. (JESUS, 2014, p. 6)

A impressão foi tamanha que ele ali mesmo no barraco de Carolina, promete a ela que tudo que ela escreveu sairá em um livro. Em 19 de maio de 1958, Audálio Dantas publicou parte do texto em 19 de maio de 1958 publica parte dos diários de Carolina, o qual recebeu muitos elogios. Em 1959, a revista O Cruzeiro também publica alguns trechos do diário.

O livro completo foi publicado em 1960 com o título “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, com uma tiragem inicial de dez mil exemplares, sendo que somente na noite de autógrafos 600 livros foram vendidos, um verdadeiro sucesso! Carolina enfim se tornara uma escritora como sempre sonhara e nunca deixara de acreditar. A publicação e o sucesso de vendas, de seu livro lhe possibilitou sair da favela e ir morar numa casa confortável no bairro de Santana, um bairro de classe média. A partir de então sua vida muda completamente, são várias noites de autógrafos, viagens, homenagens, dentre elas a da Academia Paulista de Letras, da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo, e a que recebe na Argentina em 1961 a “Orden Caballero Del Tornillo”⁹³. Sua escrita lhe tirou da invisibilidade social.

Depois do livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, publicou ainda “Casa de alvenaria: Diário de uma ex-favelada” em 1961, “pedaços da fome” em 1963 e “Provérbios” em 1965, também gravou um disco com composições próprias, mas nenhuma dessas obras repetiu o sucesso de vendas de seu primeiro livro, não despertaram o interesse nem da crítica nem da imprensa brasileira. Depois de um sucesso midiático nunca visto, principalmente por se tratar de uma mulher escritora e negra, Carolina começou a cair no esquecimento apesar de ter um livro transformado em *best seller*, seus anos de glória foram muito curtos e logo Carolina volta à condição de catadora de papel.

Se a vida no quarto de despejo (favela) era de infelicidade, a vida na casa de alvenaria (bairro de Santana) também não a fizera feliz, conflitos com os vizinhos por causa dos filhos, descontrole financeiro, preconceitos, excesso de invasão da mídia, entre outros, a levou em

⁹³ A Ordem do Parafuso criada sob o manto irônico de dar "coerência à loucura", foi criada por Quinquela com a intenção de que todos os membros da Ordem fossem adoradores da Verdade, do Bem e da Beleza. <https://www.buenosaires.gob.ar/museoquinquelamartin/benitoquinquelamartin/laordeneltornillo> aceso em 24/04/2021

1969, mudar-se com os filhos para um sítio no bairro de Parelheiros, em São Paulo; já praticamente esquecida pela mídia e mercado editorial. Em 1976 seu primeiro livro *Quarto de despejo* foi relançado pela editora Ediouro, sem toda cobertura midiática do primeiro lançamento. E assim longe dos holofotes, esquecida da mídia Carolina Maria de Jesus faleceu em São Paulo, no dia 13 de fevereiro de 1977, com insuficiência respiratória. Seu livro *Diário de Bitita*, obra póstuma, foi publicada no Brasil em 1986, quatro anos após ter sido publicado em Paris com o título *Journal de Bitita*. Foram publicadas também outras obras inéditas após sua morte, como: *Antologia Pessoal* em 1996, *Meu Estranho Diário* em 1996; e *Onde estaes Felicidade?* Em 2014.

4.3 – Aprendendo e ensinando com Carolina -

Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora. (JESUS, 1960, p. 35).

Carolina mulher forte e transgressora, com uma trajetória de vida marcada pela pobreza, uma voz silenciada que se torna audível, tem muito a nos ensinar. A coragem com que enfrenta o sofrimento impressiona a todos que tem a oportunidade de ler seus escritos. Seu diário é uma fonte documental de significativa importância historiográfica, pois nos permite um olhar sobre o passado a partir de como este era vivido e sentido pelas populações empobrecidas, um viés diferente do que nos é contada pela história oficial e que está presente nos livros didáticos. Carolina ao longo de seus relatos traz até nós o contexto econômico, político e social de sua época, em suas reflexões afirma “Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome” (...) sua escrita principalmente em sua obra *Quarto de despejo, diário de uma favela*, é impregnada de um caráter de revolta e denúncia das condições de vida dela e dos outros moradores da favela do Canindé.

O diário de Carolina Maria de Jesus, retratando o cotidiano e as condições de vida dela e dos moradores da favela do canindé no período de 1955 a 1960, realidade em grande parte ainda muito presente na sociedade atual, nos provoca a pensar várias temáticas que podemos levar para sala de aula, e refletir sobre as diversas opressões a que a população pobre e negra

ainda estão submetidas, sendo que o peso maior recai sobre as mulheres negras. Existem diversas questões que podemos refletir a partir desse diário, tais como: Exclusão Social, racismo, questões de gênero, a leitura e escrita como instrumento de superação.

Exclusão social: Marca que Carolina carrega juntamente com sua família desde a sua infância na pequena Sacramento/MG, vivendo na área mais pobre da cidade, se vendo obrigada a abandonar os estudos e trabalhar desde muito cedo, como lavadeira, em casas de família, na lavoura, entre outros, realidade esta que irá acompanhar a escritora até a sua vida adulta como única forma de prover o próprio sustento. Todas as suas andanças pelo interior de Minas Gerais e São Paulo se dá em razão dessa condição, e esse é também o motivo pelo qual decide seguir para São Paulo capital, em busca de melhores condições de vida, onde o custo elevado de moradia a levará a morar em área de extrema pobreza, a favela do Canindé, espaço de profunda exclusão social e racial, onde garantia a sobrevivência, a partir do que conseguia coletar no lixo e vender para reciclagem, mas seus esforços não impediam que a fome fosse uma constante em sua vida e na vida de seus filhos. Ela diz: “De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários” (p. 36). Ao se referir a favela, em seu Diário, faz a seguinte comparação: “o Palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”. e nesse caso o lixo humano. (JESUS, 2014, p. 39) sua escrita carrega essa marca que acompanha os excluídos, a fome, a miséria, a violência, por isso ela diz: “quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristeza e lamentos” (JESUS, 2014, p. 161).

Em 20 de maio de 1958, em um contexto de crescimento e desenvolvimento econômico, Carolina registra a desigualdade social na qual vivia grande parte da população brasileira. Carolina escreveu:

... As vezes mudam algumas familias para a favela, com crianças. No inicio são iducadas, amaveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo. ... Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: - Muito bem, Carolina. Os generos alimenticios deve ser ao alcance de todos. Como é horrivel ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cerebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais. ... Quando um politico diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na politica para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já

está ciente que abordando este grave problema êle vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade. ...Quando cheguei do palacio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: - Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que via minha palavra falhar. Eu disse: - É que eu tinha fé no Kubstchek. - A senhora tinha fé e agora não tem mais? - Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os politicos fraquissimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (JESUS, 1960, p. 39)

Apresenta a Favela como lugar de negação da condição de sujeito:

[...] as oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidadetenho a impressão de que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014,p.27)

E ainda:

Nós somos pobres, viemos para a margem dos rios. As margens dos rios são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens dos rios, perto dos lixos. os homens desempregados substituíram os corvos. (JESES, 2014, p.54)

Racismo: A escrita de Carolina, nos possibilita discutir o racismo na sociedade brasileira, e seus aspectos estruturantes das relações sociais, em particular a situação da mulher negra. Carolina teve sua trajetória marcada pela sua condição racial, ao longo do texto em diversas passagens, narra situações, nas quais a questão racial, aparece como centro da narrativa, apresentando uma percepção clara da existência do racismo presente nas relações sociais, quando diz: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta” (p. 69) e ainda questionava as condições subalternas e miseráveis em que se encontram os negros nesse país a autora escreve: “que Deus ilumine os branco para que os preto sejam feliz” (p.30) em outro momento diz: “Porque negra é a nossa vida. Negro é

tudo que nos rodeia” (p. 39) e “Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro” (p. 147)⁹⁴ e ao mesmo tempo demonstra orgulho de sua cor, quando ela fala do seu cabelo, por exemplo, “[...] adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. [...] Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. [...] A natureza não seleciona ninguém” (p. 58). evidenciando um sentimento de valorização das características físicas e estéticas, mais inferiorizadas em nossa sociedade, e que na atualidade constitui um dos elementos fortes dos movimentos negro na construção de uma afirmação positiva de identidade e ancestralidade afrodescendente. Também “Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se” (p. 108). No dia 13 de maio de 1958 Carolina inicia seu texto dizendo: “Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a liberdade dos escravos”. (JESUS, 2000, p. 27) para logo em seguida ao perceber que estava chovendo e não poderia sair para trabalhar e prover o sustento dos filhos escreveu: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!” (JESUS, 2000, p. 27). Fazendo uma relação entre a escravidão do passado e atual, Carolina não o faz só pela lembrança que a celebração do dia evoca, mas pela percepção de que os problemas sociais vividos pelos negros no Brasil estão diretamente ligados à questão da escravidão do passado.

Em outra passagem, denuncia a violência e arbitrariedade policial para com a população negra, pauta tão discutida no Brasil atual, que ganhou força maior a partir dos protestos nos Estado Unidos, liderado pelo movimento *Black Lives Matter*⁹⁵, vidas negras importam, principalmente após assassinato de George Floyd. Sobre essa questão em uma passagem ela diz:

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Êle estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa arvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatorio. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1960, p. 106)

⁹⁴ Nesse ponto é possível refletir sobre o racismo presente na linguagem, especialmente na língua portuguesa, onde a palavra “Negro” é impregnada de toda uma negatividade.

⁹⁵ Black Lives Matter é um movimento ativista internacional, com origem na comunidade afro-americana, que campanha contra a violência direcionada às pessoas negras, fundado em 2013 por três ativistas norte-americanas: Alicia Garza, da aliança nacional de trabalhadoras domésticas; Patrisse Cullors, da coalizão contra a violência policial em Los Angeles; e Opal Tometi, da aliança negra pela imigração justa. Hoje, é uma fundação global cuja missão é "erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência infligida às comunidades negras" pelo Estado e pela polícia.... - Veja mais em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm> acesso em 30/04/2021

São inúmeras as possibilidades que a obra Quarto de despejo, nos abre para discutir em sala de aula as questões relacionadas ao racismo presente em nossa sociedade, desconstruindo o mito da democracia racial ainda tão defendido por grande parcela da sociedade brasileira.

Gênero: Numa sociedade marcada pelo patriarcalismo, sexismo, machismo, Carolina em sua vida, assume uma postura de autonomia e independência, consciente de ser mulher e estar inserida numa sociedade excludente e machista, em seu diário ela reflete sobre essa questão:

[...] preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar. Aqui, todos imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair homens (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo. (JESUS, 1960, p. 25).

Denuncia a violência sofrida pelas mulheres, os abusos sexuais, a prostituição, dizendo que as mulheres trabalham e que os homens ficam dormindo. Carolina diz:

...Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas. Há os que prevalecem do meio em que vive, demonstram valentia para intimidar os fracos. Há casa que tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os espôsos adoce e elas no penado da enfermidade mantem o lar. Os espôsos quando vê as espôsas manter o lar, não saram nunca mais. (JESUS, 1960, p. 21,22)

Em seu diário referindo ao fato de não querer se casar e preferir ficar sozinha ela escreveu:

A mulher da favela tem que mendiga e ainda apanha, parece tambor. De noite, enquanto elas pede socorro, eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas.

No dia 02 de junho de 1958, ela registrou em seu diário:

O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, o homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal (JESUS, 2000, p. 44).

Sobre esta citação de Carolina, Maria José Viana, em seu livro *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres* faz o seguinte comentário:

a autora nos oferece uma surpreendente demonstração de lucidez e entendimento da ameaça que a escrita da mulher pode representar [...] Em outros termos, Carolina M. de Jesus reconhece que deve ser difícil para o homem ver-se preterido em favor de outro desejo e de outro prazer que não ancore nele (VIANA, 1995, p. 69).

Tal perspectiva se comprova em outros momentos do texto onde a autora afirma o quanto preza a sua liberdade, dona de si, que não tem preguiça de trabalhar, sustenta os filhos sozinha, deixando entrever que a presença masculina poderia representar uma ameaça a essa liberdade e seu sonho de ser poetisa.

A leitura e escrita como instrumento de superação: A paixão de Carolina pela leitura e escrita, desenvolvida apesar da pouca formação escolar, se torna uma ferramenta através da qual busca compreender a vida e o mundo que a cerca, registrando reflexões, sentimentos, seus dramas e frustrações, sonhos e expectativas. Lendo seu Diário, é possível perceber essa dinâmica da leitura e escrita sempre presente na vida dela, sempre que lhe sobra um tempo, Carolina está lendo ou escrevendo, preenchendo todos os espaços que a vida diária para sustentar os filhos lhe permite, lê para acalmar, para sonhar, para desabafar, para sobreviver em um de seus relatos após ter recebido alimento de um centro espírita ela diz: “o nervoso que eu sentia ausentou-se. Aproveitei a minha calma interior para eu ler”. (JESUS, 2000. p. 10)

A leitura para ela se assemelha a um vício, mas também um hábito que a diferencia dos demais do seu meio de maioria analfabeta, no dia 27 de junho de 1958 ela escreveu em seu diário: “tem muitas pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga [...] Eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livros do que no álcool” (JESUS, 2000, p. 65) e ainda: “o livro é a melhor invenção do homem” (JESUS, 2000, p. 22). Leitura e escrita se complementam e lhe dão forças para

enfrentar a dureza da vida e não perder a capacidade de sonhar com outra realidade, no dia 12 de junho de 1958 ela escreveu:

Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes brilhantes. Que a minha vista circula no jardim, e eu contemplo as flores de todas as qualidades [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS, 2000, p. 52).

A escrita para Carolina Maria de Jesus é mais do que um exercício intelectual, representa a possibilidade de ascensão social, de sair do quarto de despejo, da subalternidade, da invisibilidade. É foi através de sua escrita, da publicação de seus diários que ela enfim rompeu as barreiras raciais, sociais e literárias que a segregavam, provocando uma ruptura no cânone literário tradicional, se tornando uma escritora de projeção internacional.

A escrita transformou a vida de Carolina Maria de Jesus de tal maneira que, no dia 25/02/2021 recebeu por unanimidade e aclamação o título de doutor honoris causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁹⁶, numa homenagem póstuma, reconhecendo a importância dessa escritora no universo literário, que tanto tem inspirado escritoras negras da potência de Conceição Evaristo, que falando de Carolina diz: “Ela abre essa possibilidade dessa autoria nascer de dentro, de quem vive, e não somente de quem contempla”⁹⁷

4.4- Caroline -se: O uso da escrita de autoria feminina negra – na busca de uma educação antirracista a partir da obra “Quarto de despejo diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade. (JESUS, 2014 p. 197.)

Para se trabalhar com a literatura feminina negra em sala de aula, faz-se necessário elaborar novos planos de aulas que abarquem essa temática, visando estimular o conhecimento

⁹⁶ http://www.cfch.ufrj.br/images/parecer_comissao_academica_cfch_honoris_causa_carolina_de_jesus

⁹⁷ <https://www.geledes.org.br/carolina-maria-de-jesus-ganha-titulo-de-doutora-honoris-causa-da-ufrj/>

e interesse pela cultura afro brasileira, tendo a literatura como uma ferramenta, que contribua para promover uma reflexão e tomada de consciência, sobre as diferenças étnico-raciais, as diversas práticas de racismo, machismo e segregação sofrida pela população negra na sociedade e no ambiente escolar, e assim motivar os alunos a valorizar a riqueza da cultura brasileira de matriz africana, colaborar para a construção positiva da autoestima e do sentimento de pertencimento desse grupo, bem como perceber a importância de assumir uma postura antirracista.

Considerando que o ensino de história deva contribuir para que o aluno se perceba como sujeito de seu tempo na inter-relação com diversos outros sujeitos; que o ambiente escolar, constitui um lugar de grande convívio entre as diferenças étnico-raciais, e que a escola ao longo da nossa História tem contribuído com a negação do direito da população afro-brasileira de ver-se inserido como protagonista em sua própria história; a Lei 10.639 vem nos dizer que não é possível continuar negligenciando questão tão fundamental em nossa prática docente. Nesse sentido, trabalhar com a literatura afro no ensino de história pode ser uma experiência que venha contribuir na reparação dessa injustiça; articular o exercício da interpretação na análise do documento, a relação interdisciplinar e a construção do conhecimento histórico, contribuindo para entender melhor e valorizar a história, a cultura, a luta e o protagonismo das pessoas negras na sociedade brasileira ao longo da história.

A escolha de trabalhar o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina Maria de Jesus, se deve a possibilidade que a obra oferece para trabalhar na disciplina de História diversas questões para o debate e a construção do conhecimento histórico, uma vez que sua obra expressa questões sociais de discriminação no âmbito de raça, gênero e classe; aspectos da realidade socio cultural da maioria dos afro brasileiros, o que faz dela referência brasileira de luta e superação por meio da escrita literária.

Apontar possibilidades de trabalho com essa linguagem a partir da obra de Carolina de Jesus que através de seus escritos, particularmente o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, é a proposta da sequência didática elaborada após as leituras e reflexões feitas a partir dos escritos e da biografia de Carolina Maria de Jesus, que segue anexo a essa dissertação.

A Lei 10.639/2003 traz a obrigatoriedade de se trabalhar no ensino básico a história e cultura africana e afro-brasileira. Ao levarmos para a sala de aula a literatura de autoria feminina negra, como forma de refletir sobre o preconceito racial e seus efeitos, ainda tão presente em

nossa sociedade e no ambiente escolar; bem como, pensar ações no sentido de combater os mecanismos de opressão contra a população negra, especialmente sobre a mulher negra; estaremos rompendo com a história única, que privilegia o masculino e o branco como protagonista, cumprindo a Lei 10.639/2003, dessa forma é possível promover uma educação antirracista.

A literatura afro-brasileira em sala de aula pode ser uma ferramenta para se discutir o caráter eurocêntrico do currículo, onde a literatura europeia, portuguesa, enfim a literatura “branca”, e na maioria das vezes, masculina, sempre foi o único referencial para os professores e prioritária nos livros didáticos, mas também abordar questões sensíveis que afetam o cotidiano da sala de aula e de nossa sociedade brasileira, como democracia racial e relações étnico raciais, preconceito, racismo, exclusão, subalternidade, sexismo. Ao mesmo tempo motivar os estudantes a valorizarem a cultura brasileira de matriz africana, colaborar na construção afirmativa de uma identidade étnico racial positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel social da mulher ao longo da história sempre teve a questão de gênero como fator de interdição, na passagem do século XIX para o XX, o avanço do movimento feminista, contribuiu para que a mulher conquistasse maior liberdade e representatividade. A sociedade brasileira traz a marcas de uma cultura patriarcal que ainda insiste em manter a mulher num lugar de subalternidade em todas as esferas sociais, nesse contexto a mulher negra se encontra em um patamar de maior inferioridade e vulnerabilidade. Exercem as atividades de menor relevância no mercado de trabalho, recebem os salários mais baixos, são estereotipadas e invisibilizadas, uma vez que interseccionam as opressões de gênero, classe e raça, herança de um passado colonialista e escravista.

Carolina Maria de Jesus é um exemplo potente de resistência e transgressão a essa ordem sexista, racista, patriarcal, que impera em nossa sociedade, com uma escrita que parte da sua experiência de mulher, negra, mãe e pobre, assim como as demais escritoras negras. Ela tem consciência de sua perspectiva, seu olhar e vivência, seu lugar de fala, e ergue a voz para se impor e denunciar as injustiças e as negligências políticas que ela e os moradores da favela sofrem.

Porque o livro “Quarto de despejo, diário de uma favelada” constitui uma obra relevante para ser levada para sala de aula? O que essa obra tem a revelar sobre a nossa sociedade na época de Carolina e hoje?

Em uma narrativa única e impactante, feita a partir de uma linguagem poética e dramática, Carolina desnuda a dureza do cotidiano da vida na favela do Canindé⁹⁸ no final da década de 1950, desde então, já se passaram 60 anos, mas infelizmente essa realidade continua latente na vida de muitos brasileiros, como afirma Vera Eunice de Jesus Lima, filha mais nova de Carolina, hoje professora de língua portuguesa no Estado de São Paulo. Para ela, pouca coisa mudou na sociedade brasileira desde então, o que torna essa obra extremamente atual, onde a miséria e a fome ainda é companheira fiel de uma considerável parcela da população brasileira e onde a ausência e ou ineficiência de políticas públicas que favoreçam acesso a moradia, saúde,

⁹⁸ O relato de Carolina apresenta uma total ausência de aspectos positivos da vida na favela, descrita como um local de condenação e martírio, e falta de humanização, não vendo a favela como espaço de convívio humano e portanto também espaço de produção de saberes, conhecimento e cultura.

educação, transporte, saneamento básico, segurança⁹⁹, entre outros, pouco se alteraram, revelando o quanto ainda estamos longe de uma inclusão social.¹⁰⁰

Segundo Vera Eunice, o que mudou foi a postura da população negra frente aos velhos problemas, nas palavras de Vera Eunice: “O que eu tenho visto de mudança quanto ao ‘Quarto de Despejo’ e hoje, é que hoje o negro é engajado, o negro é politizado, o negro é culto, o negro sabe o que quer, o negro quer atingir seus sonhos”¹⁰¹, e muitos se espelham em Carolina, na luta para alcançar seus sonhos¹⁰², isso faz de sua vida e obra referência para a literatura negra e para toda a população negra, não só do Brasil, mas também, nos muitos países onde seu livro tem circulado desde a primeira publicação em 1960.

Hoje, quando a profissão de professor está cada vez mais desvalorizada, Vera Eunice disse que se tornou professora por influência da mãe que, antes de morrer, deixa uma carta para ela aconselhando-a a fazer tal escolha profissional, por ver nela uma paixão pela língua portuguesa. Segundo Vera Eunice Carolina tinha uma grande consideração por sua primeira e única professora:

“Ela tinha paixão por professoras, porque ela tinha ciência de que se ela conseguiu ser a Carolina Maria de Jesus foi por causa da primeira professora dela, primeira e única, porque ela ficou um ano e meio na escola e nunca mais estudou. Ela foi tomando gosto pela leitura e foi se acostumando. Então, com certeza ela me influenciou para ser uma professora”.¹⁰³

Carolina Maria de Jesus levou uma vida de grandes dificuldades econômicas desde a infância, somente após a publicação de seu mais famoso livro “Quarto de despejo”, conseguiu se libertar da miséria do ‘quarto de despejo’ e conhecer o conforto da casa de ‘alvenaria’, mas essa felicidade durou pouco tempo, na tão sonhada casa de alvenaria, ela e sua família sofreram

⁹⁹ Segurança talvez seja o ponto mais crucial dessas opressões a que a população negra esteja exposta, onde a ação policial seletiva e repressiva, atuam como mecanismos encarceradores e genocidas desse grupo social. <http://ittc.org.br/o-quarto-de-despejo-dos-dias-atuais/>

Acesso em 15/05/2021

¹⁰⁰ Em meio à pandemia, na metrópole paulistana, ainda surgem favelas que se assemelham às condições de miséria do Canindé em 1960: [barracos formados por restos de madeira sobre um terreno baldio sem pavimentação hoje são erguidos no Jardim Julieta](#), na zona norte de São Paulo. Se o [objetivo fundamental do planejamento urbano é reduzir as desigualdades](#), pelo menos as últimas seis décadas temos fracassado miseravelmente. Confere em: <https://caosplanejado.com/o-que-o-diario-de-uma-favelada-revela-sobre-a-pobreza-urbana-no-brasil/> Acesso em: 15/05/2021

¹⁰¹ <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/27/o-quarto-de-despejo-esta-vivo-afirma-filha-de-carolina-maria-de-jesus> Acesso em: 15/05/2021

¹⁰² Conceição Evaristo sempre diz que hoje é escritora porque se inspira em Carolina Maria de Jesus.

¹⁰³ idem

preconceito social e racial por não permitirem que eles pertencessem àquele mundo que era exclusivo dos brancos. Seu segundo livro “Casa de alvenaria, diário de uma ex-favelada”, não teve o sucesso de vendas nem recebeu a mesma atenção da imprensa que o primeiro, Carolina deixara de ser a novidade do momento, e em menos de seis anos volta a condição financeira de antes do sucesso, chegando mesmo a ser vista nas ruas catando papel novamente; termina a vida no mesmo lugar de vulnerabilidade que a iniciou e esteve a maior parte de seus dias.

A realidade do “Quarto de despejo”, é atualizada todos os dias na vida de grande parte da população pobre e negra desse país, inclusive na vida das descendentes de Carolina, suas netas, Lílian (48 anos), Adriana (40 anos), Elisa (45 anos) e Eliane (47 anos) filhas de José Carlos de Jesus, filho mais velho de Carolina que faleceu em 2016; elas afirmam estar vivendo o “Quarto de despejo 2” segundo Adriana:

"A gente vive a vida da nossa avó, a única diferença é que a gente não pega papel na rua e não está na favela do Canindé. Mas a gente está em outros lugares, com as mesmas dificuldades. Tem dia que tenho pão na minha mesa, tem dia que não. Tem dias em que conto centavos, como ela fazia, para poder comprar um sabão", diz Adriana. "A gente está vivendo 'Quarto de Despejo 2' e não deveria ser assim."¹⁰⁴

Ao longo dessa pesquisa vivi uma profusão de emoções e vários questionamentos me provocaram reflexões e inquietações. Nesses últimos doze anos de um governo popular, com o avanço das várias políticas públicas afirmativas, aprendi a sonhar que a mudança era possível, e mesmo que estivéssemos distantes do ideal, ainda assim, estávamos caminhando bem; dada a situação que vivemos hoje, me pergunto: será que vivi uma ilusão? Quero acreditar que não, e continuar sonhando e buscando através da minha ação enquanto educadora, contribuir na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, onde a sala de aula seja o espaço do exercício das diferenças, da busca do ser humano pleno, para além das diferenças sexual, de gênero e raça.

Descobrir essas autoras, fazer uma imersão no universo de suas narrativas, Grada Kilomba, bell hooks, Conceição Evaristo, Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Djamilia Ribeiro,

¹⁰⁴ <https://www.otempo.com.br/diversao/netas-de-escritora-carolina-maria-de-jesus-dizem-viver-quarto-de-despejo-2-1.2467384> Acesso em 16/05/21

Para reivindicar o direito de descendentes de Carolina, elas criaram um perfil no Instagram – @netascarolinadejesus

Carolina Maria de Jesus e tantas outras, foi entrar em contato com uma escrita que me identifica, me explica, me move, fala comigo diretamente, quando leio me vejo. É uma literatura que faz ponte. A leitura dessas mulheres me fez entrar num processo de desconstrução e ressignificação do que eu sou, por isso acredito que ela tenha força de romper paradigmas e provocar mudanças positivas na sala de aula.

Ler Carolina Maria de Jesus, foi para mim uma experiência transformadora, sua história, sua força e determinação é algo impactante, como mulher negra foi silenciada e resistiu, uma mulher que sofreu preconceito de todos os lados, em todos os níveis e em todos os sentidos, mas nunca aceitou o lugar que lhes destinaram desde seu nascimento, ousou ser quem era, assim como muitas mulheres negras. Ela rompeu muitas fronteiras, e chegou em um lugar de visibilidade que antes dela poucas que tinham alcançado.

Carolina é representatividade, não tenho dúvidas que sua história e obra tenha um grande significado para muitas meninas e mulheres negras, pois muitas se inspiram na vida da escritora; encontramos hoje várias Carolinas, que sonham em conquistar um espaço na sociedade através da leitura. Sim, Carolina nos inspira muito, e o maior legado que a escritora nos deixou foi o seu espírito de luta e superação, sempre teve uma grande vontade de vencer e ver o seu maior sonho realizado: o de ser uma escritora.

A leitura da obra Quarto de despejo de Carolina me fez rever minha trajetória de vida, e relembrar falas constantes de minha mãe, que sempre entendeu a Educação como uma possibilidade de superação e transformação, como um mantra ela repetia todos os dias que não podíamos faltar aula, que precisávamos estudar para ter uma vida melhor que a dela, que ela não teve a possibilidade de estudar (desejo que realizou em parte após ter seus filhos crescidos concluindo o ensino fundamental na modalidade EJA), pois assim como Carolina, teve que abandonar os estudos e trabalhar muito cedo para ajudar nas despesas da casa, mas que fazia de tudo para que nós tivéssemos a oportunidade de estudar e ter uma profissão.

Hoje apesar das várias pesquisas acadêmicas, passados 60 da publicação de sua obra de maior sucesso, Carolina de Jesus ainda sofre o apagamento que atinge a voz da mulher negra de forma sistêmica; no decorrer dessa pesquisa pude constatar o desconhecimento da autora e sua obra por parte de estudantes e professores. Quando eu li o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, que infelizmente também tomei ciência da existência, somente agora no mestrado, minha primeira impressão foi que como professora preciso fazer alguma coisa, corrigir essa injustiça. Tenho a responsabilidade de fazer algo que contribua para dar visibilidade

a Carolina Maria de Jesus e seus escritos, essa nova geração precisa conhecer essa mulher, sua força, garra, resiliência e poder. Essa escritora que apresentou a mulher negra em toda a sua complexidade: educa seus filhos, luta por seus direitos, entende a Educação como uma possibilidade de transformação social. Que denunciou a devastação que o racismo, a misoginia e a miséria fazem na vida de milhares de pessoas pelo Brasil a fora no passado e no presente.

Carolinar-se é isso, acreditar no sonho, acreditar na Educação, ter força, foco e determinação ante as adversidades, denunciar as injustiças e jamais aceitar o lugar de subalternidade.

É preciso transformar a escola em espaço de pertencimento, resgatando histórias que implicam em valorização, humanização, representação. Construir subjetividade mais positiva valorizando produções que rompam com a invisibilidade, combatem o racismo e machismo estrutural, promovendo uma educação antirracista e antimachista. Fomos construídos dentro dessa perspectiva, mas podemos deixar de ser, nessa trajetória é preciso aprender para poder transformar. O grande diferencial que permitiu a Carolina Maria de Jesus romper estereótipos, transgredir barreiras que se opunham ao seu sonho de ser escritora, poetisa, foi a importância dada por ela à leitura e à escrita, como educadores acredito que temos o dever de estimular esse gosto em nossos alunos, e a literatura pode ser o caminho para esse despertar.

Para se trabalhar com a literatura feminina negra, ou mesmo a literatura afro-brasileira, faz-se necessário elaborar novos planos de aulas que abarquem essa temática, visando estimular o conhecimento e interesse pela cultura afro brasileira, tendo a literatura como uma ferramenta, que contribua para promover uma reflexão e tomada de consciência, sobre as diferenças étnico-raciais, as diversas práticas de racismo, machismo e segregação sofrida pela população negra na sociedade e no ambiente escolar, e assim motivar os alunos a valorizar a riqueza da cultura brasileira de matriz africana, a vivência de valores éticos e morais, percebendo a importância de assumir uma postura antirracista. Apontar possibilidades de trabalho com essa linguagem a partir da obra de Carolina de Jesus, particularmente o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, é a proposta da sequência didática que segue em anexo a essa dissertação.

Espero que esse trabalho desperte interesse, nos professores e estudantes em conhecer a escrita de autoria feminina negra, e percebam a potência dessas mulheres e a necessidade urgente de romper com uma leitura escolarizada eurocêntrica, masculina, branca, heteronormativa profundamente excludente. Carolina Maria de Jesus é uma voz que transforma vidas, é um exemplo de superação e positividade da identidade feminina negra.

Caroline-se! Dentro da sala de aula, a gente aprende a ser antimachista¹⁰⁵ e antirracista sendo! Acredito que essa ação civilizadora é a agenda mais importante a se perseguir, para chegarmos a uma sociedade que rompa com essas diferenças de raça, gênero e classe, a Lei 10.639/2003 nos intima a esse movimento em nossa ação pedagógica. Sigamos em frente, perseguindo o sonho de uma escola cada vez mais inclusiva e libertadora.

¹⁰⁵ Hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo*: Políticas arrebatadoras, Rosa dos Tempos; 15ª edição, 2018. Segundo ela, o feminismo é capaz de mudar para melhor a vida de todas as pessoas, pois permite que se construa uma sociedade com mais amor e justiça, sendo o objetivo final do feminismo é construir uma sociedade que ofereça igualdade de condições entre os dois gêneros.

REFERÊNCIAS:

Artigo - **A importância da leitura e da escrita para Carolina Maria de Jesus: uma análise do seu Quarto de despejo**. Disponível em: [Inicial - Literatura Afro-Brasileira \(ufmg.br\) CarolinaMariadeJesusCr04Elisangela.pdf](#). Acesso em 15/10/2020.

Artigo-**Rastros e Restos de Carolina Maria de Jesus**, Oliveira, E., Bleinroth, M., da Silva, Y., Amorim, R., dos Santos, J. & Melo, W. Rev. Polis e Psique, 2020; 10(3): 137 – 157
acesso em 02/04/2021

Artigo-Cristiane-Veloso-de-A.-Pestana-e-Márcia-de-Almeida - **A Poética da Relação nos textos de autoria feminina negra**. Acesso em: 02/04/2021

Artigo-[mulheres negras escritoras.pdf](#) **Black women writers Florentina Souza**1 DOI: 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2017.141317 - acesso em: 02/04/2021

AGUIAR, Neuma (org.) **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. RJ: Record: Rosa dos tempos, 1997.

AKOTIRENE, Carla. **O Que é Interseccionalidade**: São Paulo: Editora Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de, **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Emanuel. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BARBOSA, Márcio; RIBEIRO, Esmeralda (Org.). **Cadernos negros: os melhores poemas**. São Paulo: Quilombhoje, 1998. p. 75-76

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público** / Narcissists pacts in racism: whiteness and power in Business Organization and public power. São Paulo; 2002. p.169

BENTO, Maria Aparecida Silva (Coordenadora do Projeto). CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. **Texto-base para a elaboração de orientações de implementação de políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil, tanto na COEDI/MEC como nas redes de ensino**, 2008. Disponível em <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF>> Acesso 13/fevereiro/2021.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Pólen Produção Editorial LTDA, SP: 2019

CARNEIRO, Suelaine **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números** / Suelaine Carneiro - São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017

COELHO, Thalita da Silva. O eco de fantasmas: perpetuação da misoginia no cânone. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n.1, e56309, 2019.

CUTI, Luis Silva. **Quem tem medo da palavra negro**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

DEL PRIORE, Mary (org.); **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, Constância Lima, in: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio das ciências desde à perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.

DUARTE, Constância Lima. Introdução. In: Nísia Floresta. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.

ENTREVISTA COM GRADA KILOMBA¹ <https://revistacult.uol.com.br/home/grada-kilomba/#.X9bX09wReq4>, 7 de abril de 2016.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2ª ed, RJ: Malê, 2016.

_____. **Vozes- Mulheres**. In: (Org.) Ed. dos Autores. Cadernos Negros 13. São Paulo: Quilombhoje, 1990.

_____. Gênero e Etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: BARROS, Nadilza Martins de; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Idéia, 2005, p. 202.

FANON, Franz. **Pele negra, máscara branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Tom. Carolina: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: Didática, Prática de Ensino e Direitos Humanos**?file:///C:/Users/debor/Desktop/58.%20INTERDISCIPLINARIDADE_%20Did%C

3% A1tica,% 20Pr% C3% A1tica% 20de% 20Ensino% 20e% 20Direitos% 20Humanos.pdf Acesso em 20/04/2021

FERNANDES, J.R.O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. In: **Caderno Cedes**. Campinas: UNICAMP, vol.25, nº 67, p. 378 – 388, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39-64

GOMES, Nilma Lino. **Limites e possibilidades da implementação da lei n. 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação**. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene de (Org.). Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Henrich Boll Stiftung/ Action Aid, 2009, p. 39-74.

GOMES, Nilma Lino - Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Artigo acessado em 16/03/21

GOMES, Nilma Lino. **As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas**. In: GOMES, N. L. (org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003. Brasília: MEC; Unesco, 2012b, p. 19-33.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

HOBBSBAWN, **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. 1995.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo. Diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

JESUS, C. M. (1961). **Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada**. São Paulo: Livraria Francisco Alves (Editora Paulo de Azevedo Ltda), 2000.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10ª ed.- São Paulo: Ática, 2014

_____. **QUARTO de Despejo: diário de uma favelada.** In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67358/quarto-de-despejo-diario-de-uma-favelada>>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAPA, Fabiana. **A literatura das Mulheres negras: A escrita como ferramenta de resistência e opressão.** In: Obvius. Disponível em <http://obviousmag.org/fabiana_lapa/2017/a-literatura-das-mulheres-negras-a-escrita-como-ferramenta-de-resistencia-e-expressao.html#ixzz6VssB1nAf> Acesso 12/junho/2020

LIMA, Maria Nazaré Mota de, E Osmar Moreira dos Santos (ORG), **Devir negro: por democracia e cidadania cultural do Brasil.** Salvador: EDUNEB, 2016.

MACHADO, Marília Novais da Mata de (org.). **Muito Bem, Carolina!: Biografia de Carolina Maria de Jesus.** C/Arte Projetos Culturais LTDA, 2007

MENEZES, Maria Gabriela Neiva de, in LIMA, Maria Nazaré Mota de, E Osmar Moreira dos Santos (ORG), **Devir negro: por democracia e cidadania cultural do Brasil.** Salvador: EDUNEB, 2016.

MORICONI, Italo (org.). **Os cem melhores poemas brasileiros do século.** São Paulo: Objetiva, 2002

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Escritoras negras: resgatando nossa história.** In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.): Um tigre na floresta de signos – Estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte. Mazza Edições, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida> Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ENESB-RJ, 2003.

OLIVA, Anderson. **A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** In: Estudos Afro asiáticos, ano 25, n 3, 2003.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O negro na geografia do Brasil.** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

PEDRO, Joana Maria, GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino Feminino plural.** Florianópolis: Mulheres, 2006.

_____. (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. História da Educação,** Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

_____. **História & História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **História & literatura: uma velha-nova história, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos,** Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

PLANTÉ, Christine. **Escritoras Brasileiras, Galegas e Portuguesas.** Braga, Ed. do Autor. La Petite Soeur de Balzac. Essai sur la Femme Auteur. Paris, Éditions du Seuil, 1989.

RAMOS, Graciliano. **Linhas Tortas.** 8. Ed. Rio de Janeiro, Record.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza - Imprensa Oficial Do Estado de São Paulo, 2006.

REIS. Maria Firmina dos. **Úrsula.** Rio de Janeiro: Presença/MinC/Pró-Memória/INL, 1988.

Revista GepesVida 2018 Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida> Volume 4. Número 8 – 2018 ISSN: 2447-3545 221 **RACISMO ESTRUTURANTE: AS VESTES DO TECIDO SOCIAL BRASILEIRO** Andressa Farias Barrios / Marcio Rodrigo Vale Caetano

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, L. **Machismo na literatura brasileira: o cânone tem sexo, cor e classe social**. QG Feminista, 2019. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/misoginia-na-literatura-brasileira-26c83d64b31>. Acesso em: dia, mês abreviado e ano.

SOUZA, Warley. "**Carolina Maria de Jesus**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/carolina-maria-jesus.htm>. Acesso em 25 de abril de 2021.

SUTIL, Nair. **A literatura como fonte e como linguagem no Ensino de História: diálogo com os contos de Chimamanda Adichie**. EDUCER, 2015.

TELLES, Norma, In: Mary DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VIDA POR ESCRITO – Portal biobibliográfico de Carolina Maria de Jesus. Disponível em: < <http://www.vidapores> > Acesso 15/ junho/ 2020

VIDEOTECA. **Documentário - Carolina Maria de Jesus (1914 - 1977) - Heróis de Todo Mundo**. Disponível em <<https://youtu.be/mLkJy86VU84> > Acesso 20/agosto/2020

<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/11/entrevista-com-conceicao-evaristo>

WOOLF, Virgínia. **Um Teto Todo Seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ANEXOS

Relatos de estudantes após a leitura “Quarto de despejo: Diário de uma favelada” Carolina Maria de Jesus:

Estudante A (1º ano do Ensino Médio)

Análise do livro, o quarto de despejo.

*

Surpresa! Esse foi o primeiro sentimento que veio até mim quando li as primeiras páginas desse livro. Como uma mulher de apenas 2 anos de educação escolar escreveu um livro?

É raro encontrar algum jovem adolescente que gosta da leitura, que coleciona livros e os lê por diversão, sem nenhuma responsabilidade. E é mais raro ainda, encontrar jovens interessados na literatura nacional, em autobiografias, em documentários, relatos...

Geralmente tudo que lemos está fora do nosso mundo, são fantasias, mundos alternativos, enfim, algo inventado, algo para fugir da nossa realidade atual.

Onde eu quero chegar com isso? Esse livro é como gritar. É como dizer: “Oi! eu existo, eu estou aqui, esta é a minha vida e de mais pessoas do que se possa imaginar.”

Esta é a realidade nua e crua; não somente de 61 anos atrás, mas também de um cenário que se segue nos dias atuais.

O livro fez sucesso, mas existem pessoas que não fazem a menor ideia do porquê que 20 simples diários de uma mulher com poucos anos escolares teve tanto impacto na sociedade. Porque ela expõe, de uma maneira tão direta, objetiva, sem querer esconder nada, sem ter vergonha de nada, Carolina mostra sua vida, sem máscara, sem camuflagem. Como eu disse, ela grita, como que um país tão grande como nós, estando na 9ª posição das maiores economias do mundo, não faz ideia do nível de desigualdade que existe?! E o pior, quem tem poder para mudar isso não faz absolutamente nada, e se faz, é insuficiente.

É impressionante pensar que as pessoas não tem condição de ajudar as outras, de dar um trocado, oferecer um emprego, doar cestas básicas. Mas, pagam R\$50 ou R\$70 reais nesse livro. Pagou para ler a "desgraça alheia", achou interessante, ficou intrigado na história de Carolina, porém se um morador de rua pedir centavos, você vira o rosto! É claro, não só livros, existem filmes, documentários, artigos de jornais, tudo informando você sobre como esta "o outro lado da moeda".

E não podemos esquecer, do período medieval, onde a família real, lordes, nobres da época, pagavam uma quantia absurda para entretenimento dos mesmos usando a vida sofrida do seu povo através do teatro. Ou seja, a desigualdade social está presente há muito mais tempo

do que lembrávamos. O mundo estaria totalmente diferente agora se tivéssemos nos importado antes.

Ficamos tão donos no nosso nariz, tão focado em nossas vidas, vivendo dentro de uma bolha, como se a realidade de quem mora - literalmente - na rua da sua casa, fosse uma realidade muito longe da sua. Vivemos em um mesmo mundo, mas enquanto você reclama que a internet caiu, o outro reclama que não tem nada pra comer. É estranho não é? Fora da sua realidade isso de passar fome. Começamos a dar valor as coisas quando perdemos.

"Ah todos estamos no mesmo barco!", só que não! Todos estamos em um mesmo oceano, alguns de barco, alguns de lancha, alguns de bote salva vidas e alguns se afogando. Se você não ajudá-lo, o oceano o leva. E vai ser só uma questão de tempo até um buraco se formar na lancha.

Estou admirada pelo vocabulário de Carolina e, impressionada com a sua vida tão dura e mesmo assim acorda as seis da manhã sem reclamar. E o que a motiva de levantar, é a sua fé de que as coisas vão melhorar e o tesouro no final do arco-íris foi ter os ouvidos de todo o mundo. Então esse diário de sua vida não é um entretenimento de conto de fadas, é real, é aqui, e pode estar acontecendo do seu lado agora.

Carolina teve sua vida mudada graças aos seus diários surrados, este livro foi uma importante ferramenta para abrir caminho ao nosso objetivo. Ela não falou apenas em nome de si mesma, falou em nome de um povo, que depende da compaixão de poucos e do lixo de todos.

Estudante B (9º ano do Ensino Fundamental anos finais)

Um livro bom, realmente diferente, estranho porém familiar. Durante a minha leitura ele me despertou sentimentos diversos, seja afeição pela personagem, nos instantes em que se dedica tanto a seus filhos e cita sua paixão pelas crianças, agonia, pelos trechos em que ela descreve não só as suas dificuldades mas a de todos em sua volta, e ódio, por todos aqueles que provocaram e criaram a atmosfera venenosa e putrefata em que ela viveu tanto tempo.

Um livro muito atual, muito político, que desseca perfeitamente a imoralidade e a perversão da nossa organização social e política. Ele é perfeito pois narra sob uma perspectiva diferente e mais profunda do que a maioria dos conceituados e letrados escritores, sociólogos ou intelectuais.

Lê-lo é como acordar, depois de tanto tempo submerso em achismos ou teorias acerca dos mais pobres e carentes, de que outra forma poderia entender, o sofrimento e agonia de uma pessoa, senão por suas próprias palavras? A experiência que tive foi fantástica, pergunto-me o porquê de nunca ter lido antes.

A situação em que Carolina viveu foi deplorável, ela teve que se esforçar tanto, trabalhar dia após dia, catando, recolhendo, vendendo como pode, para no final ganhar somente o necessário para sobreviver e as vezes nem isso ela teve, tendo que pedir um pouco de comida para seus vizinhos. Isso é uma humilhação, um completo descaso que fazemos com as pessoas que vivem hoje da mesma forma que ela viveu

Nossos pares vivem como ratos, temendo a todos, por já terem sofrido em demasia, catando lixo para sobreviver, uma situação tão angustiante que é capaz de qualquer um estremecer somente em imaginar como deve ser. O que ela diz é um verdadeiro pesadelo, ela descreve o próprio inferno.

Estar doente muitas vezes, pelas condições precárias, e ter de trabalhar mesmo assim, passar fome tantos dias seguidos, um temor crônico que sempre pendura, presenciar a amargura, a desistência e a melancolia bem na sua frente, ver pessoas que desistiram da própria vida pois não havia outro meio.

Li seu diário, li sua vida, mas ainda me questiono como ela foi capaz de viver? Viver com tantas atribulações, viver com tantos empecilhos, viver com tanto flagelo, uma pessoa é realmente capaz de viver numa situação tão desumana como era a dela?

Tantas décadas se passaram e é assustador ver que tudo piorou, há mais pessoas vivendo em favelas, mais pessoas que vivem sob o risco diário de serem assassinadas, por forças policiais ou por milicianos, e sofrem ainda mais com os riscos dado o ambiente propício a acidentes.

Os jogadores mudam mas o jogo continua o mesmo, eis a frase que representa os nossos “representantes”, desde sempre demagogos populistas, prometem migalhas a um povo que merece fartura, continuam a deixar-nos reféns de crises e mais crises, instabilidade atrás de instabilidade. É notável ver que desde sempre foi assim.

Uma ilusão democrática que nunca tem fim, uma máscara republicana que esconde a face da oligarquia que nos governa desde o princípio e que é a responsável pela miséria do nosso povo, faz a sangria dos nossos recursos, ceifa a vida dos nossos trabalhadores e é submissa aos interesses internacionais.

Vivemos numa distopia, o eterno “país do futuro”, sempre pobre e enfraquecido, que assassina covardemente a vida de tantas pessoas em prol da escancarada e latente intolerância, o país escravo das potências, que sobrevive de seus recursos primários, o que será de nós quando eles inevitavelmente esgotarem?

Esse livro é impressionante, a sua linguagem e a visão da autora são cativantes, sinto como se ela analisasse friamente tudo em sua volta e descrevesse com minúcias a vida de grande

parte dos brasileiros, vida esta menosprezada pela grande mídia e que não é comumente mostrada.

Para uma nação em que paira o obscurantismo, a autora nos ilumina com primor, não apenas seu livro é interessantíssimo como sua própria biografia, o jeito como ela trata a literatura e o ato de escrever e registrar, que é tão importante. Ela era uma nata intelectual mas uma intelectual de verdade, que não se esconde atrás dos livros, mas sim que está na vanguarda e que usa a sua voz para falar por aquele que não tem a mesma capacidade.

Em suma recomendo lê-la ao invés de me escutar, posso ser um jovem, uma amostra do futuro e o que nos espera, mas por enquanto apenas sei escutar e me sinto satisfeito por aprender tanto com Carolina de Jesus, se conseguir um dia, talvez, ser um por cento do que ela foi creio que já estaria realizado.

Estudante C – (1º ano do Ensino Médio)

O livro Quarto de despejo está longe de ser um romance daqueles que nos ganham pela paixão avassaladora do personagem principal, este livro nos conquista na simplicidade veracidade de suas páginas, nada é maquiado ou escrito com cuidado, é real, o grito poético pelos melhores dias que virão, que ecoa das periferias da cidade, é a réplica fiel do retrato da vida favelada, abandonada, invisibilizada; aqui no mundo de Carolina Maria de Jesus vemos os dias de luta que se estendem pela vida de sua família; solteira e mãe de três filhos, enfrenta a fome e ainda o preconceito a que não escapa uma mulher sem um marido. Em seu cotidiano não importava se o que encontrasse estivesse murcho, ou amassado, ela ainda poderia fazer disso o pão de seus filhos, mas as vezes nem o descartado lhe sobrava, como no episódio que lhes negam os tomates estragados, cita: “A humanidade é assim, prefere ver estragar do que deixar seus semelhantes aproveitar.” As reflexões de Maria espalham-se entre a embriaguez, a política e a dificuldade de sustentar sua família como caçadora de lixo; um elemento muito verdadeiro também, é apresentado nas promessas nunca despendidas a que recaem as campanhas políticas, que acabam por monitorizar vários anos de escrita de Maria, com sua constante presença. Cita também a embriaguez a que optamos para mascarar as feridas da nossa alma, e como o vazio desta é bem diferente do de quem está passando fome: “A tortura do álcool nos impede de cantar. Mas a da fome faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro da barriga.” Em meio a tantas dificuldades Maria se firma na fé, escreve para sonhar e luta para viver, descreve uma mãe, uma favelada, uma invisível, do passado e do presente que com sua poesia emocionou o mundo.

PARADIDÁTICOS ADOTADOS NOS ÚLTIMOS 03 ANOS - 2018, 2019, 2020**Autoria masculina branca**

01- EXUPÉRY, Saint de Antoine, **O pequeno príncipe**,: RJ: Agir,

02- VELATI, Max, **Gabriel e a torre de pedra**, RJ: FTD, 2008

03- ELVEN, Sven, WILLIANS, Márcia (ilustração), **Robin hood em quadrinhos**, SP: Ática, 2008

04- NESS, Patrick **O chamado monstro** SP, Ática, 2011. (bullying)

05- HUGO, Vitor -Marie, **Os miseráveis**, SP: FTD; 1ª Edição, 2014. (desigualdade social)

06- POMPEIA, Raul, **O Ateneu**, RJ: L&PM Editores,1998.

07- AZEVEDO, Álvares de, **Noite na taverna**, Editora Principis, SP, 2019.

08- COGNOLATO, Luca e Silvia Del Francia, **O herói invisível- Segunda Guerra**, RJ: FTD, 2015
(autoria feminina e masculina- branco)

09- SCLIAR, Moacir, **Ciumento de carteirinha**. 1ª ed. SP: Ática, 2019

10- SELZNICK, Brian. **A invenção de Hugo Cabret**, 1ª ed. SM, estado, 2007

11- DUMAS, Alexandre, **O conde de monte Cristo**, 3ª ed., FTD: RJ, 2020

12- SHAKESPEARE, Willian, (tradução de Fernando Nuno) **Romeu e Julieta**, Editora do Brasil: RJ, 2018

13- SHAKESPEARE, Willian, **Sonho de uma noite de verão**,(tradução de Fernando Nuno), Editora do Brasil: RJ, 2018

14- COGNOLATO, Luca, Francia, Silvia del, DIAS, Maurício (Tradutor), **O herói invisível**, FTD: RJ, 2015.

15- GOMES, Álvaro Cardoso, **Auto do busão do Inferno**, SP: Ática,

16- ALENCAR, José, **Cinco minutos**, SP: Moderna, 2008,

17- ALENCAR, José, **A viuvinha**, SP: Moderna, 2ª ed, 2004

18- NESS, Patrick, **O chamado monstro**, SP: Ática, 2011.

Autoria feminina branca

19- BERGALLO, Laura e Edith Derdyk-**Alice no espelho**, SM; 2ª Edição, 2015

20- ELLIS, Deborah, **Meu nome é Parvana**, SP: Ática, 2019
(história dos refugiados)

21- ELLIS, Deborah, **Histórias de uma garota afegã**, 2ª ed.SP: Ática, 2019
(historia dos refugiados)

22- ELLIS, Deborah, **A viagem de parvana**, SP: Ática, 2012
(historia dos refugiados)

23- DUPRÉ, Maria José, **Éramos seis**, 43ª ed. SP: Ática, 2013,

24- **O misterioso chá das nuvens**- Elspeth Graham, SM, 1ª ed. 2012
(aborda bullying)

25- VILAS BOAS, Rosi, Cassiana Pizaria e Rima Awada, **LAYLA, A MENINA SÍRIA, RJ:**
Editora do Brasil; 1ª Edição, 2018 (tema: história dos refugiados)

26- VILAS BOAS, Rosi, Cassiana Pizaria e Rima Awada, **O Haiti de Jean**, RJ: editora do
Brasil, 2019 (questão do Haiti)

27- LENTE, Célia, **Um salto para a vida**, FTD: RJ, 2008.

28- MITCHELL, Jane, **Uma travessia perigosa**, RJ: FTD, 1ª ed. 2018.

Resultado:

100% de autoria branca

65% de autoria masculina

35% de autoria feminina

Nenhum aborda questões relacionadas a História da África e ou cultura afro-brasileira.

Sequência Didática

Prof^a Debora Jean

Literatura feminina negra em sala de aula

Carolina Maria de Jesus

1.1 Caroline-se: O uso da escrita de autoria feminina negra – na busca de uma educação antirracista a partir da obra “Quarto de despejo diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade. (JESUS, 2014 p. 197.)

Para se trabalhar com a literatura feminina negra, faz-se necessário elaborar novos planos de aulas que abarquem essa temática, visando estimular o conhecimento e interesse pela cultura afro brasileira, tendo a literatura como uma ferramenta, que contribua para promover uma reflexão e tomada de consciência, sobre as diferenças étnico-raciais, as diversas práticas de racismo, machismo e segregação sofrida pela população negra na sociedade e no ambiente escolar, e assim motivar os alunos a valorizar a riqueza da cultura brasileira de matriz africana, colaborar para a construção positiva da autoestima e do sentimento de pertencimento desse grupo, bem como perceber a importância de assumir uma postura antirracista.

Considerando que o ensino de história deva contribuir para que o aluno se perceba como sujeito de seu tempo na inter-relação com diversos outros sujeitos; que o ambiente escolar, constitui um lugar de grande convívio entre as diferenças étnico-raciais, e que a escola ao longo da nossa História tem contribuído com a negação do direito da população afro-brasileira de ver-se inserido como protagonista em sua própria história; a Lei 10.639 vem nos dizer que não é possível continuar negligenciando questão tão fundamental em nossa prática docente. Nesse sentido, trabalhar com a literatura afro no ensino de história pode ser uma experiência que venha contribuir na reparação dessa injustiça; articular o exercício da interpretação na análise do documento, a relação interdisciplinar e a construção do conhecimento histórico, contribuindo para entender melhor e valorizar a história, a cultura, a luta e o protagonismo das pessoas negras na sociedade brasileira em todos os tempos.

A escolha de trabalhar o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina Maria de Jesus, se deve a possibilidade que a obra oferece para trabalhar na disciplina de História diversas questões para o debate e a construção do conhecimento histórico, uma vez que sua obra expressa questões sociais de discriminação no âmbito de raça, gênero e classe; aspectos da realidade socio cultural da maioria dos afro brasileiros, o que faz dela referência brasileira de luta e superação por meio da escrita literária.



Apontar possibilidades de trabalho com essa linguagem a partir da obra de Carolina de Jesus que através de seus escritos, particularmente o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, é a proposta dessa sequência didática.

Dica para a (o) professora (or): Antes de iniciar a sequência didática, sugiro que leia algumas obras de Carolina Maria de Jesus e a biografia de sua vida, na qual cito nas referências bibliográficas.

MATERIAL PEDAGÓGICO

Sequência Didática

Dica para a (o) professora (or): Pesquise imagens de Carolina Maria de Jesus para apresentá-la aos estudantes.



A presente sequência didática pretende apontar possibilidades de trabalho com a linguagem literária a partir da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina de Jesus. A ser desenvolvida com alunos das turmas dos 9º anos do Ensino Fundamental Anos Finais, podendo ser aplicada também no Ensino Médio. Uma proposta interdisciplinar, articulando conjuntamente as disciplinas de História, Língua Portuguesa e Redação. Entendendo que as áreas do conhecimento dialogam entre si, é importante desenvolver uma prática

didática que auxilie os(as) alunos(as) a enxergar essa inter-relação entre as disciplinas.

Quanto à metodologia, as aulas serão expositivas e dialogadas a partir da leitura da obra indicada, também serão realizados debates acerca dos aspectos mais relevantes do livro como desigualdade social, exclusão, discriminação, preconceito de classe, gênero e raça, subalternidade, silenciamentos.

A sequência didática apresentada segue um roteiro de seis aulas, pois consideramos que nesses encontros será possível introduzir, desenvolver e concluir minimamente esse conteúdo. Caso seja necessário, tanto o conteúdo quanto o número de aulas podem ser expandidos.

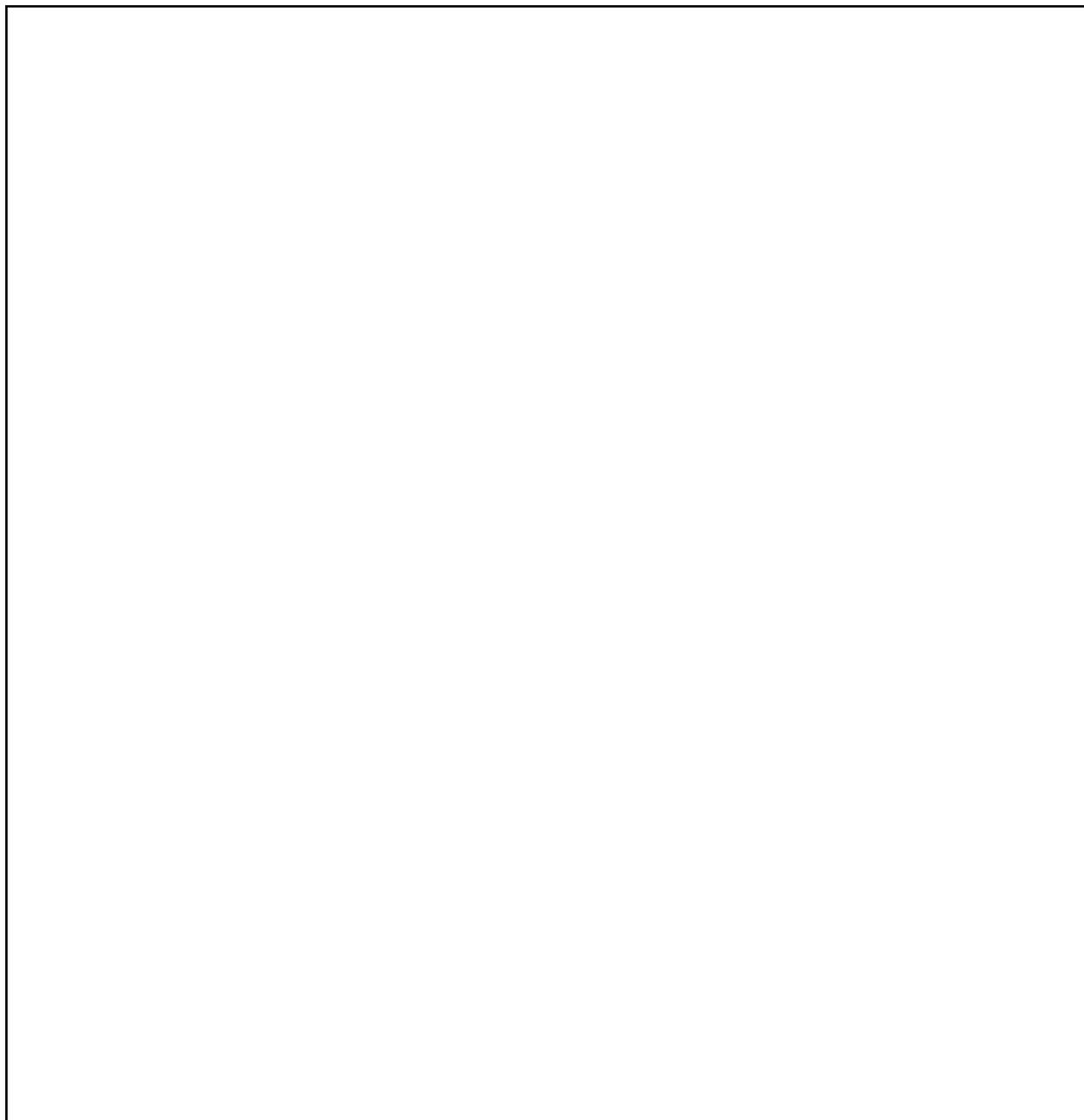
Professora (or), Responda em poucas palavras: Você já ouviu falar sobre Carolina Maria de Jesus?

Dica para a (o) professora (or): Sugiro a leitura completa da Biografia de Carolina Maria de Jesus escrita por Tom Farias, "Carolina uma biografia". RJ; Malê, 2018. Bem como outras duas sugeridas na Bibliografia.



—

Faça um pequeno fichamento (com palavras-chave) sobre o que você descobriu sobre Carolina Maria de Jesus:



AULAS 01 E 02

As aulas 1 e 2 são compreendidas como aulas introdutórias e por isso seguem o formato de apresentação e familiarização com os assuntos.

Nessas aulas estão previstas a introdução à proposta e necessidade de se trabalhar os conteúdos relacionados ao tema bem como a apresentação da autora. Faz também parte das atividades iniciais propor uma pesquisa sobre a autora investigando questões como seu local de origem, grupo étnico a que pertence, trajetória de vida etc. A pesquisa objetiva proporcionar maior familiaridade com a autora, bem como outras escritoras brasileiras negras. Também objetiva propiciar a construção de outros caminhos de leituras e a elaboração de outras listas de 'clássicos da literatura universal'.

Neste momento introdutório, será exibido o vídeo "O perigo de uma história única, com Chimamanda Adichie". Disponível no link: [O perigo de uma História Única-](#)

O vídeo tem por objetivo: auxiliar na reflexão sobre a importância de questionar o caráter eurocêntrico do currículo e a necessidade de buscar alternativas de mudança, que propicie a construção de outros caminhos de leituras e a elaboração de outras listas de 'clássicos da literatura universal'. Nele, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, a partir de sua experiência pessoal, alerta para os riscos de uma história que só conta o lado 'vencedor' dos acontecimentos e negligência a maioria dos sujeitos 'vencidos' ou 'subalternos'.

Aqui iremos apresentar de forma abreviada a biografia da escritora Carolina Maria de Jesus e sua obra Quarto de despejo; diário de uma favelada (1955), uma edição dos diários de Carolina Maria de Jesus, nascida em Sacramento, Minas Gerais, em 14 de março de 1914 e falecida em 13 de fevereiro de 1977. Provavelmente, os pais de Carolina migraram para o interior de São Paulo, posteriormente Carolina segue sozinha para a capital, local de onde, como moradora da Favela do Canindé, ela relata a amarga realidade das/dos faveladas/os na década de cinquenta. Uma apresentação breve buscando despertar, curiosidade e interesse acerca do conteúdo da obra e da autora.

Nessas aulas introdutórias será proposto aos alunos a aquisição do material em PDF, que deverão ser lidos e fichados ou resenhados por eles. Para estes exercícios os alunos serão orientados também pelas professoras das disciplinas de Redação e Língua portuguesa, com a preocupação de não transformar a leitura do texto em algo 'chato' e enfadonho, mas sim num exercício que os entretenha, que tenha significado, que interaja com a imaginação e as emoções.

Apresentar a obra levantando indagações como:

- a) o lugar de origem e de escrita da autora;
- b) o contexto social, cultural, político e geográfico da autora;
- c) estilo literário;

- d) qual o tema mais recorrente na obra proposta para leitura;
- e) como se apresenta na obra as relações familiares, interpessoais e de gênero;
- f) qual a importância da leitura e da escrita na vida da protagonista;
- g) que sonhos de futuro a autora acalenta;
- i) obras publicadas e quais temáticas aborda;

A pesquisa bibliográfica sobre Carolina Maria de Jesus poderá ser feita em sites de busca da internet como, por exemplo, o Google.

Sugestões de sites:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Carolina_de_Jesus Ø

<http://www.cartacapital.com.br/cultura/carolina-maria-de-jesus-acatadora-de-letras> Ø

<https://belezablackpower.com.br/2016/04/19/leia-autores-negros-carolinamaria-de-jesus/> Ø

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1550499-escritoracarolina-maria-de-jesus-viveu-do-caos-ao-caos.shtml> Ø <http://www.vidaporescrito.com/about1ctqi>

VIDA POR ESCRITO – Portal biobibliográfico de Carolina Maria de Jesus. Disponível em: < <http://www.vidapores>> Acesso 15/ junho/ 2020

Aula 03 e 04

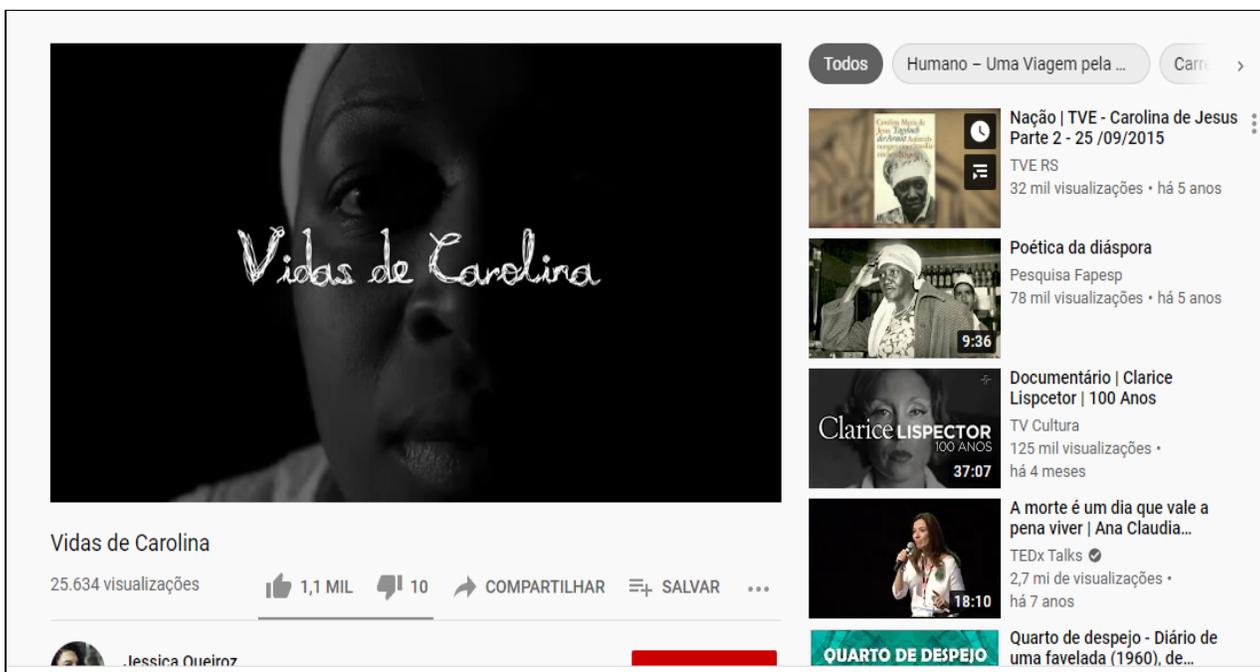
As aulas 3 e 4 darão sequência às discussões das aulas iniciais e serão apresentados dois vídeos curtos sobre a vida de Carolina de Jesus, *Heróis de todo o mundo* [1] e um documentário *Vidas de Carolina* [2] intencionando tornar a autora ainda mais conhecida, e contribuir para uma melhor compreensão da obra.

Vídeo 01

The screenshot shows a YouTube video player interface. The main video is a black and white portrait of Carolina Maria de Jesus. Below the video, the title is "Carolina Maria de Jesus (1914 - 1977) - Heróis de Todo Mundo" with 66,615 views, 1.3 million likes, and 32 comments. To the right, there are several recommended video thumbnails with their titles and view counts. At the bottom, there is a taskbar with various application icons and a system tray showing the time as 16:25 on 03/05/2021.

[1] O vídeo *Heróis de todo o mundo* faz parte de um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira chamado *A Cor da Cultura*. Produzido em 2010, uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, o MEC, a Fundação Palmares, a TV Globo e a SEPPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Para saber mais, acesse: [Acesse o vídeo aqui](#)

Vídeo 02



[2] O vídeo Vidas de Carolina é um documentário lançado em 2014, sobre duas catadoras que vivem atualmente da venda de materiais recicláveis e foi inspirado em Carolina Maria de Jesus. Embora tenham vivido em épocas distintas, o filme procura conectar as histórias das três mulheres. Contou com a participação na produção audiovisual de Vera Eunice de Jesus (filha de Carolina) e Audálio Dantas (jornalista que organizou a publicação de Quarto de despejo: diário de uma favelada) O documentário está disponível na internet, na página: [Acesse o vídeo aqui](#)

As temáticas de gênero, racismo, desigualdade social, inevitável em uma discussão que tem como foco a obra de Carolina Maria de Jesus, onde os alunos(a) serão orientados(as) para debater também o cotidiano escolar, ou seja, identificar o modo essas relações se estabelecem na sala de aula e em outros espaços nos quais interagem.

Como proposta para encerrar essas aulas onde a literatura foi tomada como suporte para o ensino da disciplina, será solicitado aos alunos que produzam, vídeos resenhas tendo como inspiração os booktubers literários, e ou podcasts (apresento alguns exemplos de vídeo resenha e podcast no final dessa sequência), diário literário, sobre a vida e obra da autora para serem apresentados em sala de aula e posteriormente poderá ser postado em uma página do site do colégio e ou rede social.

Também será apresentado uma proposta/desafio que os leve a pensar o seu cotidiano e lugar social, a partir da escrita de sua própria escrevivência utilizando o estilo de diário como referência, considerando que a escrita de um diário, é uma escrita de foro íntimo este só será compartilhado caso o aluno se sinta à vontade ou deseje, o objetivo maior é o exercício da reflexão e escrita de si, das suas vivências.

Aula 05 e 06

Momento de interação, reflexão e socialização do conhecimento e dos trabalhos produzidos, como os vídeos, resenhas, podcasts, diário literário e resenhas.

Discussão e reflexão sobre a obra e autora lida, o que a leitura dessa obra contribuiu no processo de conhecimento e tomada de consciência das questões étnico raciais e de gênero em nossa sociedade, e avaliação da proposta de leitura e atividades desenvolvida, buscando saber o que foi positivo, o que precisa mudar e sugestões para melhorar, (essa avaliação poderá ser feita também através da aplicação de um questionário).

RECURSOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS:

Texto impresso ou em PDF; recursos audiovisuais como o data show/mídia para exibir os documentários/palestras de Chimamanda Adichie- perigo da história única, e o filme e documentário sobre a vida de Carolina de Jesus.

AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS:

A avaliação será contínua e processual, pois na medida em que os alunos forem entrando em contato com os textos bem como o vídeo e documentário serão mobilizados à reflexão e debate. Muito mais do que

avaliar as 'produções' propriamente, interessa o envolvimento dos mesmos com a proposta, ou seja, como esta literatura contribuiu para provocar reflexões, agregar valores e tornar o ensino de história mais significativo.

Exemplos de Podcast, vídeos, resenhas e diário de leitura:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/03/14/carolina-de-jesus-escritora-que-traduziu-em-palavras-uma-realidade-incomoda>

<https://www.brasildefato.com.br/2018/03/14/carolina-de-jesus-escritora-que-traduziu-em-palavras-uma-realidade-incomoda>

<http://supervisaodeformacao.prefeitura.sp.gov.br/index.php/2020/07/26/podcast-teatral-quem-foi-carolina-maria-de-jesus-ep-1/>

https://youtu.be/dXAKfhGd8OM?list=PLC9oFSGUmLhSo9BRWTBRdAi_IYd9CljL1

<https://open.spotify.com/episode/5ICJYq51OuTzVVF6XM7rA7>

<https://educacao.uol.com.br/planos-de-aula/medio/portugues-elaboracao-de-um-diario-de-leitura.htm?cmpid=copiaecola>

Exemplo de diário de leitura

1. Diários com duas entradas

Os diários com duas entradas promovem o pensamento crítico, na medida em que os leitores identificam, no livro, passagens que consideram significativas e comentam-nas. Cada aluno cria uma tabela com duas colunas, num diário em papel ou em formato eletrônico. Na coluna do lado esquerdo, insere informação interessante, ou transcreve uma frase ou parágrafo que considere relevante (acompanhado do n.º de página). Na coluna do lado direito, o aluno anota as suas impressões a cada uma das passagens selecionadas. Os diários de leitura podem ser escritos em papel ou recorrendo à tecnologia de acordo com a realidade dos alunos.

Título: _____

Autor: _____

Resumo:

<p>Informação que considere interessante, que me chamaram atenção:</p> <p>(trechos, frases, palavras):</p>	<p>A minha reação/impressão:</p> <p>(sua opinião sobre o texto, vá discutindo as idéias do autor, concordando ou discordando, levantando dúvidas)...</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 10.639/2003 traz a obrigatoriedade de se trabalhar no ensino básico a história e cultura africana e afro-brasileira. Levar para a sala de aula a literatura de autoria feminina negra, como forma de refletir sobre o preconceito racial e seus efeitos, ainda tão presente em nossa sociedade e no ambiente escolar; bem como pensar ações no sentido de combater os mecanismos de opressão contra a população negra, especialmente sobre a mulher negra; estaremos rompendo com a história única, que privilegia o masculino e o branco como protagonista, cumprindo a Lei 10.639/2003 e buscando promover uma educação antirracista.

A literatura afro-brasileira em sala de aula, pode ser uma ferramenta para se discutir o caráter eurocêntrico do currículo, onde a literatura europeia, portuguesa, enfim a literatura “branca”, e na maioria das vezes, masculina, sempre foi o único referencial para os professores e prioritária nos livros didáticos, mas também abordar questões sensíveis que afetam o cotidiano da sala de aula e de nossa sociedade brasileira, como democracia racial e relações étnico raciais, preconceito, racismo, exclusão, subalternidade, sexismo. Ao mesmo tempo motivar os alunos, a valorizarem a cultura brasileira de matriz africana, colaborar na construção afirmativa de uma identidade étnico racial positiva.

Já terá atingido objetivo mais do que suficiente se os alunos se envolveram com esta proposta. Tornar o ensino de história mais instigante e motivador é a proposta desta sequência didática, que tem como sujeitos professor e aluno no processo de busca e construção do

conhecimento. Partindo da premissa que a história tem que seduzir, tem que interessar, tem que emocionar nada melhor que o texto literário para atingir esse objetivo. Neste sentido, a sequência didática se apresenta como uma possibilidade de tornar o ensino da disciplina mais próximo dos alunos, colocando-os como investigadores e ao mesmo tempo produtores da história e criadores de documentos.

Espero que “carolinar-se” possa ser um verbo presente, que provoque, transforme, revolucione!

Carolina Presente!

Um grande abraço,

Prof^ª Debora Jean

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva (Coordenadora do Projeto). CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Texto-base para a elaboração de orientações de implementação de políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil, tanto na COEDI/MEC como nas redes de ensino, 2008. Disponível em <<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF>> Acesso 13/fevereiro/2021.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, J.R.O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. In: *Caderno Cedes*. Campinas: UNICAMP, vol.25, nº 67, p. 378 – 388, 2005.

Farias, Tom, "Carolina uma biografia". RJ; Malê, 2018.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39-64

GOMES, Nilma Lino. *Limites e possibilidades da implementação da lei n. 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação*. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene de (Org.). *Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Henrich Boll Stiftung/ Action Aid, 2009, p. 39-74.

GOMES, Nilma Lino - Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Artigo acessado em 16/03/21

GOMES, Nilma Lino. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. *In*: GOMES, N. L. (org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003. Brasília: MEC; Unesco, 2012b, p. 19-33.

MACHADO, Marília Novais da Mata Machado e Eliana de Moura Castro, Muito Bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus, Arte Projetos Culturais LTDA, 2007.

OLIVA, Anderson. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *In*: Estudos Afro asiáticos, ano 25, n 3, 2003.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O negro na geografia do Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos, Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável ... Coedição Editora Garamond/ FBN. RJ, 2009

SUTIL, Nair. A literatura como fonte e como linguagem no Ensino de História: diálogo com os contos de Chimamanda Adichie. EDUCER, 2015.

Palestra com Chimamanda Adichie. O perigo de uma história única. Disponível em


<<https://www.bing.com/videos/search?view=detail&mid=47E015236BEEE1E049AF47E015236BEEE1E049AF&shtp=Gmail&shid=cb10026d-788f-4080-a960-4835ded4e414&form=VDSHOT&shth=OSH.EkB8c0A%252BOAsWh45737bseg>> Acesso 20/ agosto/2020

VIDA POR ESCRITO – Portal biobibliográfico de Carolina Maria de Jesus.
Disponível em: < <http://www.vidapores> > Acesso 15/ junho/ 2020

Sobre a autora do material



Debora Jean Lopes é professora da Rede estadual de ensino e da Rede privada, rede Salesiana de Ensino (Colégio São Gonçalo). Formada pela Universidade Federal de Mato Grosso(campus Cuiabá),especialização em etnologia indígena(etnias do litoral paulista) pela UNESP, mestranda no programa profhistória-UFMT, atuando há mais de vinte anos como professora apaixonada por história.

